



**Instituto Latino-Americano
de Economia, Sociedade e
Política (ILAESP)**

**Programa de Pós-Graduação
em Integração
Contemporânea da América
Latina (PPGICAL)**

**Os impactos da ditadura empresarial militar sobre a teoria
da dependência: uma análise crítica e comparativa entre Ruy
Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso**

Bruno Batista Cal

Foz do Iguaçu

2026



**Instituto Latino-Americano
de Economia, Sociedade e
Política (ILAESP)**

**Programa de Pós-
Graduação em Integração
Contemporânea da América
Latina (PPGICAL)**

**Os impactos da ditadura empresarial militar sobre a
teoria da dependência: uma análise crítica e comparativa
entre Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso**

Bruno Batista Cal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Integração Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Correa Prado.

**Foz do Iguaçu
2026**

Catálogo elaborado pela Divisão de Apoio ao Usuário da Biblioteca Latino-Americana
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

C146

Cal, Bruno Batista.

Os impactos da ditadura empresarial militar sobre a teoria da dependência: uma análise crítica e comparativa entre Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso / Bruno Batista Cal. - Foz do Iguaçu, 2026.

162 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Política e Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Foz do Iguaçu-PR, 2026.

Orientador: Fernando Correa Prado.

1. Economia - teoria da dependência. 2. Ditadura empresarial-militar. 3. América Latina. 4. Economia política. 5. Pensamento social brasileiro. I. Prado, Fernando Correa. II. Título.

CDU 330:321.64(81)

Bruno Batista Cal

Os impactos da ditadura empresarial militar sobre a teoria da dependência: uma análise crítica e comparativa entre Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Integração Latino-Americana

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. Fernando Correa Prado
UNILA

Profa. Dra. Patricia Sposito Mechi
UNILA

Prof. Dr. Fábio Borges
UNILA

Prof. Dr. Jonathan Jaumont
UFRJ

Foz do Iguaçu, 27 de fevereiro de 2026.

Dedico este trabalho à memória da Gaia e para todos aqueles que me auxiliaram em estar aqui hoje no mestrado.

Dedico este trabalho também a todos aqueles que, assim como eu, ainda lutam por uma universidade pública, popular e de qualidade, mesmo em tempos de barbárie e incertezas.

Agradecimentos

De fato, as ideias nunca são produto exclusivo de um mero empenho individual ou de um fatídico esforço angustiante que serve unicamente para potencializar sentimentos egoicos e descompromissados com a realidade. Antes disso, todo e qualquer trabalho acadêmico ou de natureza semelhante relaciona-se essencialmente com o meio histórico, econômico, social e cultural em que se realiza. Deste modo, para além dos centros de pesquisa nos quais nos formamos e, sem sombra de dúvidas nos influencia demasiadamente, todo o convívio humano é crucial para o devido desenvolvimento de qualquer produção acadêmica.

Em conformidade a isso, gostaria de expressar os meus agradecimentos a todas as pessoas que, de certa forma, foram cruciais para a devida realização da presente dissertação de mestrado. Assim, em um primeiro momento, gostaria de agradecer imensamente aos meus pais, Jayme González Cal e Marilde Basso Batista, além da minha irmã, Bianca Batista Cal, e da minha tia, Valdelena Basso Batista, por todo apoio que eu recebi ao longo de toda a minha experiência universitária. Ainda sobre este último tópico, também gostaria de expressar os meus agradecimentos a minha primeira universidade, a Unesp, pela minha formação, enfatizando não só toda a excelente e crucial experiência que eu tive com o Programa de Educação Tutorial (PET), como também a minha primeira orientação, que foi com o Professor Doutor Luiz Francisco Corsi.

Agora sob a exímia formação fornecida pela Unila, gostaria de agradecer imensamente ao meu orientador, o Dr. Fernando Correa Prado, que sempre foi muito solícito, além de corresponder a um exemplo de ser humano, pesquisador e professor universitário. Se eu obtive uma frutífera formação técnica enquanto pesquisador sob a orientação do professor Corsi, com o Fernando eu não somente aprofundi tal aspecto, como, de fato, pude apreender de forma mais precisa as particularidades que perpassam o pensamento econômico latino-americano, em especial o conhecimento oriundo da teoria da dependência.

Além disso, gostaria de agradecer imensamente a minha sorte por ter feito parte de uma turma de mestrado excepcional e que certamente correspondeu a uma das melhores experiências vivenciadas na cidade de Foz do Iguaçu. Portanto, gostaria de enaltecer a honra que foi ter conhecido pessoas incríveis como o Orlando, Lizeth, Sônia, Wemerson, Haryell, Lucélia, Patrick, Tânia, Gislaine, Danilo, Alessandra, Eloísa, Ruben, Lucas e Marília. Para além de todas essas pessoas, gostaria de realizar um agradecimento especial a três colegas de sala.

A primeira corresponde a minha amiga Suzana, a qual, para além de ter sido a minha colega de sala, corresponde, também, a uma das bibliotecárias da Unila. Gostaria de agradecer-lhe de forma mais precisa por todo o suporte, carinho e disponibilidade comigo e com o restante da turma. O meu segundo agradecimento vai ao meu amigo colombiano Nicolás, que, além de colega de turma, também foi meu colega de casa e um exímio amigo que eu tive o prazer e a honra de conhecer graças ao PPGICAL. Por fim, o meu terceiro agradecimento vai ao meu querido amigo Thérbio, o qual se tornou praticamente um irmão pra mim e sem qual a minha experiência acadêmica e pessoal não seria a mesma. Sinto saudades das nossas reuniões em casa, nas salas de aula e, é claro, nos nossos encontros da turma. Por isso, gostaria de reiterar que, para cada um de vocês, eu sempre estarei disponível para qualquer coisa.

Ademais, gostaria de expressar os meus agradecimentos a outras pessoas importantíssimas para mim. A primeira corresponde ao meu amigo também colombiano Jesus Guerra Sarmiento, por meio do qual eu não somente pude conhecer melhor a cidade de Foz do Iguaçu, como também me ofereceu um lar ao longo do meu primeiro ano de mestrado. Gostaria de agradecer-lhe por todo o apoio, suporte e camaradagem e expressar que, sem você, a minha experiência em Foz também não teria sido a mesma. Além dele, também queria expressar a minha eterna gratidão a minha amiga Poliana Sofia, com a qual eu também tive o prazer de desfrutar excelentes momentos na cidade, além dos meus primeiros colegas de casa, a baiana Ana Reis e o peruano Rodrigo. Por fim, também sou imensamente grato por todos os ótimos momentos desfrutados junto com a gatinha Waylla e que, sem sombra de dúvidas, corresponde a uma das minhas diárias saudades da cidade.

Também gostaria de expressar os meus agradecimentos aos professores que eu tive a honra de ser aluno. O primeiro é o meu professor argentino Pablo, o qual me apresentou temas fundamentais para a minha formação e sem o qual, seguramente, eu não teria tido contato, além de ter me proporcionado uma excelente experiência no estágio docente, intitulado “Desarrollo y Buen Vivir: el gran dilema de la humanidad”, por meio do qual tive o prazer de lecionar algumas classes sobre a minha pesquisa para alunos do curso de relações internacionais das mais variadas nacionalidades. Outrossim, gostaria de agradecer à professora Tereza, à professora Patrícia Mechi e ao professor Fábio pelas assíduas classes e conhecimentos proporcionados.

Por fim, gostaria de agradecer a todo o corpo discente da Revista Espirales, que eu tive o prazer imenso de fazer parte no ano de 2025. Espero poder continuar contribuindo para este importante periódico acadêmico nos próximos anos e auxiliá-lo a aprofundar na sua

hercúlea tarefa de compartilhar um conhecimento teórico latino-americano, crítico e emancipatório.

Serei eternamente grato a cada um de vocês e espero, sinceramente, que nós tenhamos a chance e oportunidade de nos encontrarmos em breve e que essa experiência não se encerre no mestrado, mas dure longamente!

Sabia que (...) para ser boa cientista, eu não podia ser de gabinete ou apenas um verme de livros. Tinha de sujar os pés na lama, para conversar com as pessoas do povo, as expressões das maiorias, aprender com os movimentos sociais.

(Vânia Bambirra)

Apesar de nunca haver abandonado a atividade intelectual, exercia uma ampla militância de caráter político e nos movimentos sociais. (...) E foi neste contexto de amplo debate ideológico e militância política que iniciei a minha atividade científica.

(Theotonio dos Santos)

A pobreza teórica da América Latina, nos anos de 1980, é, numa ampla medida, resultado da ofensiva desfechada contra a teoria da dependência, fato que preparou o terreno para a reintegração da região ao novo sistema mundial que começava a se gestar e que se caracteriza pela afirmação hegemônica, em todos os planos, dos grandes centros capitalistas.

(Ruy Mauro Marini)

Resumo:

O trabalho a seguir tem como objetivo central realizar uma pesquisa acerca dos condicionantes históricos, políticos e econômicos que auxiliaram no processo de marginalização que impactou a produção teórica de Ruy Mauro Marini em relação à análise sociológica encabeçada por Fernando Henrique Cardoso dentro da academia brasileira de ciências humanas e sociais ao longo e após a ditadura empresarial militar. Em conformidade a isso, para além de um estudo histórico e sociológico acerca do período elencado, também será feito uma análise teórico-metodológica em torno das principais categorias de análise dos autores em questão, visando não somente compará-las entre si, mas também relacioná-las com o contexto histórico que permeou o processo de draconismo sobre a produção de Ruy Mauro no Brasil. Para tanto, a seguinte investigação basear-se-á em uma análise fundamentalmente bibliográfica, utilizando, deste modo, não somente os principais escritos de tais autores em questão, como também livros de caráter histórico para a devida contextualização da época e dos fenômenos averiguados.

Palavras-chave: Teoria da dependência; Dependência; Desenvolvimento; Subdesenvolvimento.

Resumen

El siguiente trabajo tiene como objetivo central realizar una investigación sobre las condiciones históricas, políticas y económicas que ayudaron en el proceso de ostracismo que impactó la producción teórica de Ruy Mauro Marini en relación al análisis sociológico encabezado por Fernando Henrique Cardoso dentro de la academia brasileña de ciencias humanas y sociales durante y después de la dictadura cívico-militar. De acuerdo con esto, además de un estudio histórico y sociológico sobre el período enumerado, también se realizará un análisis teórico-metodológico en torno a las principales categorías de análisis de los autores en cuestión, con el objetivo no sólo de compararlos entre sí, sino también de relacionarlos con el contexto histórico que permeó el proceso de draconismo sobre la producción de Ruy Mauro en Brasil. Para ello, la siguiente investigación se basará en un análisis fundamentalmente bibliográfico, utilizando así no sólo los principales escritos de estos autores en cuestión, sino también libros de carácter histórico para la adecuada contextualización de la época y los fenómenos investigados.

Palabras clave: Teoría de la dependencia; Dependencia; Desarrollo; Subdesarrollo.

Abstract

The following work has as its central objective to carry out research into the historical, political and economic conditions that helped in the process of ostracism that impacted the theoretical production of Ruy Mauro Marini in relation to the sociological analysis headed by Fernando Henrique Cardoso within the Brazilian academy of human and social sciences throughout and after the civil-military dictatorship. In accordance with this, in addition to a historical and sociological study about the period listed, a theoretical-methodological analysis will also be carried out around the main categories of analysis of the authors in question, aiming not only to compare them with each other, but also to relate them with the historical context that permeated the process of draconism over Ruy Mauro's production in Brazil. To this end, the following investigation will be based on a fundamentally bibliographical analysis, thus using not only the main writings of these authors in question, but also books of a historical nature for the proper contextualization of the time and the phenomena investigated.

Keywords: Dependency theory; Dependence; Development; Underdevelopment.

Résumé

Le travail suivant a pour objectif central de mener des recherches sur les conditions historiques, politiques et économiques qui ont contribué au processus d'ostracisme qui a impacté la production théorique de Ruy Mauro Marini en relation avec l'analyse sociologique menée par Fernando Henrique Cardoso au sein de l'académie brésilienne des sciences humaines et sociales pendant et après la dictature civilo-militaire. Conformément à cela, en plus d'une étude historique et sociologique de la période citée, une analyse théorico-méthodologique sera également réalisée autour des principales catégories d'analyse des auteurs en question, visant non seulement à les comparer entre eux, mais aussi à les relier au contexte historique qui a imprégné le processus de draconisme sur la production de Ruy Mauro au Brésil. À cette fin, la recherche suivante s'appuiera sur une analyse fondamentalement bibliographique, en utilisant ainsi non seulement les principaux écrits des auteurs en question, mais aussi des livres à caractère historique pour la contextualisation adéquate de l'époque et des phénomènes étudiés.

Mots-clés: Théorie de la dépendance ; Dépendance ; Développement ; Sous-développement.

Sumário

1	Introdução.....	15
2	Antecedentes teóricos e epistemológicos da teoria da dependência.....	23
2.1	Grandes hipóteses acerca da essência da nossa economia: feudalismo ou capitalismo latino-americano?.....	25
2.2	O pensamento cepalino e as suas contribuições para o debate latino-americano:.....	34
2.3	Das ruínas do pensamento cepalino à ascensão da teoria da dependência: uma breve análise dos condicionantes históricos do período da escalada hegemônica norte-americana a partir da teoria marxista da dependência.....	45
3	Ciência e política na obra de Fernando Henrique Cardoso.....	51
3.1	Dependência e desenvolvimento na América Latina, uma análise em torno da obra e das suas ideias principais:.....	58
3.2	Considerações finais a respeito da obra e da atuação de Fernando Henrique Cardoso:	71
4	Ruy Mauro Marini e os Marcos da dialética da dependência.....	76
4.1	Superexploração da força de trabalho e a particularidade do capitalismo dependente latino-americano.....	81
4.2	Subimperialismo, o Estado de Contrainsurgência e a teoria do quarto poder: averiguando determinadas especificidades da política latino-americana a partir da obra de Ruy Mauro Marini.....	89
4.3	Algumas conclusões sobre Marini e a sua obra: a atualidade dos conceitos de superexploração da força de trabalho e subimperialismo e a necessidade de aplicá-los contemporaneamente em determinados fenômenos sociais.....	100
5	A controvérsia da dependência em análise: entre o descenso da esquerda radical à história de um não debate.....	105
5.1	Do desmonte da luta armada à ascensão de uma esquerda pacifista: algumas considerações em torno do enfraquecimento do socialismo revolucionário.....	115
5.2	A constituição de uma nova esquerda brasileira e os limites do processo de abertura democrática.....	131
6	Conclusão:.....	143
	Referências Bibliográficas:.....	146

1 Introdução

A dissertação em questão é, em partes, fruto de uma continuidade e aprofundamento de um trabalho que eu pude realizar ao longo da minha graduação no curso de ciências sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências (Unesp-FFC), a qual se localiza, de forma mais precisa, no campus de Marília¹. Sob a orientação do Professor Doutor Francisco Luiz Corsi, a quem serei eternamente grato pelos ensinamentos e companheirismo, pude realizar um trabalho mais simples e próprio de uma monografia, o qual, basicamente, contrapunha, de forma teórica, dois grandes nomes da chamada Teoria da dependência, que são justamente os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. Agora, porém, sob a orientação do Professor Doutor Fernando Correa Prado e sob toda a influência bibliográfica e teórica da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (Unila), a presente investigação passa por uma maior sofisticação na sua devida composição.

Nesse sentido, muito além de uma mera análise crítica dos arcabouços teóricos proporcionados por ambos os pensadores, o trabalho a seguir tem como objetivo contextualizá-los histórica e epistemologicamente, visando, com isso, não somente apreender de maneira frutífera as suas diferentes abordagens em torno da dependência, como também propor reflexões em relação a um certo desconhecimento em torno das obras de Marini e de outros grandes nomes das ciências sociais brasileira, como Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. Para tanto - e conforme será evidenciando de forma mais frutífera posteriormente - partimos do princípio segundo o qual Fernando Henrique Cardoso beneficiou-se demasiadamente do contexto histórico de definhamento da ditadura empresarial militar e início da chamada abertura democrática. No entanto, quais foram as causas de seu êxito acadêmico em detrimento da marginalização da produção teórica da sua contraparte? Outrossim, de que forma poderíamos relacionar os autores e suas respectivas teorias com o período histórico em questão e quais os interesses por detrás do ocultamento das obras e do pensamento de Ruy Mauro Marini?

1 O trabalho em questão se denomina “Um estudo crítico e comparativo acerca das interpretações sobre a dependência e desenvolvimento propostas por Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso”. Em tal estudo, realizei um trabalho mais simples e próprio de um TCC, de tal modo que eu me pautei mais numa simples comparação teórica e metodológica de ambos os autores, não enfatizando tanto assim a controvérsia da dependência e, conseqüentemente, todos os desdobramentos históricos do debate de 1978.

Isto posto, um breve resumo acerca da chamada teoria da dependência faz-se indispensável. Originária do desenrolar dos acontecimentos políticos, sociais e econômicos que afetaram, sobretudo, as décadas de 1960 e 1970², a teoria da dependência comprometeu-se em evidenciar que o subdesenvolvimento econômico latino-americano esteve articulado com a expansão e prosperidade que caracterizavam os países industrializados, de tal forma que desenvolvimento e subdesenvolvimento seriam, na realidade, posições distintas e contrapostas, porém vinculadas estruturalmente³. Todavia, muito longe de compreender a um arcabouço teórico homogêneo e destituído de antinomias internas, tal teoria dividiu-se, basicamente, em duas vertentes principais.

Por um lado, observou-se uma corrente de orientação marxista e que defendia, para a devida superação do subdesenvolvimento local, um posicionamento revolucionário; por outro, uma linha de inspiração desenvolvimentista e que, por sua vez, advogava por um desenvolvimento associado com os centros desenvolvidos. Em outros termos, pode-se afirmar que a escola de pensamento em questão correspondeu a um arcabouço teórico heterogêneo, dividindo-se, assim, em duas correntes principais: a chamada Teoria marxista da dependência, cujo principal expoente foi o intelectual brasileiro Ruy Mauro Marini⁴, e a Teoria da interdependência⁵ e que fora teorizada por Fernando Henrique Cardoso e tendo Enzo Faletto como colaborador na sua formulação inicial. Todavia, quais seriam as suas principais particularidades e as diferenças de tais perspectivas do pensamento econômico?

Em largos traços, para Cardoso e Faletto, em contraposição às antigas colônias de povoamento anglo-saxônicas, as quais, devido a sua ocupação extensiva e a atividade agropecuária desenvolvida, conseguiram estruturar um mercado interno e todo um aparato político e administrativo propício ao desenvolvimento nacional autônomo, as ex-colônias de exploração latino-americanas incorporaram-se ao mercado mundial por meio dos impulsos dos enclaves externos, resultando em uma alta concentração de renda e uma certa dificuldade em constituir um mercado interno expressivo. Aliás, é justamente em decorrência disso que a

2 Na ocasião, cumpre ressaltar que os textos “Dependência e desenvolvimento na América Latina, ensaios de interpretação sociológica”, “Subdesenvolvimento e revolução” e “Dialética da dependência” são de 1969 e 1973.

3 Recomendamos, para a devida apreensão da teoria marxista da dependência, não somente os icônicos trabalhos realizados pelos professores Nildo Ourique e Cláudia Wasserman, como também dois livros que foram publicados recentemente pela editora expressão popular, que são “*Ruy Mauro Marini e a dialética da dependência*”, organizados pelos professores João Pedro Stédile e Roberta Transpadini, e “*Ruy Mauro Marini, dependência e revolução: textos selecionados*”, de Fernando Correa Prado e Rodrigo Castelo.

4 Para além de Marini, cumpre, também, salientar a importância e a influência que intelectuais como Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra tiveram para tal corrente de pensamento.

5 Com tal nomenclatura, pretendemos referenciar a intelectual Roberta Transpadini.

análise de tais autores busca determinar as características fundamentais do chamado “momento de transição⁶”, em especial no que diz respeito à formação do setor urbano e industrial e o conseqüente grau de diferenciação social ocasionado pela expansão da economia exportadora, em que tal processo, marcado por uma série de contradições e antagonismos, condicionaria a base explicativa dos fenômenos do populismo e do nacionalismo na fase de consolidação do mercado interno. Portanto, tal análise, partindo de uma abordagem histórico-estrutural, residiria na forma como as classes sociais, frações de classe e demais grupos se articularam e rearticularam não somente entre si, mas também com o mercado internacional ao longo de todo o processo histórico de desenvolvimento socioeconômico dos países subdesenvolvidos, visando, com isso, caracterizar a dependência latino-americana.

Sendo assim, a situação de subdesenvolvimento teria surgido historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e posteriormente do capitalismo industrial integrou, a um mesmo mercado, economias que, além de apresentar graus variados de diferenciações do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista. Deste modo, não existiria para Cardoso e Faletto, uma mera diferenciação de etapa ou de estágios do sistema produtivo entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, mas sim uma diferenciação de função e até mesmo de posição dentro da estrutura econômica internacional de produção e distribuição, em que os países latino-americanos, enquanto economias dependentes, integrar-se-iam às distintas fases do processo capitalista e aos diferentes países centrais que a compõe.

Desta maneira, a criação dos Estados nacionais e o conseqüente controle das economias locais implicariam que as associações de interesses das classes e grupos economicamente orientados estabelecessem formas de autoridade e de poder, de tal forma que constituíssem uma espécie de “ordem legítima” e que em torno da mesma fosse obtido o consentimento e a obediência das classes, grupos e comunidades excluídos do núcleo hegemônico. Logo, aufere-se que, para tais pensadores, as formas assumidas pelas relações entre o sistema econômico e o sistema de poder, a partir da instalação dos Estados nacionais independentes, deram origens a distintas possibilidades de desenvolvimento e autonomia para os países latino-americanos conforme as suas peculiaridades, de tal modo que o

6 Momento esse verificado no decorrer dos anos de 1930 e 1940, pautado, dentre outras coisas, pela presença cada vez mais incisiva das classes médias urbanas e das burguesias industriais e comerciais no sistema de dominação político, o que pôde ser verificado nas políticas de consolidação do mercado interno e de industrialização.

processo de formação nacional realizou-se de uma maneira que não dependeu, para o seu devido funcionamento, de setores economicamente marginais do mercado externo.

Por outro lado, a chamada Teoria Marxista da Dependência, tomando como principal referencial teórico a obra *Dialética da dependência* de Ruy Mauro Marini, parte do princípio conforme o qual a economia latino-americana esboça certas “peculiaridades, que as vezes se apresentam como insuficiências e outras como deformações”, de tal modo que, “mais que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *suis generis*, que só adquire sentido se o contemplarmos na perspectiva do seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto em nível internacional” (Marini, 2022, p.168). Em conformidade a isso, a história do subdesenvolvimento latino-americano compreenderia a própria história do desenvolvimento do modo de produção capitalista, na qual a América Latina surgiria como tal ao se incorporar ao processo de consolidação desse sistema, o que remontaria desde a época da expansão mercantilista europeia do século XVI.

Posteriormente, com o florescimento e estruturação do modo de produção capitalista propriamente dito, uma parte variável da mais-valia aqui produzida seria apropriada pelas economias centrais por meio da estrutura de preços vigentes no mercado, pelas políticas financeiras outorgadas ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção. Desta forma, as classes dominantes locais, visando ressarcir tal perda, aumentariam o valor absoluto da mais-valia criada pelos trabalhadores, submetendo-os, pois, a um processo denominado por Marini de superexploração da força de trabalho⁷, caracterizado, sucintamente, pelos baixos salários, falta de oportunidade de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial⁸.

Assim sendo, a dependência, para ele, é vista como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são alteradas ou então recriadas para assegurar a sua reprodução ampliada. Nesse sentido, as funções que o continente latino-americano assume ultrapassariam uma mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação de capital nos países centrais, pois, além de facilitar o crescimento quantitativo dos mesmos, a participação do continente em questão seria de fundamental importância para que o eixo da acumulação industrial fosse

7 Em relação ao debate em torno de tal categoria, recomenda-se a leitura do livro *Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias – uma visão histórica*, de Mathias Seibel Luce.

8 Há outras categorias imprescindíveis dentro da obra de Marini que não foram tratadas aqui, como o seu conceito de subimperialismo, Estado Contrainsurgente e similares, mas que serão debatidos no seu respectivo capítulo.

deslocado da produção de mais-valia absoluta para a configuração de mais-valia relativa. Em outras palavras, o efeito da oferta mundial de alimentos que o continente latino-americano auxiliou na sua elaboração seria o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo, desta forma, que o incremento de tal produtividade pudesse ser traduzido em taxas de mais-valia elevadas.

De toda forma, quais seriam, mais precisamente, as controvérsias e dicotomias de tais análises? Ora, para Cardoso, seria possível conciliar desenvolvimento com uma certa dependência, desde que tal relação fosse assentada em uma modernização e expansão das economias nacionais mediante uma associação aos capitais internacionais. Em contraposição, Ruy Mauro Marini buscou evidenciar que o desenvolvimento do capitalismo latino-americano produziria, necessariamente, um padrão de reprodução alicerçado na superexploração da força de trabalho, a qual se materializaria na degradação das condições de existência da classe trabalhadora local e na concentração de renda à favor das burguesias nacionais e internacionais.

Por conseguinte, realizadas essas observações, depreende-se que ambas as vertentes que constituem a Teoria da dependência apresentam um certo grau de divergência e incompatibilidade teórica, metodológica e prognóstica, atributos esses que, inevitavelmente, levariam os principais autores de tal escola do pensamento econômico a debaterem entre si. Isto posto, um importante debate de tais autores ocorreu em 1978⁹, quando Fernando Henrique Cardoso, em coautoria com José Serra, escreveu o artigo “Desaventuras da dialética da dependência”, no qual é presenciado uma crítica severa ao autor marxista, apontando, para tanto, supostas inconsistências teóricas e metodológicas¹⁰. Em contrapartida, ainda no mesmo ano, Marini, o qual, na ocasião, encontrava-se exilado no México como consequência das perseguições políticas que ocorreram ao longo do período militar, escreveu como resposta o artigo “Razões para o neodesenvolvimentismo (resposta a F.H. Cardoso e J. Serra)”, o qual, todavia, não chegou a ser publicado no Brasil.

Dessarte, apresentando uma repercussão baixa em território nacional, o resultado do debate entre os dois grandes nomes da teoria da dependência foi mais favorável a Fernando

9 Ainda assim, cumpre mencionar que, antes da data elencada, tais autores já tinham realizado algumas considerações críticas em torno de seus trabalhos, como pode ser verificado na obra *As ideias e seu lugar*, de Cardoso, e o artigo “Sobre a dialética da dependência”, de Marini. Logo, poder-se-ia afirmar que tais críticas já começam em 1974.

10 Dentre tais inconsistências, os autores criticam demasiadamente a noção de subimperialismo, visto como uma categoria errônea para se analisar a América Latina, e o conceito de superexploração da força de trabalho, o qual, embora existente, não é capaz de captar a essência do continente, sendo visto, por isso, como um fenômeno acidental e de pouca significação teórica.

Henrique Cardoso, ao passo que Ruy Mauro Marini passou a ser visto como um intelectual secundário para os estudos acerca da realidade e formação socioeconômica brasileira. No entanto, para além de tal fato, em que medida o próprio contexto histórico brasileiro daquele período, marcado, dentre outras coisas, pelo desenrolar do processo de abertura democrática, eclosão de mobilizações populares¹¹, crise da propaganda do “milagre econômico” e de outros projetos para alavancar a economia brasileira¹², tiveram influência sobre o debate de ambos os intelectuais em questão?

Em outras palavras, em que medida o êxito e predomínio acadêmico das análises de Cardoso estiveram relacionados ao clima de efervescência política que permeou os últimos anos da ditadura militar no Brasil? De que forma, ademais, a deturpação dos textos de Marini vincular-se-ia, também, a um cenário de definhamento de um modelo autocrático militar e ascensão de uma abertura democrática conservadora e preocupada na manutenção da ordem burguesa em nosso país? Em conformidade aos fatos expostos, o presente trabalho, seguindo um procedimento fundamentalmente bibliográfico e descritivo, debruçar-se-á sobre a seguinte hipótese de trabalho: atrelado ao clima histórico que permeou a chamada distensão, o prognóstico proposto por Fernando Henrique Cardoso, ao defender um desenvolvimento associado ao capital externo e não uma luta revolucionária pela emancipação nacional, beneficiou-se demasiadamente do contexto histórico da época, auxiliando, com isso, em grande medida, no silenciamento de Marini e de outros autores de posicionamento revolucionário. Com isso, pretendemos não somente estudar os condicionantes históricos que auxiliaram na rejeição de Ruy Mauro Marini, como também propor um novo olhar para o debate de 1978.

Em conformidade aos fatos expostos, o presente estudo tem como objetivo analisar como o contexto histórico do final da ditadura militar e início da abertura democrática, com os seus devidos condicionantes políticos, econômicos, sociais e similares, impactou não somente na produção teórica de Ruy Mauro Marini em território nacional, como também no processo de isolamento e esquecimento de tal autor em favor dos estudos sociológicos encabeçados por Fernando Henrique Cardoso. Ademais, a seguinte dissertação também propõe-se a retomar e analisar o debate travado pelos principais expoentes da teoria da

11 Como exemplo, poderíamos mencionar a Conclat e as mobilizações pelas Diretas já, além, é claro, de todo o contexto da Lei orgânica dos partidos, por meio da qual partidos populares, mas não necessariamente revolucionários, surgiram e impactaram a sociedade, como o PT e o PDT.

12 Nesse caso, podemos mencionar o desenrolar do II PND, o qual, por seu turno, mereceria uma atenção própria e especial.

dependência ao final da década de 1970, visando, com isso, compreender como o contexto histórico, social, econômico e político do período impactou sobre o seu desfecho. Por fim, o trabalho em questão visa realizar um estudo crítico sobre as diferentes visões acerca do processo de desenvolvimento latino-americano propostas por Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso, levando em consideração, para tanto, as diferentes abordagens teórico-metodológicas utilizadas e, como consequência, as principais categorias de análise levantadas

Logo, para que tais objetivos possam ser efetuados de maneira frutífera e significativa, a dissertação em questão consistirá em um balanço bibliográfico dos escritos produzidos por Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso acerca da teoria da dependência, centrando a discussão, substancialmente, nas obras *Dialética da Dependência*, *Subdesenvolvimento e revolução* e *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Ademais, visando subsidiar a análise de tais obras, também serão utilizados os artigos produzidos por Ruy Mauro Marini na época em que se encontrou no exílio e que, atualmente, encontram-se disponibilizados pela Universidade Nacional Autônoma do México, além de utilizarmos os livros *Autoritarismo e democratização* e *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, ambos de Fernando Henrique Cardoso.

Para tanto, faremos uma análise crítica e comparativa da contribuição desses dois autores e, buscando contextualizar o debate e partindo do princípio conforme o qual as ideias são historicamente determinadas, daremos uma atenção especial ao processo de desenvolvimento socioeconômico brasileiro entre 1960 e 1985, no interior do qual se desenrolou a discussão acerca da teoria da dependência. Em conformidade a isso, a seguinte pesquisa também utilizará uma bibliografia complementar sobre a história, a economia e a sociedade brasileira e latino-americana. Logo, o estudo em questão, que será fundamentalmente bibliográfico e descritivo, visa a uma análise qualitativa e comparativa, utilizando, para tanto, o materialismo histórico-dialético como pressuposto teórico-metodológico.

Por último, para a devida composição do presente trabalho, deve-se ressaltar que o mesmo utilizará, para além das obras elencadas anteriormente, livros e artigos de outros autores que fizeram parte da escola da dependência, como foram os casos dos intelectuais Theothônio dos Santos, Vânia Bambirra e André Gunder Frank. Outrossim, também serão utilizados outros intelectuais brasileiros que, embora não tenham feito parte de tal escola de

pensamento, podem auxiliar no debate acerca da dependência e das particularidades sociais brasileiras e latino-americanas, como foi o caso de Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Clóvis Moura, Celso Furtado, Raul Prebisch, Sérgio Bagul, Haya de La Torre, Osvaldo Sunkel, Echeverría, Augustin Cueva e afins.

Ademais, visando contextualizar e até mesmo atualizar o debate travado por Cardoso e Marini, além, é claro, dos seus respectivos estudos acerca da dependência e do desenvolvimento, também serão empregados na pesquisa livros e artigos de comentadores que se debruçaram sobre o tema, como são os casos dos intelectuais Jaime Osório, Claudio Katz, Nildo Ouriques, Carlos Eduardo Martins, Claudia Wasserman, Roberta Traspadini, Mathias Luce, Fernando Correa Prado, entre outros e outras. Com isso, espera-se que o trabalho proposto seja capaz de atingir os seus objetivos.

Desta forma, dividimos o trabalho da seguinte forma: em um primeiro momento, abordaremos um pouco sobre os antecedentes históricos e epistemológicos que auxiliaram na concretização da chamada controvérsia da dependência, buscando, para tanto, não somente contextualizá-la, como também relacioná-la com as suas devidas influências teóricas. Posteriormente, realizaremos uma análise mais detida nos dois principais representantes da nossa escola de pensamento, sempre partindo do pressuposto conforme o qual as ideias estão inseridas dentro de uma totalidade histórico-concreta.

Assim sendo, em um primeiro momento, buscaremos compreender o arcabouço teórico de Fernando Henrique Cardoso, em especial na sua obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, o qual será examinado a partir da sua formação não somente na Escola de Sociologia de São Paulo, como também da sua passagem pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). Depois, faremos algo muito similar com Ruy Mauro Marini, relacionando-o a todo o clima de exílio proveniente do golpe empresarial militar e das suas posteriores influências no México e no Chile. Por último, faremos uma análise comparativa entre ambas as abordagens de tais autores, relacionando-as, agora, não somente com o debate que tais intelectuais travaram na década de 1970, como também ao clima político que marcou tanto os anos finais da ditadura, quanto da chamada abertura democrática.

2 Antecedentes teóricos e epistemológicos da teoria da dependência

O inútil sonho de ser. Não parecer, mas ser
(Ingmar Bergman – *Persona*).

Estreado em 1966, *Persona*, do brilhante cineasta sueco Ingmar Bergman (1918-2007) e que fora, malfadadamente, traduzido para o português brasileiro com o rude e desgracioso título “Quando duas mulheres pecam”, aborda, mediante elementos e recursos oferecidos pela psicanálise de Freud (1856-1939) e, sobretudo, pela psicologia analítica de Jung (1875-1961), não somente o processo de construção e ruptura de personalidades, mas também o conceito de arquétipo dentro da psicologia. Nesse sentido, acompanhamos, ao longo da nossa experiência cinematográfica, a história de Alma, uma enfermeira encarregada de cuidar da nossa segunda personagem, Elisabeth, uma atriz que, após passar por um surto em uma de suas apresentações, isola-se do mundo e evita, ao máximo, comunicar-se com os demais.

No entanto, o que poderia ser um mero filme de drama enfadonho transmuta-se em uma verdadeira experiência instigante quando ambas as personagens em questão, após desenvolverem-se e interagirem entre si, desvendam as suas verdadeiras personalidades. Nesse sentido, por um lado, temos Alma, uma mulher que demonstra ser carinhosa, amável e uma excelente esposa e profissional, mas que, ao decorrer da trama, não somente expõe a sua promiscuidade, como também maltrata, humilha e tortura a sua paciente. Outrossim, paralelamente, temos Elisabeth, uma atriz de altíssima qualidade, mas que, apesar da sua vasta experiência no mundo cênico, jamais foi capaz de amar e demonstrar afeto pelo próprio seu filho.

Desta forma, deparamo-nos com duas mulheres que almejam, ao máximo, ser o protótipo de suas profissões e de suas condições de mãe e esposa, mas que, ao se depararem com o abismo entre o ideal e a possibilidade prática, utilizam-se de personas alheias, criando, com isso, máscaras que disfarçam o seu verdadeiro Eu. Com o decorrer do tempo, tanto Alma quanto Elisabeth começam a assimilar as suas identidades, de tal modo que, ao final do filme, questionamos se, de fato, tratam-se de duas pessoas distintas ou então de uma mesma pessoa em conflito com as suas duas personalidades diversas e conflitantes.

Logo, assim como outras obras de suma importância dentro do mundo cinematográfico e literário - como *O clube da luta*, dirigido por David Fincher; *O médico e o mostro*, de Louis Stevenson, e similares -, *Personna* nos proporciona uma visão intrigante sobre um velho dilema presente nas relações humanas e na própria vida social que nos rodeia e influencia: o inútil sonho de ser algo que, amalgamado pelas contradições internas que nos permeiam, impossibilita com o que mesmo seja, de fato, efetivado e posto em prática. De todo modo, apesar de tal obra discorrer sobre um problema típico da psicologia, também poderíamos, com as devidas cautelas, relacioná-la com uma controvérsia há muito tempo presente nas discussões teóricas latino-americanas: a controvérsia da dependência e do desenvolvimento regional.

Ora, submetidos a uma realidade *suis generis* e significativamente destoante da europeia e da norte-americana, podemos observar que algumas abordagens do nosso pensamento social caracterizaram-se, apesar de seus méritos e qualidades teóricas, por certas limitações não somente analíticas, como também prognósticas. Em outras palavras, apesar de terem nos oferecido análises pertinentes e que devem, sem sombra de dúvidas, serem lidas e debatidas, depararam-se com o antigo problema da dialética do “singular-particular-universal”, tão bem expressada por pensadores como Lukács e Kossic e que, dentro do contexto teórico latino-americano, foram reiteradas por Marini e Jaime Osório. Assim sendo, tal qual as personagens de *Persona*, constituiu-se uma imagem equivocada sobre o nosso continente e da sua respectiva essência socioeconômica e cuja abstração teórica propiciou soluções errôneas para as nossas devidas intempéries.

No entanto, tais desvios, reproduzindo agora Marini em sua *Dialética da dependência*, nascem de uma dificuldade real, pois, “frente ao parâmetro do modo de produção capitalista, a economia brasileira e latino-americana apresentam peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências e outras como deformações” (Marini, 2022, p.168). Nesse sentido e tendo em vista as especificidades que abarcavam o nosso continente, uma constante inicial que marcou as discussões teóricas aqui realizadas foi o debate acerca da natureza da nossa realidade econômica. Assim sendo, como pontuado pelo professor Michel Lowy em seu texto *El marxismo en América Latina*, o encadeamento do materialismo histórico-dialético brasileiro e latino-americano teve que se defrontar com outras duas formas de conceber a realidade local, das quais, inevitavelmente, também sofreu algumas influências, que foram justamente o chamado excepcionalismo indo-americano e

uma concepção fundamentalmente eurocêntrica (Lowy, 2007, p.10). De forma sucinta, ao passo que a primeira buscava captar ao máximo o peculiar, o original e o excepcional das nossas economias, a segunda pautava-se em uma assimilação da história do desenvolvimento socioeconômico latino-americano com o europeu, de tal modo que, em ambos os casos, verificar-se-ia uma correspondência de estágios ou etapas em tal processo (Idem, p.12).

Isto posto, almeja-se, com o presente capítulo, realizar uma panorâmica, porém objetiva, introdução em torno das principais hipóteses¹³ que permearam o pensamento social latino-americano¹⁴, passando pela ascensão e queda do pensamento cepalino, para que, assim, finalmente, possamos ter bases teóricas significativas para abordarmos a chamada controvérsia da dependência. Com isso, esperamos obter resultados significativos para uma posterior explanação acerca das duas principais abordagens que permearam o debate dependentista: a concepção desenvolvimentista, teorizada pelos intelectuais Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto¹⁵ na sua obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, e a revolucionária e de orientação marxista, teorizada pelos pensadores Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. Desta forma, iniciaremos as nossas observações a partir de grandes nomes da nossa literatura para que, depois, possamos aprender, de forma mais frutífera, o pensamento da Cepal¹⁶.

2.1 Grandes hipóteses acerca da essência da nossa economia: feudalismo ou capitalismo latino-americano?

Conforme pontuado anteriormente, o marxismo latino-americano, ao longo do seu processo de maturação teórica, teve que se confrontar com outras duas tendências que

13 De toda forma, cumpre ressaltar que, de forma alguma, os trabalhos que serão averiguados aqui foram os únicos a realizar esse tipo de análise. Para tanto, recomenda-se fortemente os textos de Ramiro Guerra, Caio Prado Junior, Julio César Jobet e outros autores contidos no livro organizado por Marini e Millán.

14 Em relação a tais hipóteses e correntes de pensamento, cumpre destacar que o presente capítulo analisará as contribuições oferecidas, majoritariamente, pelo pensamento marxista latino-americano. Desta forma, outras interpretações importantes como de pensadores liberais, como Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, e conservadores, como Gilberto Freyre e Oliveira Viana, não serão discutidos.

15 Realizamos a menção ao intelectual chileno Enzo Faletto porque o mesmo, inegavelmente, auxiliou na escrita e na elaboração da obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Todavia, apesar de suas contribuições, cumpre salientar que ele, em contraposição a Fernando Henrique Cardoso, apresentou uma relevância pontual dentro do debate acerca da dependência e do desenvolvimento.

16 Tendo em vista os limites do nosso trabalho, optamos por esboçar apenas alguns dos grandes nomes que perpassam as ciências sociais na América Latina. Caso o leitor tenha interesse, posteriormente, em se aprofundar em tais estudos, recomendamos os livros *La teoría social latinoamericana*, escritos por Marini e Mária Millán.

permeavam o pensamento local: o excepcionalismo indo-americano e as concepções eurocêntricas. Em largos traços, enquanto esta última partia da ideia de que a história latino-americana apresentaria fases e estágios correspondentes à história europeia e que, por isso, tratar-se-ia de segui-los e incorporá-los, o excepcionalismo, do qual o intelectual peruano Victor Raúl Haya de la Torre foi o principal expoente e cujo movimento popular, a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), correspondeu ao exemplo prático mais significativo, advogava pela especificidade da América Latina em suas condições históricas, culturais e estruturais. Com isso, observa-se uma crítica não somente à influência teórica exógena a nossa realidade, em especial a europeia e a norte-americana, como também a proposta por compor novas formas de organização da vida social e de se pensar o nosso continente.

Tal teórico, em especial no seu texto “La realidad económico social de América-Latina”, realiza todo um exame acerca dos condicionantes históricos, políticos, econômicos e sociais que deram origem à América Latina, enfatizando, com isso, as nossas especificidades socioeconômicas. Desta forma, contrapondo-se ao imperialismo europeu e norte-americano – seja em termos materiais, seja em termos epistêmicos e jurídicos –, Haya de La Torre afirma o seguinte:

El Estado en nuestros países —por más que predomine en ellos la clase feudal y sea instrumento político de ésta— representa algo de los otros elementos constitutivos del grupo social y aparece en muchos casos indefinido y bamboleante sin llegar a ser verdadera expresión preponderante absoluta de una clase dada. Ya hemos anotado que el imperialismo usa del Estado también como su instrumento político de dominación más o menos indirecta y que se adapta a sus diversas formas o momentos de desarrollo para aprovecharlo como tal. La división aprista de los cuatro sectores de influencia imperialista, coincide en gran parte con los varios momentos de desarrollo del Estado como institución político-social en Indoamérica. El Estado en Centro América difiere del Estado en los países bolivarianos, alcanza mayor desarrollo y firmeza en Chile y en los países del Plata, y toma modalidades varias en el Brasil,, forma típica de federación (Torre, 1994, p. 87-88).

Como observado, para Haya de la Torre, os diferentes países que compõem a América Latina, em contraposição aos Estados Unidos da América, que conseguiu erigir uma constituição que abarcasse as suas peculiaridades, não foram capazes de realizar o mesmo êxito. Além disso – e esse é um elemento fundamental dentro do pensamento da época -, o nosso autor parte do princípio que, após a invasão europeia e a conseqüente destruição das

economias indígenas locais, sejam elas dos antigos Impérios ameríndios, sejam das economias de autossustentação, conformou-se uma espécie de modo de produção feudal que se articulou com outras formas de expressão econômica¹⁷, constituindo, assim, toda uma configuração político-social própria.

De todo modo, apesar de tal premissa parecer um tanto quanto errônea e sem nexos nos dias atuais, devemos nos recordar que tais autores, como bem lembrado pelo professor Augustin Cueva (1937-1992), estiveram submetidos ao contexto do início do século passado, marcado, dentre outras coisas, por uma realidade majoritariamente rural, com fortes implicações da Igreja, sobretudo no campo da cultura e da educação, e com diferentes formas de exploração da força de trabalho. Assim sendo, longe de estarem sendo influenciados única e decisivamente pelas Internacionais Comunistas, em especial a segunda (1889-1916) e a terceira (1919-1943), os mesmos estiveram preocupados em averiguar as suas realidades de forma relativamente autônoma e com alta qualidade teórica, tendo em vista, é claro, os limites bibliográficos do período¹⁸.

Em vista disso, José Carlos Mariátegui, considerado, com muita justiça, um dos maiores, senão o maior, pensador marxista latino-americano do início do século passado, parte de uma premissa que, nesse sentido, assemelha-se demasiadamente com Haya de La Torre¹⁹. Em seu texto “Evolución histórica de Perú. El problema del indio. La unidad latinoamericana”, o nosso autor realiza toda uma análise em torno da história do seu país, afirmando, como já ressaltado anteriormente, que, após a queda do Império Inca, estabeleceu-se uma economia feudal, a qual apresentava uma certa articulação e coexistência com outros modos de produção. Para ele, em um primeiro momento, o feudalismo oriundo das ruínas ameríndias conviveu com a escravidão do negro e, com o decorrer do tempo, tendo em vista os progressos técnicos pelos quais a economia peruana fora submetida, também teve que se relacionar com um certo capitalismo embrionário, em especial nas regiões litorâneas.

Isto posto, com a derrocada da escravidão, coabitariam em um mesmo país três formas distintas de se organizar economicamente: na região costeira, seria observado a

17 Tal característica será denominada posteriormente como “heterogeneidade estrutural” pelos autores cepalinos.

18 Nesse sentido, contrapondo-se um pouco ao texto de Lowy, recomenda-se a leitura da obra “El marxismo latinoamericano: historia y problemas actuales”, do escritor Agustín Cueva.

19 Deve-se enfatizar, porém, que, enquanto Mariátegui fora um revolucionário que lutava por um socialismo indo-americano, Haya de La Torre era um teórico nacionalista e que, inclusive, advogava pela luta junto com uma burguesia nacional.

ascensão capitalista, originando, para tanto, uma classe detentora dos meios de produção e os genes do proletariado urbano; uma certa economia socialista em determinados redutos indígenas, provinda de certos resquícios pontuais do antigo império decadente; e, é claro, o modo de produção feudal, o qual, contrapondo-se ao capitalismo ascendente, representaria um certo empecilho para o seu progresso e desenvolvimento. Segundo Mariátegui:

El trabajo colectivo, el esfuerzo común, se empleaban fructuosamente en fines sociales. Los conquistadores españoles destruyeron, sin poder naturalmente reemplazarla, esta formidable máquina de producción. La sociedad indígena, la economía incaica, se descompusieron y anonadaron completamente al golpe de la Conquista. Rotos los vínculos de su unidad, la nación se disolvió en comunidades dispersas. El trabajo indígena cesó de funcionar de un modo solidario y orgánico. Los conquistadores no se ocuparon casi sino de distribuirse y disputarse el pingüe botín de guerra. Despojaron los templos y los palacios de los tesoros que guardaban; se repartieron las tierras y los hombres, sin preguntarse siquiera por su porvenir, como fuerzas y medios de producción. El virreinato señala el comienzo del difícil y complejo proceso de formación de una nueva economía. En este período, España se esforzó por dar una organización política y económica a su inmensa colonia. Los españoles empezaron a cultivar el suelo y a explotar las minas de oro y plata. Sobre las ruinas y los residuos de una economía socialista, echaron las bases de una economía feudal (Mariátegui, 1994, p. 47-48).

Como visto, o texto de Mariátegui, apesar de estar localizado em contexto histórico preciso da história do Peru e que, por isso, exige uma certa contextualização e revisão, oferece-nos uma perspectiva ímpar não somente sobre a história do seu país, como também e fundamentalmente sobre determinadas problemáticas sociais ainda recorrentes no restante do nosso continente, como, por exemplo, a questão acerca da posse da terra, a questão indígena, a influência externa sobre a nossa economia e sobre a necessidade da revolução socialista. No entanto, será que todas as análises do período partiam dessa premissa em comum, de que a natureza da nossa economia era fundamentalmente feudal? Para tanto, vejamos, agora, como o historiador argentino Sérgio Bagú (1911-2002) lida com essa temática²⁰.

Inserido dentro do contexto de Pós-Segunda Guerra passagem da década de 1940 para 1950, num período em que há um notório avanço das relações capitalistas de produção, Bagú, em contraposição a Haya de la Torre e Mariátegui e com um certo diálogo com o historiador brasileiro Caio Prado Júnior, realiza todo um questionamento acerca do suposto caráter feudal da economia latino-americana. Assim sendo, partindo de uma certa articulação

20 Um dos aspectos que nós gostaríamos de chamar a atenção é em relação ao contexto histórico em que tais autores estiveram localizados. Bagú, por exemplo, por ter desenvolvido as suas ideias 20 após Mariátegui, encontrava-se em uma realidade histórica, social e econômica significativamente diferente, fato esse que, em grande medida, explica as diferenciações entre ambos os autores.

entre elementos de natureza micro, próprios das especificidades de cada país, com fatores de natureza macro, como o mercado internacional e o imperialismo por parte dos grandes centros hegemônicos da época, o nosso teórico afirma que, na realidade, o que se verificou na América Latina não foi uma espécie de feudalismo local, mas sim de um certo capitalismo que, inclusive, foi de fundamental importância para o devido desenvolvimento e florescimento de tal modo de produção, em especial nas suas etapas comercial e industrial.

Isto posto, o chamado ‘capitalismo colonial’, como ele bem menciona, deveria ser compreendido na forma como a chamada empresa colonial, a qual abarcaria as companhias de comércio da época, todo o tráfico negreiro e as próprias colônias em seu aparato político-administrativo, gerou o seu acúmulo de capital e como as mercadorias produzidas nas Américas se inseriram no mercado internacional, beneficiando, com isso, as metrópoles e demais empresas inseridas nesse meio. Segundo Bagú, em seu texto ‘El carácter de la economía colonial: ¿feudalismo o capitalismo?’, podemos observar o seguinte:

En las ciudades, siempre hubo un número de esclavos domésticos que practicaban algunas rústicas artesanías, cuyos productos vendían por las calles en beneficio del amo. Pero la forma más típica de acumulación capitalista se encuentra en la empresa colonial que utiliza mano de obra esclava para producir mercancías en grandes cantidades con destino al mercado internacional.. Hablamos de las minas —principalmente movidas por negros en Brasil—; de los ingenios hispano-lusos; de las plantaciones de cacao, algodón, etcétera. No sólo el esclavo legal produce dentro de un mecanismo incuestionablemente capitalista, sino que la venta del esclavo a éstas empresas coloniales —es decir, la provisión de mano de obra esclava para la vasta maquinaria de la producción capitalista colonial—, está a cargo de sociedades e individuos organizados de acuerdo a cánones capitalistas y que persiguen un provecho indudablemente comercial. Las bases del tráfico negrero, desde el punto de vista económico, son las de la empresa capitalista: sociedades por acciones o empresarios individuales •—según la magnitud del negocio—, dividendos, acumulación de beneficios, competencia internacional. Podríamos añadir "absolutamente irreligioso, sin unión interna, sin mucho espíritu público", como caracteriza Keynes a la empresa capitalista (Bagú, 1994, p. 129-131).

Indo ao encontro de tal posicionamento, Rodolfo Stavenhagen (1932-2016), em seu texto *Sete tesis equivocadas sobre América Latina*, reitera que, apesar de todas as diferenciações e discrepâncias verificadas, sejam elas de natureza socioeconômica ou geográfica, entre a vida urbana e rural das sociedades latino-americanas, a utilização do termo ‘sociedades duais’ ainda assim é errôneo e problemático. Para tanto, tal como Bagú, Stavenhagen admite que a conquista da América teve, desde a sua origem, motivações econômicas e comerciais, na qual é observado a participação de empresas mercantis nas

quais intervieram capitais públicos e privados e cujo objetivo fora o atendimento das demandas europeias. Assim sendo, conclui, “durante toda e época colonial, o motor da economia americana era o sistema mercantilista-capitalista em expansão”, de tal modo que a suposta economia feudal “não era mais que subsidiária dos centros dinâmicos, que, por sua vez, respondiam às necessidades da metrópole colonial” (Stavenhagen, 1994, p.64). Para ele:

Apesar de todas as diferenças socioeconômicas e geográficas existentes, o emprego do conceito “sociedade dual” não se justifica por duas razões: primeiro, porque os dois polos são resultado de um único processo histórico e, segundo, porque as relações mútuas que conservam entre si as regiões e os grupos ‘arcaicos’ e ‘feudais’ e os ‘modernos’ e ‘capitalistas’ representam o funcionamento de uma só sociedade global da qual ambos os polos são partes integrantes (Idem, 1994, p. 63).

Por fim, antes de passarmos para a próxima seção deste capítulo, seria oportuno também nos debruçarmos sobre determinados estudos de pensadores brasileiros, mais precisamente aos grandes nomes do pensamento marxista nacional²¹. Nesse sentido, deve-se enfatizar os importantes trabalhos teóricos e políticos realizados pelos intelectuais e dirigentes do Partido Comunista Brasileiro, sendo os seus principais expoentes Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Moisés Vinha e Nestor Duarte. Tais pensadores partiam do princípio conforme o qual a sociedade brasileira ainda estaria submetida à influência de elementos de caráter pré-capitalista nas suas relações de produção, os quais, por sua vez, dificultariam o desenvolvimento das forças produtivas. (Transpadini; Stédile, 2022, p.24). Assim sendo, como forma de sanar tal adversidade, tais teóricos defendiam uma estratégia e uma ação política que legitimassem, como forma de superar o atraso econômico, o desenvolvimento das forças produtivas locais, medida essa que realizar-se-ia mediante a concretização, em um primeiro momento, de uma revolução democrático-burguesa. Esta, por sua vez, após desenvolver plenamente os nossos setores produtivos, abriria margem para a eclosão de uma revolução proletária, fato esse que encaminharia o país rumo ao socialismo²² (Idem, p. 26).

Além disso, antes de passarmos para uma análise mais detida acerca das principais ideias defendidas por tais intelectuais, seria oportuno mencionar que os mesmos também

21 Neste trabalho, nós enfatizamos os estudos realizados por certos intelectuais marxistas brasileiros, mas é importante salientar que, para além de tais autores, pensadores “clássicos” da nossa trajetória epistemológica devem ser mencionados, como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Raymundo Faoro e similares.

22 Tais tópicos serão abordados com maiores cautelas no último capítulo.

foram influenciados pelo debate historiográfico entre Maurice Dobb (1900-1976) e Paul Swezy (1910-2004) sobre a passagem do feudalismo para o capitalismo no continente europeu. Em largos traços, enquanto Dobb situava a crise do feudalismo dentro de um contexto de superexploração da mão de obra servil, o que, por seu turno, acirrava a luta de classes com a nobreza, Swezy recolocava o advento do comércio como eixo estruturador para a crise do modo de produção feudal. Assim sendo, tal debate em questão, o qual, em partes, foi incorporado pelo PCB²³, atrela-se também ao ímpeto dos teóricos nacionais e regionais em apreender a nossa essencialidade brasileira e latino-americana²⁴. No entanto, falando mais precisamente sobre os autores nacionais, quais foram as suas principais teses defendidas?

Nelson Werneck Sodré (1911-1999), mais precisamente na sua exímia obra *Formação histórica do Brasil*, após realizar um longo exame da situação político e econômica brasileira dos anos 1950, afirma que, em um país como o nosso, marcado pelo subdesenvolvimento e pela dependência externa, as contradições mais emblemáticas que assolam o bojo da sociedade são de ordem nacional e democrática, as quais seriam caracterizadas, respectivamente, pela relação antagonística entre a Nação e o Imperialismo e pela oposição de interesses entre os setores empresariais e agroexportadores vinculados ao capital externo e às camadas populares²⁵. Nesse sentido, conforme as próprias palavras do autor:

A cada dia que passa se verifica que a revolução nacional nos países dependentes é um processo inteiramente diverso do que ocorre em outros tempos ou daquele que ocorre hoje em países de economia plenamente desenvolvida. A contradição com o imperialismo surge claramente como constante, permanente, continuada, e não circunstancial, passageira e suscetível de acomodação. E surge claramente a necessidade de juntar o côro do campo, com a liquidação do latifúndio e das relações semifeudais de produção, ao côro das classes que participaram da luta pelo livre desenvolvimento do país. Latifúndio e Imperialismo aparecem como peças conjugadas, trabalhando no mesmo sentido.

E continua:

23 Seria oportuno destacar que, para nós, embora, de fato, o debate em questão tenha sim influenciado determinados teóricos do PCB, tal influência, além de pontual, foi um tanto quanto limitada, sobretudo se levarmos em consideração a maneira pela qual tal discussão influenciou outros teóricos, como, por exemplo, Gunder Frank e demais críticos da linha do partidão.

24 Gostaríamos de ressaltar, também, que o debate em questão é muito mais complexo do que foi apresentado. Deste modo, para aqueles que se interessarem, deixaremos na bibliografia certas indicações para um aprofundamento nos estudos.

25 Para o autor, as camadas populares em questão não limitar-se-iam apenas ao conjunto da classe trabalhadora, expandindo-se também para setores empresariais com um projeto de desenvolvimento nacional e a pequena burguesia.

A contradição fundamental, assim, é a entre a Nação e o Imperialismo e seus agentes internos, que se desenvolve paralela e intimamente associada à contradição entre forças produtivas em desenvolvimento e o monopólio da terra que as entrava. O Imperialismo não só mantém antigas formas de exploração da economia brasileira, que começaram antes de seu aparecimento e com ele se aprofundaram – os empréstimos financeiros e o domínio do comércio exterior – como adotou a forma das inversões diretas, inclusive em áreas fundamentais da indústria, apropriando-se de parte considerável do valor do trabalho e tornando mais oneroso para o nosso povo o processo interno de acumulação. O nosso desenvolvimento capitalista tem se subordinado, até agora, à dependência do Imperialismo e por isso tende a conservar os fatores que entravam a plena expansão das forças produtivas, acumula deformações, acentua desigualdades, vão das sociais às regionais, onera pesadamente o trabalho e sacrifica o povo (Sodré, 1962, p. 400).

Entretanto, apesar de tal formulação ter compreendido à linha teórico e política do PCB, isso não impediu que outras abordagens, inclusive conflitantes em determinados aspectos, surgissem no interior do partido. Como caso talvez mais emblemático, podemos mencionar o exemplo de Caio Prado Junior (1907-1990), o qual, na sua ilustre obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, parte de uma premissa diferente daquela verificada em Sodré. Em largos traços, se este afirma que haveria uma permanência de determinados traços pré-capitalistas e inclusive feudais²⁶ - se levado em consideração a realidade do campo -, aquele, ao contrário, reitera a existência, desde os tempos da colônia, de um certo capitalismo cujo objetivo é o de auxiliar no processo de acumulação de capital dos países desenvolvidos²⁷. Assim sendo, seria oportuno citar algumas passagens desta ilustre obra do pensamento econômico brasileiro:

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos ‘descobrimentos’, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do conjunto europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa europeia a partir do século XV, e que lhes alargará o horizonte pelo oceano afora {...} É sempre como traficantes que os vários povos da Europa abordarão cada uma daquelas empresas que lhe proporcionarão sua iniciativa, seus esforços, o acaso e as circunstâncias do momento em que se achavam. Tudo isto lança muita luz sobre o espírito com que os povos da Europa abortam a América. A ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este

26 Para além de Sodré, poderíamos citar, também, nomes como Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, os quais, para além de compreenderem um dos pioneiros dos estudos marxistas no Brasil, também partem de uma análise acerca de uma suposta influência e realidade feudal em nosso país.

27 Na ocasião, essa tese de uma suposta existência de um capitalismo brasileiro presente desde os tempos da colônia foi duramente criticada e contraposta por outros intelectuais marxistas do período. Como exemplos, poderíamos mencionar o caso de Gorender, que afirma a existência de um modo de produção próprio no país, o chamado escravismo colonial, e até mesmo de Florestan Fernandes, que utiliza o termo ‘pré-capitalismo’. De toda forma, ainda cumpre frisar a importância de Caio Prado Junior para outros autores de tendência crítica no Brasil, como Francisco de Oliveira e o próprio Ruy Mauro Marini.

território primitivo e vazio que é a América; e inversamente o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis (Prado Junior, 1982, 85-86).

E continua:

No seu conjunto e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes, e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução dos trópicos americanos (Idem, p.94).

Outrossim, no seu livro *A revolução brasileira*, observa-se a defesa de um suposto projeto popular, o qual, embora não negasse totalmente uma possibilidade de aliança com os setores burgueses nacionais, apresentaria um caráter nacional e emancipatório. Segundo ele:

A herança colonial brasileira ainda faz sentir, no essencial, todos ou pelo menos os seus principais efeitos. Constituímos ainda, numa perspectiva ampla e geral em que desapareceram as situações excepcionais relativamente escassas, um aglomerado humano heterogêneo e inorgânico, sem estruturação econômica adequada, e em que as atividades produtivas de grande significação e expressão não se acham devidamente entrossadas com as necessidades próprias da massa da população. E como consequência desse estado de coisas num mundo como o atual, em que o fornecimento de produtos primários se torna comercialmente cada vez menos significativo, vai a economia brasileira incidir no círculo vicioso a que já nos referimos: os baixos padrões e nível de vida da grande massa da população brasileira não dão margem para atividades produtivas em proporções suficientes para absorverem a força de trabalho disponível, e assegurarem com isso ocupação e recursos adequados àquela população. Em suma, não temos produção porque não temos consumo, e não temos consumo porque não dispomos de um nível adequado de atividades produtivas (Prado Júnior, 1978, p. 158).

Como visto, apesar das diferenciações teóricas dos intelectuais aqui citados, podemos concluir que todos eles, inseridos dentro das suas respectivas conjunturas históricas, realizaram análises significativas acerca das suas realidades locais²⁸. Em vista disso, por mais que determinados elementos em particular de suas produções teóricas tenham envelhecido mal, o conjunto de suas obras continuam atuais, servindo, inclusive, para auxiliar-nos a

28 Assim sendo, quando autores como Sodré e Mariátegui, por exemplo, empregam o conceito de feudalismo para analisar a realidade latino-americana e brasileira, eles não estão utilizando tal termo de forma descontextualizada e a crítica, mas sim propondo formas de análise social com base em conceitos e discussões que impactaram a época em que estavam inseridos.

pensar sobre problemas que ainda nos assolam. Outrossim, tendo em vista a frutuosidade de suas interpretações a respeito da economia latino-americana, as mesmas foram influentes para posteriores intelectuais e escolas de pensamento, como é o caso, justamente, da teoria da dependência, muito embora, por se tratarem de intelectuais que tiveram um grande vínculo com movimentos e questões sociais, eles foram esquecidos dentro dos debates acadêmicos. De toda forma, antes de passarmos para a escola dependentista, vejamos, agora, não somente as principais ideias que permearam o pensamento cepalino, como também o contexto histórico em que o mesmo esteve inserido, para que, assim, nós tenhamos uma noção acerca dos antecedentes teóricos e políticos do debate em torno da dependência.

2.2 O pensamento cepalino e as suas contribuições para o debate latino-americano:

Notoriamente, existe uma grande chance de que poucas palavras expressem uma acepção tão supostamente direta e precisa como o termo “desenvolvimento”. Ora, ao lermos determinados artigos jornalísticos ou acadêmicos sobre economia, ou assistirmos noticiários sobre temas correlatos, deparamo-nos com questionamentos e possíveis soluções para os infortúnios que prejudicam e desaceleram o desenvolvimento econômico brasileiro, de tal forma que se convencionou aceitar que o conceito em questão manifesta uma série de práticas e políticas cujo objetivo seria o de promover o bem coletivo. Todavia, naturalizado pelo senso comum, em nenhum momento nos questionamos sobre os limites e debilidades do ilusório conceito de desenvolvimento, de maneira que, dificilmente, nos damos conta de que o mesmo, em realidade, compreende a uma ideologia que nos assola e influencia cotidianamente.

Mas, afinal, o que é ideologia e como a mesma cumpre com um papel decisivo sobre a manutenção do modo de produção capitalista²⁹? Dentro da literatura marxista, a categoria de ideologia, em contraposição ao seu uso comum e rotineiro, conforme o qual a mesma vincula-se com qualquer discurso atrelado a interesses sociais específicos e independentes da sua posição no sistema de dominação social, reflete o conjunto de valores, princípios e ideias que, dentre outras coisas, justificam, velam e legitimam a forma de sociedade a que estamos submetidos. Assim sendo, ao falarmos sobre desenvolvimento enquanto uma ideia universal

29 Para uma compreensão mais satisfatória acerca de tal categoria de análise, deixaremos, nas referências bibliográficas, algumas recomendações sobre o tema.

ou até mesmo atrelado ao desenvolvimento econômico, estamos, fundamentalmente, falando sobre o desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista, o qual, como bem expresso por Marx³⁰, embora, de fato, condiciona avanços técnicos significativos, produz um processo de concentração e centralização de capital, além de promover a constituição de um exército industrial de reserva, o qual é de suma importância para a regulação dos salários dos trabalhadores.

Nesse sentido, a chamada ideologia do desenvolvimento não abarca a totalidade da nossa sociedade e não expressa as contradições intrínsecas e próprias da luta de classes. No entanto, como toda ideologia, a mesma, para ser devidamente combatida e superada, deve ser desnaturalizada, processo esse que exige a sua devida contextualização histórica. No entanto, qual foi o seu contexto de apogeu e zênite? Pronunciado no dia 20 de janeiro de 1949, muito possivelmente o discurso de posse do então presidente estadunidense, Henry Truman, seria de fundamental importância não somente no que se refere a questões de geopolítica da época, como também teria uma implicação decisiva sobre o meio acadêmico.

Realizado ainda nos princípios da guerra fria, o discurso em questão constituiu-se enquanto uma verdadeira declaração de guerra ao socialismo soviético, o qual é visto como uma ideologia vil, nefasta e adversa à vida e à liberdade dos cidadãos, de tal modo que os Estados Unidos, portador da aparente verdadeira democracia, deveria auxiliar e protagonizar o combate a tais princípios perniciosos. Para tanto, Truman elenca quatro pontos estratégicos para o combate ao comunismo, sendo que, deste total, apenas o último nos interessa agora, tendo em vista que é por meio dele que a dicotomia desenvolvimento-subdesenvolvimento é condicionada. Nesse sentido:

Cuarto, debemos emprender un programa nuevo y audaz para que los beneficios de nuestros avances científicos y el progreso industrial, estén disponibles para la mejora y el crecimiento de las zonas subdesarrolladas. Más de la mitad de la población del mundo vive en condiciones cercanas a la miseria. Su alimentación es inadecuada. Su vida económica es primitiva y estancada. Su pobreza es un obstáculo y una amenaza tanto para ellos como para zonas más prósperas. Por primera vez en la historia, la humanidad posee el conocimiento y la habilidad para aliviar el sufrimiento de estas personas (Truman, 1949, s.p).

Isto posto, foi justamente no contexto de Pós-Segunda Guerra Mundial em que o conceito de desenvolvimento, alicerçado por todo um aparato de produção de conhecimento e de aplicação de políticas públicas voltadas aos interesses estadunidenses, apresentou-se

30 Com tal afirmação, estamos fazendo referência, de maneira mais frutífera, ao capítulo sobre a Lei de acumulação capitalista, presente na obra *O capital*.

como um horizonte político incontestável. Com isso, consolida-se, dentro dos debates teóricos e políticos da época, uma nova dualidade, a qual, substituindo a antiga dicotomia civilização-barbárie, seria caracterizada pela oposição desenvolvimento-subdesenvolvimento e que esboçaria valores e princípios típicos da modernidade capitalista, como o humanismo, o individualismo, o progressismo, o industrialismo e o economicismo (Prado, 2019, p.72). Logo, objetivando impedir o avanço da influência socialista sobre o chamado “terceiro mundo”, constituiu-se todo um aparato institucional e ideológico que, supostamente, teria como finalidade promover o desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, processo esse que, inicialmente, está atrelado a um fortalecimento da industrialização.

Nesse sentido, seria oportuno salientar e relembrar, como bem esboçado por Correa Prado, que a gênese de tal arcabouço ideológico começa a ganhar os seus contornos de forma um pouco mais definida ainda um pouco antes do final da Segunda Guerra, em especial com a criação do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), do Fundo Monetário Internacional, além, é claro, da configuração do então sistema monetário da época, consolidado pelo Acordo de Bretton Woods. De toda forma, é inegável que a instituição mais crucial nesse sentido foi a própria Organização das Nações Unidas (ONU), sobretudo mediante o seu Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e da criação, em especial a partir de 1947, das chamadas Comissões Econômicas Regionais - dentre as quais a Cepal, conforme será visto mais adiante, devido à qualidade das suas análises e prognósticos, tornou-se demasiadamente conhecida (Prado, 2019, p.88).

Foi justamente em tal contexto que os aparelhos privados e estatais de hegemonia dos países ocidentais, sob a nítida égide norte-americana, estruturaram e promoveram a produção de teorias sobre o desenvolvimento econômico e, inclusive, consolidaram uma nova área do conhecimento dentro da economia política denominada “economia do desenvolvimento”, na qual teóricos como Arthur Lewis, Paul Rosenstein Rodan, Ragnar Nurske, Colin Clark, Herbert Frankel, Walt Whitman Rostow e similares estão inseridos. Para tais autores, de forma sucinta, a noção de desenvolvimento passa a se associar com o crescimento econômico e, sobretudo em análises mais vulgares, o mesmo seria apreendido enquanto uma espécie de processo evolutivo, no qual o subdesenvolvimento seria uma espécie de estágio preliminar e que, por isso mesmo, seria passível de ser superado. Para que tal metamorfose acontecesse, advogavam os profetas do desenvolvimento, os países subdesenvolvidos teriam

que adotar uma série de medidas recomendadas pelos países hegemônicos, as quais, claramente, não levavam em consideração as suas peculiaridades socioeconômicas.

Logo, da mesma forma como ocorreu com o antigo “fardo do homem branco”, por meio do qual as potências imperialistas da época estruturaram todo um aparato ideológico que se pautava em um suposto dever ético e moral por parte dos países europeus em levar a civilização para as regiões barbáricas da África e da Ásia, mas que escondia os seus verdadeiros interesses e motivações políticas e econômicas, próprias das necessidades fisiológicas do modo de produção capitalista em buscar cada vez mais novos mercados, matérias-primas e um público consumidor, a controvérsia do desenvolvimento apresenta um contexto um tanto quanto semelhante.

Em um mundo bipolar e no qual predominavam duas grandes superpotências que disputavam áreas de influência geopolítica, a ideologia do desenvolvimento foi – e ainda é – um recurso utilizado não somente para frear a ameaça vermelha, como também permitir a manutenção, com restritas e pontuais melhorias, de um capitalismo dependente e associado no terceiro mundo. De todo modo, se a ideologia do desenvolvimento, conforme visto, nasce de um projeto estadunidense para ampliar a sua hegemonia globalmente, isso não quer dizer que a mesma tenha ingressado na América Latina de forma acrítica e descontextualizada. Pelo contrário, teorizada pela rica abordagem cepalina, ela se incorporou ao nosso continente não somente devido à influência econômica, política, militar e cultural dos Estados Unidos, mas também pelas próprias disputas políticas entre as frações de classe da burguesia local. Segundo Correa Prado:

A ideologia do desenvolvimento teve incidência na América Latina porque, diferente dos novos países que nasciam do processo de descolonização no pós Segunda Guerra, a América Latina, em sua unidade diversa, já era independente há mais de um século e continha em seu interior relações sociais de produção especificamente capitalistas que haviam engendrado estruturas capitalistas e Estados Nacionais. Vinculada a esta realidade, a Cepal acabou por refletir as contradições intraburguesas, pois embora a burguesia industrial não tenha rompido diretamente com as burguesias oligárquicas agro-exportadoras e com a burguesia comercial, passava dialeticamente a se fortalecer sob a égide da consolidação de um projeto que, sem romper com a potência hegemônica e se enquadrando nos marcos do recém estabelecido padrão monetário internacional baseado no dólar-ouro, acabava por questionar a divisão internacional do trabalho vigente até então (Prado, 2019, p.105-106).

Mas afinal, o que foi a Cepal e quais as suas implicações e relevâncias para o debate latino-americano? Criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e inserida dentro dessa conjuntura de consolidação das amálgamas estadunidense sobre a América Latina, a Cepal, como bem expressado pelo professor Ricardo Bielschowsky, compreendeu a um corpo analítico específico para as intempéries políticas, econômicas e sociais que abarcavam a nossa região e cujo potencial teórico residiu pela combinação de um método essencialmente histórico-indutivo com uma referência abstrato teórica própria, a chamada teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico latino-americano, além de partir da premissa segundo a qual o Estado corresponderia a um agente de fundamental importância para o ordenamento e desenvolvimento da região (Bielschowsky, 2000, p. 16). Á vista disso, a perspectiva estruturalista, como consequência direta do próprio objeto de estudo a que se propunha a instituição, situou-se no centro das averiguações cepalinas, pois almejava-se examinar o modo próprio de como se dava a transição “hacia adentro” nas economias periféricas latino-americanas, a qual entendia-se repousar sobre uma condição de herança e mescla de uma estrutura produtiva e institucional arcaica e originária da época colonial-exportadora com uma certa presença de elementos produtivos modernos e industriais (Idem, p.18).

Nesse sentido, na obra *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Celso Furtado (1920-2004), importantíssimo economista brasileiro e membro da Cepal, ao analisar as relações de interdependência entre as revoluções tecnológicas que eclodiram, em especial, nos países da Europa Ocidental e as condições históricas dos seus devidos desenvolvimentos econômicos, parte da ideia de que o progresso industrial europeu do século XVIII teria apresentado como uma das suas principais consequências o deslocamento da fronteira econômica europeia sobre regiões nas quais reinavam sistemas econômicos pré-capitalistas, de tal forma que esta dilatação implicou na formação de economias híbridas, em que o núcleo capitalista passou a coexistir de forma pacífica com a estrutura econômica arcaica. Aliás, conforme as suas próprias palavras:

A estrutura econômica da região onde penetrou a empresa capitalista não se modifica, necessariamente, como consequência dessa penetração. Apenas uma reduzida fração de mão de obra disponível é absorvida pela empresa forânea; os salários pagos a essa mão de obra não são determinados pelo nível de produtividade da empresa e, sim, pelas condições de vida prevalentes da região. {...} Como a empresa capitalista está ligada à região onde se localizou quase que exclusivamente como um agente criador de massa de salários, seria necessário que o montante dos pagamentos ao fator trabalho alcançassem grande importância relativa para

provocar modificações na estrutura econômica. O fenômeno é, até certo ponto, idêntico ao observado na primeira fase do desenvolvimento da economia capitalista, quando o sistema artesanal preexistente ia sendo destruído e absorvido (Furtado, 2000, p. 254).

A riqueza e maestria do método cepalino residem, pois, justamente, na interação entre um método indutivo com a abordagem estruturalista formulada originalmente pelo economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986). Em relação a este último ponto, faz-se oportuno diferenciar a abordagem estruturalista da Cepal daquelas verificadas em outras ciências humanas e sociais, como, por exemplo, a linguística e a antropologia cultural. Deste modo, enquanto estas partiam de um procedimento fundamentalmente sincrônico e comparativo, a abordagem cepalina pautava-se por um enfoque direcionado pela busca de relações diacrônicas, históricas e comparativas, prestando-se mais ao método 'indutivo' do que a uma 'heurística positiva' (Bielschowsky, 2000, p. 21).

Outro ponto crucial dentro do pensamento em questão é a dualidade entre centro e periferia, oposição essa que gerou um duplo papel analítico. Primeiro, serviu para o argumento de que a estrutura produtiva e jurídica latino-americana determinava todo um padrão de inserção na economia internacional, caracterizada por uma demanda internacional pouco dinâmica, importadora de bens e serviços e absorvedora de padrões de consumo e tecnologias propícias aos centros desenvolvidos, mas que, muitas vezes, eram inadequadas à disponibilidade de recursos e ao nível de renda da periferia (Bielschowsky, 2000, p. 23). Segundo, em complementariedade ao primeiro tópico, afirmava que a estrutura socioeconômica periférica também determinava todo um modo próprio de industrializar, introduzir progresso técnico, absorver a força de trabalho e distribuir a renda. Desta forma, não se tratava, para os autores da Cepal, de meramente comparar o subdesenvolvimento periférico com a história do desenvolvimento dos países centrais, até porque a noção de desenvolvimento não seria vista como parte componente de uma suposta evolução ou processo universal, mas sim a algo inédito e cujos resultados seriam singulares às devidas especificidades das economias da região (Idem, p. 24).

No entanto, qual seria a base, segundo os intelectuais cepalinos, que alicerçava o chamado sistema centro-periférico? Raúl Prebisch, no seu *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas*, constitui toda uma análise que abarcava não somente as especificidades do processo de industrialização que vinha ocorrendo no nosso continente, como também acerca de determinadas problemáticas que o

debilitavam. Sucintamente, a forma e a natureza dos produtos exportados pela América Latina aos centros desenvolvidos, assentada na dualidade centro-periferia, na qual os países centrais exportariam bens manufaturados e os países periféricos, por seu turno, exportariam produtos agrícolas e de baixo valor agregado, acarretava em desequilíbrios externos para as nossas economias, constituindo aquilo que o autor vai denominar de deterioração dos termos de intercâmbio.

Este último fenômeno, por sua vez, teria a sua origem em uma característica própria do sistema capitalista, que seria os chamados ciclo econômicos, o qual, resumido de forma pouco proveitosa, seria um movimento alternado de rendas, as quais se contrairiam e dilatariam em um processo circulatório, afetando, com isso, não somente as economias dos países centrais, como, sobretudo, dos países periféricos. Para o autor:

Enquanto os centros retiraram integralmente o fruto do progresso técnico da sua indústria, os países da periferia os transferiram uma parte do seu próprio progresso técnico. Em síntese, apesar de maior progresso técnico na indústria que na produção primária, a relação de preços piorou para essa, em vez de melhorar, parece que o ingresso médio por homem cresceu nos centros industriais mais intensamente que nos países produtores da periferia (Prebisch, 1994, p. 239).

E continua:

Não se poderia compreender a razão de ser deste fenômeno sem relacioná-lo com o movimento cíclico da economia e a forma em que se manifesta nos centros e na periferia. Pois o ciclo é a forma característica de crescer da economia capitalista e o aumento de produtividade um dos fatores primários de crescimento. A quantia e as variações estão intimamente ligadas a essa disparidade. O benefício aumenta na crescente e tende, assim, a corrigir o excesso de demanda pelo aumento de preço, e tende, com isso, a corrigir o excesso de oferta pela baixa daquele (Idem, p 242).

Em conformidade a isso, visando superar o desequilíbrio externo, o diagnóstico mais adequado para Prebisch seria aderir a uma política industrializante no nosso continente, a qual, mais uma vez, seria assentada pela participação direta do Estado na economia. Porém, partindo do princípio de que não há um *continuum evolutivo* na história do desenvolvimento econômico e que a América Latina apresenta especificidades próprias e que a diferencia do continente europeu e dos Estados Unidos, como, por exemplo, uma pequena escala de produção se comparada com aqueles países, uma poupança insuficiente para se constituir inversões estratégicas e, até mesmo, um certo hábito por parte das nossas classes dirigentes em imitar padrões de consumo exógenos à nossa realidade, Prebisch também admite a

necessidade de se utilizar o comércio externo de forma estratégica e, ademais, em também fortalecer o setor primário. Nesse sentido, poderíamos destacar esta passagem da obra em questão:

A industrialização da América Latina não é incompatível com o desenvolvimento da produção primária. Pelo contrário, uma das condições essenciais para que o desenvolvimento da indústria possa cumprir com o fim social da vida é dispor dos melhores equipamentos e aproveitar o progresso da técnica na sua singular renovação. A mecanização da agricultura implica a mesma exigência. Precisamos de uma importação considerável de bens de capital e de exportar produtos primários para consegui-la (Idem, p. 227).

Conforme os fatos expostos, podemos concluir que a Cepal compreendeu a um corpo teórico de significativa qualidade teórica, influenciando decisivamente o debate econômico da época. Além disso, por mais que a mesma tenha se originado em um contexto de ascensão do imperialismo norte-americano, ela, de forma alguma, correspondeu a um arcabouço teórico submisso aos anseios estadunidenses. Pelo contrário, em uma conjuntura em que se advogava pela volta ao livre comércio e na qual a teoria das vantagens comparativas exerciam um forte controle sobre o pensamento acadêmico da época, a Cepal conseguiu, com grande êxito, não somente preencher o “vazio teórico” de uma certa literatura desenvolvimentista da época, como também se voltou a uma necessidade prática: a de se dirigir aos chamados “policy makers” do continente.

Todavia, com o decorrer da década de 1960 e meados da década de 1970, os postulados cepalinos começam a ser questionados. Na ocasião, por mais que em tal período tenha sido observado a adesão de certas políticas desenvolvimentistas e com uma relativa participação dos Estados nacionais, a dependência e o chamado subdesenvolvimento econômico ainda eram uma realidade. No entanto, isso não quer dizer que a Cepal não tenha mais contribuído para o debate desenvolvimentista ou que os seus estudos tenham perdido a sua originalidade e importância. Nesse sentido, investigava-se a premissa de que a industrialização das últimas décadas não foi capaz de prover à população os frutos do progresso técnico, assim como não havia eliminado a vulnerabilidade externa e a dependência e que tais condições estariam, inclusive, obstruindo o desenvolvimento socioeconômico local.

Em conformidade a isso, insere-se no pensamento cepalino uma nova área do saber científico, a chamada “sociologia do desenvolvimento”, cuja direcionalidade era atrelar, às

averiguações econômicas da Cepal, um elemento sociológico que visava compreender e solucionar as contradições sociais ocasionados nos últimos anos. Nesse sentido, observa-se a tentativa do economista Osvaldo Sunkel (1929-dias atuais)³¹ em rebater tais pressupostos críticos, o qual, resumidamente, afirmava que o subdesenvolvimento latino-americano residiria no fato de que, enquanto nos centros desenvolvidos era presenciado uma maior quantidade de trabalhadores que se integrava ao mundo moderno e a trabalhos cada vez mais especializados, na periferia isso era presenciado por apenas uma parte minoritária da população. Como resultado, o avanço desse “modelo” de acumulação resultaria em efeitos sociais desastrosos e desagregadores, porque marginalizaria ainda mais os agentes econômicos com maiores potencialidades produtivas (Sunkel, 2000, p. 42).

Sunkel, em seu texto “Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante”, afirma o seguinte a respeito dos procedimentos teórico-metodológicos de suas investigações:

O enfoque que proponho consiste em apreciar as características do subdesenvolvimento como o conjunto de resultados inerentes ao funcionamento de um determinado sistema ou normais dentro dele. Em outras palavras, dada a estrutura do sistema, fica definida a sua forma de funcionamento, e esta origina os resultados que o sistema produz. Tais resultados, no caso dos países subdesenvolvidos, são bem conhecidos: baixo nível de renda e crescimento lento, desequilíbrios regionais, instabilidade, desigualdade, desemprego, dependência, monoprodução, marginalização cultural, econômica, social e política etc. O observador convencional percebe esses sintomas do processo econômico-social do subdesenvolvimento e os atribui a desvios do padrão ideal ou então os capta como se fossem uma doença infantil, a ser solucionada através do crescimento e da modernização. Ele não se dá conta de que existe, por trás desses sintomas, um sistema cujo funcionamento normal produz tais resultados e que continuará a produzi-los enquanto a política de desenvolvimento insistir em atacar mais os sintomas do subdesenvolvimento do que os elementos estruturais básicos que o configuram (Idem, p. 526-527).

E depois complementa com o seguinte:

Em síntese, um esquema analítico adequado ao estudo do subdesenvolvimento e à formulação de estratégias de desenvolvimento deve repousar nas noções de processo, estrutura e sistema. Não se pode admitir que o subdesenvolvimento seja um momento na evolução de uma sociedade, econômica, política e culturalmente isolada e autônoma. Postula-se, ao contrário, que o desenvolvimento faz parte do processo histórico global de desenvolvimento, que o subdesenvolvimento e o desenvolvimento são duas faces de um mesmo processo universal, que ambos os

31 Optamos por nos deter de forma mais precisa no intelectual em questão devido à sua importância teórica e pelos estudos que o mesmo ofereceu. De toda forma, seria oportuno ressaltar que, para além de Sunkel, José Medina Echaverría foi um autor indispensável em tal abordagem.

processos são historicamente simultâneos, que estão funcionalmente vinculados, isto é, interagem e se condicionam mutuamente, e que sua expressão geográfica materializa-se em duas grandes polarizações: por um lado, a polarização do mundo entre os países industrializados, avançados, desenvolvidos e centrais e os países subdesenvolvidos, atrasados, pobres, periféricos e dependentes; e por outro, uma polarização, dentro dos países, em espaços, grupos sociais e atividades avançadas e modernos, e em espaços, grupos e atividades atrasados, primitivos, marginalizados e dependentes. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento, portanto, podem ser compreendidos como estruturas parciais, mas interdependentes, que configuram um único sistema (Idem, p.529).

Aníbal Pinto (1916-1984), por seu turno, mediante a formulação da sua tese sobre a heterogeneidade estrutural, afirmava que os frutos do progresso técnico concentrar-se-iam tanto no que se refere à distribuição de renda entre as classes, quanto em relação aos setores econômicos e até mesmo regiões de um mesmo país. Desta forma, o continente latino-americano estaria correndo o risco de reproduzir a velha dicotomia verificada ao longo do período agrário-exportador. Sendo assim, em seu artigo “Natureza e implicações da ‘heterogeneidade estrutural da América Latina’”, Aníbal nos afirma que:

Produzida a contração ou o estrangulamento da capacidade de importação, os países empreenderam a tarefa de “readaptar” suas estruturas internas de produção ao padrão da demanda. Entretanto, em vista de causas diversas e conhecidas, desde a distribuição da renda até a “internalização” do efeito demonstração (com a produção doméstica dos bens proibidos ou desconhecidos em certa época), essa estrutura de produção voltou as costas para a realidade essencial da baixa renda média e se empenhou em reproduzir a estrutura correspondente a economias em estágio muito superior de desenvolvimento. Nisso parece residir uma das causas profundas do chamado “esgotamento da industrialização fácil”. Satisfeita a demanda da população relativamente pequena de alta renda, o sistema retoma o passo e/ou se esforça por apressá-lo, concentrando ainda mais a renda e/ou ampliando “ficticiamente” o mercado, através da dilatação dos prazos, da ampliação das facilidades, da incitação ao segundo automóvel” etc (Pinto, 1994, p. 583-584).

Em relação à década de 1970, um estudo interessante que vale a pena ser mencionado é o artigo escrito pela professora Maria da Conceição Tavares em coautoria com José Serra e que se intitula “Para além da estagnação econômica”. De forma sintética, contrapondo-se a um artigo realizado por Celso Furtado, o trabalho em questão, o qual analisa de forma mais precisa a experiência brasileira ao longo da ditadura militar, afirma que a concentração de renda do período ampliou o consumo das classes médias e, em especial, altas, o que auxiliou na ampliação do excedente econômico para financiar a acumulação de capital. Tratava-se, portanto, de um crescimento econômico “perverso” ou até mesmo “maligno”, mas que de

forma alguma encontrou-se submetido a um certo estagnacionismo, conforme admitido por Furtado, evidenciando que o crescimento econômico pode, sem nenhum problema, conviver com injustiças sociais (Tavares; Serra, 2000, p. 590). Sobre a questão em torno de uma possível estagnação econômica, os autores admitem o seguinte:

Embora as economias mais industrializadas da América Latina sejam suscetíveis de sofrer esta contradição, não há por que concluir-se, a partir daí, que a tendência à estagnação seja nelas necessariamente mais inexorável do que nas economias centrais. Por outro lado, apesar de que a contradição entre produção e realização da mais-valia seja encontrada na raiz das crises mais importantes do capitalismo, torna-se difícil sustentar que tal contradição seja também responsável por algum tipo de estagnação secular em economias que possuem um significativo setor de bens de produção. Uma consequência importante da aceitação da tese da estagnação secular é o prejuízo que traz à compreensão da dinâmica atual do capitalismo nas economias maiores da região. A convicção de que o capitalismo não avança ou que, muito em breve, deixará de fazê-lo leva ao desinteresse pelas análises sobre como o mesmo opera e se expande,² que seriam imprescindíveis como ponto de partida para todos aqueles que se propõem a promover ou apressar sua substituição (Idem, p. 594).

Assim sendo, a Cepal, conforme exposto, continuou realizando investigações importantes a respeito do nosso continente, de tal modo que ela foi imprescindível para os estudos sobre o desenvolvimento e até mesmo da dependência local. Contudo, ainda assim, podemos concluir que, embora a Cepal tenha se caracterizado enquanto uma importante escola econômica, a mesma apresentou determinadas limitações que a impediram de captar adequadamente os acontecimentos do período. Logo, por mais que os seus estudos tenham-se demonstrado profundamente prolíficos, em especial no que concerne às análises referentes à deterioração dos termos de troca, os frutos constituintes do progresso técnico e a incidência dos mesmos sobre os salários dos trabalhadores, verifica-se, com a entrada da presença do capital estrangeiro – em especial o norte-americano – e o consequente controle das multinacionais sobre as economias latino-americanas, substancialmente em relação ao crescimento industrial, uma certa contestação das premissas cepalinas.

Na ocasião, manifestou-se no debate econômico da época a concepção conforme a qual o próprio modo de produção capitalista compreenderia a um sistema que criava e ampliava as diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, na qual a economia dos países subdesenvolvidos contribuía para o próprio desenvolvimento e na expansão da centralidade do sistema. Antes de passarmos para a última parte do capítulo, seria oportuno mencionar que um importantíssimo pensador que realizou críticas

contundes ao arcabouço teórico-metodológico da Cepal foi o economista brasileiro Francisco de Oliveira (1933-2019). No entanto, como poderíamos, sucintamente, compreender tais críticas³²?

Em largos traços, erigido por uma concepção dualista, a qual manifestava-se, mais precisamente, pela oposição entre o centro e a periferia, o pensamento cepalino apresentaria algumas limitações analíticas. Primeiro, desconsideraria a análise das relações concretas entre as classes e frações de classe presentes nas sociedades latino-americanas e como as mesmas vincular-se-iam à temática do desenvolvimento econômico. Outrossim, para Chico de Oliveira, tanto o centro quanto a periferia do sistema formariam uma unidade contraditória sob a regência da acumulação ampliada do capital. Em conformidade aos fatos expostos, o método cepalino não contemplaria o processo histórico como uma relação contraditória de sujeitos e classes sociais e, portanto, não foi capaz de esmiuçar a particularidade latino-americana na sua totalidade e como a mesma relacionou-se com o posterior processo de industrialização com todos os seus contrastes e incongruências (Gennari, 2020, p.92). Apesar de todo o brilhantismo das análises de Francisco de Oliveira, cabe ressaltar que ele não foi o único intelectual que se contrapôs à Cepal. Isto posto, vejamos, por fim, um pouco acerca da chamada Teoria da dependência e como a mesma se diferenciou em relação aos estudos anteriores.

2.3 Das ruínas do pensamento cepalino à ascensão da teoria da dependência: uma breve análise dos condicionantes históricos do período da escalada hegemônica norte-americana a partir da teoria marxista da dependência

Como visto anteriormente, com o término da Segunda Guerra, verifica-se a ascensão dos Estados Unidos como principal potência hegemônica do mundo ocidental capitalista, fato esse que, em grande medida, foi propiciado pelo desenvolvimento das suas forças produtivas devido à dinâmica provocada pela demanda de produtos básicos em associação

32 É importante dizer que Francisco de Oliveira compreende a um dos grandes nomes do pensamento econômico e social brasileiro, de tal forma que a sua obra abrange diferentes temas, como, por exemplo, a questão do Estado latino-americano e a análise das contradições presentes no processo de industrialização do nosso continente. Por isso, gostaríamos de frisar que, para esta dissertação, nós enfatizamos a sua crítica ao pensamento cepalino porque é algo que se relaciona com a temática abordada no presente capítulo. No entanto, reiteramos a necessidade de ler este importante autor e, para tanto, deixaremos algumas indicações de suas obras e de comentadores nas referências bibliográficas.

com a recuperação e expansão do comércio mundial. É justamente nesse contexto de consolidação da hegemonia norte-americana que o desenvolvimento do sistema capitalista vai encontrar as suas bases de sustentação para a imposição do seu processo de integração empresarial, militar, financeira, política e cultural. Tal processo, por sua vez, o qual foi analisado por Vânia Bambirra em seu texto “integración monopolica mundial e industrialización: sus contradicciones”, se dará através da proliferação de empresas multinacionais, acordos regionais de comércio, pela atuação de sistemas financeiros internacionais e similares (Bambirra, 1972, p. 56).

Isto posto, como resultado e, até mesmo novidade desse fenômeno, o imperialismo orientar-se-á, então, não somente pela busca do domínio e subjugação de áreas ricas em matérias-primas e com um grande potencial de constituição de mercados, mas também pela influência sobre o setor manufatureiro local (Bambirra, 1972, p.57). Como consequência, Vânia alerta-nos sobre o abandono, por parte das burguesias “nacionais”, dos projetos reformistas e que previam um improvável desenvolvimento de um capitalismo nacional autônomo na América Latina, fato esse que, inclusive, foi material de investigação não somente de outros teóricos marxistas, como também do livro *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, de Fernando Henrique Cardoso.

Para Bambirra, em relação às condições que permitiram a penetração do capital estrangeiro na indústria local são variados, podendo citar, dentre eles, os seguintes:

En primer lugar, hay una condición básica que resulta del hecho de que siendo el capitalismo un sistema esencialmente internacional, característica ésta que que se ha tornado aún más intensa en la actual fase de integración monopolica mundial, no es viable concebir ni histórica ni teóricamente la promoción del desarrollo a nivel nacional ajeno al desarrollo de este sistema a nivel mundial. Esto se debe al hecho de que en la medida en que el proceso de industrialización en los países dependientes se verifica en una etapa en que ésta ya ha alcanzado altos niveles de desarrollo en otros países, la industrialización no puede seguir un curso natural, gradual, y paulatino de desarrollo de las fuerzas productivas a nivel nacional y prescindir de las tecnologías más avanzadas logradas en otros países. De allí proviene la siguiente condición que pasaremos a considerar en segundo lugar: la penetración del capital extranjero es una consecuencia de la dependencia de la industrialización, de la importación de maquinarias, implementos, y materias primas (elaboradas y/o semielaboradas) de los países capitalistas desarrollados.

Posteriormente, ela continua:

En tercer lugar: la penetración del capital extranjero em el sector manufacturero proviene del hecho de que em la medida em que las grandes empresas extranjeras detentan el control de las nuevas tecnologías, a través de la propiedad de las patentes, ellas pueden imponer los terminos de su utilización em los países dependientes. {...} En cuarto lugar, las mejores condiciones de competencia de las empresas extranjeras, resultantes del enorme desarrollo de las fuerzas productivas em la fase de integración monopólica, que les garantizan que sus costos de producción sean incomparablemente más bajos que los de las empresas nacionales de los países dependientes. Esto se debe a la aplicación de nuevas tecnologías que al aumentar la tas de plusvalía relativa, les permitan alcanzar altos niveles relativamente inferiores a los de las empresas rivales, y por tanto implementar una política de conquista de los mercados em base al proceso de monopolización, concentración y centralización (Idem, p. 63-64).

Uma outra questão de fundamental importância para a devida inserção do capital estrangeiro em nossa economia seguido pela imposição de interesses políticos e econômicos exógenos e antagônicos aos nossos, portanto, é a dependência política. Esta última, por seu turno, não se resume à mera sobreposição de interesses estrangeiros aos nacionais, mas também a quebra de qualquer possibilidade, por parte das nossas classes dominantes, em possuir condições de dirigir e organizar de forma autônoma as suas respectivas sociedades. Como resultado, podemos observar uma certa dificuldade em promover o avanço tecnológico interno, a criação de uma estrutura produtiva autônoma em determinados setores estratégicos, um aumento das taxas de superexploração da força de trabalho e a própria manutenção de estruturas tradicionais do nosso passado agrário-exportador, como a concentração da propriedade da terra (Bambirra, 1972, p.68).

Isto posto, alicerça-se um novo tipo de dependência que enclausura a América Latina, a chamada dependência tecnológica-industrial, a qual, para além das características mencionadas acima, caracteriza-se pelo domínio tecnológico e industrial das empresas transnacionais sobre os mercados dos países subdesenvolvidos (Santos, 1994, p.110). Aliás, conforme observado por Theotônio dos Santos:

A produção industrial está condicionada de várias formas pelas exigências do mercado internacional de bens e capitais. A possibilidade de gerar novas inversões depende da existência de recursos financeiros em moeda estrangeira para comprar o maquinário e matérias-primas industrializadas que não se produzem no interior. Esta compra está condicionada por dois fatores: a limitação dos recursos gerados pelo setor exportador e a limitação do monopólio das patentes, que leva as empresas monopólicas a preferir transferir suas máquinas sob a forma de capitais e não de mercadorias (Idem, p.113).

Sendo assim, tendo em vistas as modificações pelas quais a economia latino-americana havia passado e a situação de subserviência aos centros dominantes que a

agulhoava, condicionou-se o surgimento da teoria da dependência, a qual partia do princípio segundo o qual subdesenvolvimento e desenvolvimento, embora constituam categorias de análise contrastantes e até mesmo antagônicas, eram, na prática, duas realidades estruturalmente vinculadas. Nesse sentido, o subdesenvolvimento e a própria dependência do nosso continente corresponderiam a uma situação *sine qua non* para o próprio desenvolvimento dos centros hegemônicos. Gunder Frank, a esse respeito, iniciando os trabalhos em torno de tal arcabouço teórico, afirmou o seguinte:

O desenvolvimento e o subdesenvolvimento econômico são as caras opostas da mesma moeda. Ambos são o resultado necessário e a manifestação contemporânea das contradições internas do sistema capitalista mundial. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento econômico não são simplesmente relativos e quantitativos porque um representa mais desenvolvimento que o outros; estão relacionados e são qualitativos por quanto cada um deles é estruturalmente diferente do outro, mas um e outro são causados pela sua relação mútua. Não obstante, desenvolvimento e subdesenvolvimento representam o mesmo porque são produzidos por uma só estrutura econômica e um processo capitalista dialeticamente contraditórios (Frank, 1994, p. 89).

O objetivo, portanto, recaía não sobre a compreensão das supostas “leis” que regem o desenvolvimento e como este último relacionar-se-ia ou não com a América Latina, no qual a concepção de desenvolvimento seria reduzido a um modelo formal e cujo conteúdo seria factível de variação histórica (Santos, 1994, p.41), mas sim ao entendimento do desenvolvimento como um processo histórico e que leve em consideração, para tanto, as devidas especificidades das experiências latino-americanas (Santos, 1994, p.42). Nesse sentido, Dos Santos, de forma até poética, afirma o seguinte: “o desenvolvimento não é uma questão técnica nem uma transição dirigida por tecnocratas e burocratas até uma sociedade definida por modelos mais ou menos fundamentados na abstração formal de experiências passadas, mas sim uma aventura dos povos e da própria humanidade” (Idem, p.43).

No entanto, muito longe de compreender a um arcabouço teórico homogêneo e destituído de antinomias internas, a teoria da dependência apresentou uma ruptura significativa: para além dessa abordagem histórico-dialética de autores como Gunder Frank, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini³³, ela também contou com as contribuições de intelectuais como Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso, os quais estiveram vinculados a uma concepção teórico mais desenvolvimentista, partindo de um

33 Marini, assim como Cardoso, receberá uma atenção especial em um capítulo próprio, no qual serão expostos as suas principais ideias e contribuições.

abordagem metodológica diferente, a qual, por sua vez, gerou prognósticos contrastante com os demais intelectuais. Em relação a esses últimos aspectos, os mesmos podem ser observados não somente nas obras *Dependência e desenvolvimento na América Latina, ensaio de interpretação sociológica*, como também nos comentários contidos em outros textos, como “*As ideias e o seu lugar*”, nos quais fica explícito a abordagem histórico-estrutural de ambos os teóricos, a qual partia das relações entre as classes, frações de classe e grupos sociais não somente entre si, mas também em relação ao comércio internacional, e como tais relações variaram e se adaptaram a diferentes contextos históricos.

Assim sendo, para Fernando Henrique Cardoso, contrapondo-se, sobretudo a Gunder Frank e Marini, a nova forma de dependência estaria pautada em uma acentuada exploração da mais-valia relativa e também no aumento da produtividade (Cardoso, 1993, p.105), de tal modo que, em contraposição a Ruy Mauro em sua *dialética da dependência*, a superexploração da força de trabalho não seria uma característica essencial do capitalismo dependente brasileiro e latino-americano, mas sim a algo secundário para a análise. Aprofundando a sua interpretação em torno da dependência local, ele afirma o seguinte:

A tese que desejo indicar (sujeita naturalmente a estudos posteriores e que nesta comunicação é exposta como exemplo de um campo aberto à discussão teórica) insiste em que o novo caráter da dependência (depois da nova divisão internacional do mercado interno que franqueia à industrialização as economias periféricas) não colide com o desenvolvimento econômico das economias dependentes. Por certo, quando se pensa que o desenvolvimento capitalista supõe redistribuição de renda, homogeneidade regional, harmonia e equilíbrio entre os vários ramos produtivos, a ideia de que está ocorrendo um processo real de desenvolvimento econômico na periferia dependente (ou melhor, nos países da periferia que se industrializaram, pois não é possível generalizar o fenômeno) parece absurda. Mas não é este o entendimento marxista sobre o que seja desenvolvimento (ou acumulação) capitalista. Esta é a contraditória, espoliativa e geradora de desigualdades.

E termina concluindo o seguinte:

Parece-me que existe simultaneamente um processo de dependência e de desenvolvimento capitalista. Se isto for verdadeiro, as relações de classe e o processo político devem ser concebidos em forma distinta do que foram em termos do ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’³⁴ ou do ‘predomínio crescente da oligarquia agrário-imperialista’³⁵ que se expande ao lado de uma ‘lumpen burguesia’. Os benefícios desse ‘desenvolvimento dependente’, além do mais, são distintos daqueles que a teoria do ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’ supõe. Passam a ser as empresas estatais, as corporações multinacionais e as

³⁴Referência ao texto de Gunder Frank de mesmo nome e que foi citado nesse trabalho.

³⁵ Trata-se de uma referência aos primeiros estudos marxistas no Brasil, os quais admitiam a existência de uma aristocracia feudal no Brasil e que manteria laços políticos com as potências imperialistas.

empresas locais associadas a ambos. Estes agentes sociais constituem o que chamei noutras oportunidades 'tripé do desenvolvimento dependente-associado'(Idem, p.106-107).

Posto isso, conforme visto anteriormente, a teoria da dependência correspondeu a uma escola do pensamento econômico latino-americano extremamente importante para o debate em torno não só da situação de dependência que assola o nosso continente, como também do debate desenvolvimentista como um todo. Inserida no desenrolar da década de 1960 e 1970, ela soube averiguar as contradições que permeavam o desenvolvimento capitalista local com significativa prolificidade. Contudo, ela apresentou rupturas e antagonismos internos, pois, por uma lado, foi presenciado uma linha de orientação marxista e revolucionária, a qual defendia a necessidade de uma revolução e a constituição de uma sociedade socialista; e, por outro, uma linha desenvolvimentista e com um certo ecletismo teórico-metodológico e que advogava pela possibilidade de um "desenvolvimento dependente" enquanto alternativa mais "realista" para as nossas intempéries.

Por fim, seria oportuno mencionar que a chamada "controvérsia da dependência", como pontuada pelo professor Fernando Correa Prado, não surge com os autores "dependentistas", muito embora seja potencializada pelos mesmos e largamente debatida ao longo das décadas de 1960 e 1970. Na realidade, como visto no início desse capítulo, ela esteve presente já em trabalhos pioneiros sobre a apreensão das particularidades e dos problemas socioeconômicos que assolavam o nosso continente e que posteriormente fora analisada pelos pressupostos cepalinos. Assim sendo, recuperar tais intelectuais é importante não somente para analisarmos a rica trajetória do nosso debate desenvolvimentista, como também para possuímos bases teóricas para compreendermos a nova situação de dependência que nos encontramos hoje em dia.

3 Ciência e política na obra de Fernando Henrique Cardoso

’Talvez no íntimo do primeiro homem dominado, do primeiro escravo, já existisse a semente de uma consciência de revolta, o impulso para a dialética que levaria à destruição do senhor. Se processos desse tipo não se produzem não é porque não se saiba ou não se queira, mas porque não se pode” (Cardoso, 1993, p.155).

Não restam dúvidas de que Fernando Henrique Cardoso corresponde a um dos nomes mais renomados das ciências sociais no Brasil. Aclamado por uns e repreendido por outros, não há objeção, porém, de que parcela considerável de sua reputação é oriunda da sua experiência política, sobretudo no que diz respeito aos seus dois mandatos enquanto presidente da república (1995-2003). De toda forma, por mais que sua vinculação partidária ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e as suas posteriores atuações políticas tenham-lhe conferido uma aura mais significativa do que seu *métier* sociológico, isso não quer dizer que o mesmo não tenha tido uma importância no âmbito acadêmico, em especial no que se diz respeito aos estudos da dependência e do desenvolvimento nacional. Em decorrência disso, cabe a nós nos debruçarmos sobre as seguintes perguntas: quem foi Fernando Henrique Cardoso e qual as suas contribuições e relevâncias para a teoria da dependência³⁶?

Nascido no ano de 1931, mais precisamente na cidade do Rio de Janeiro, Fernando Henrique Cardoso mudou-se ainda criança para São Paulo. De família política e economicamente influente no cenário nacional – seu pai, por exemplo, o general Leônidas Cardoso, fora um militar nacionalista e com certa presença na política brasileira; seu avô, Joaquim Ignácio Baptista Cardoso, havia sido marechal do Exército e seu bisavô, o general Felicíssimo do Espírito Santo, deputado e senador do Segundo Reinado³⁷ – o chamado

36 Em relação aos aspectos biográficos e históricos em torno da USP, cumpre ressaltar que os mesmos foram retirados de artigos e dissertações em torno de tais temáticas, os quais encontrar-se-ão nas referências bibliográficas deste trabalho.

37 Ainda em aspectos familiares, cumpre ressaltar que o avô de Fernando Henrique Cardoso atuou decisivamente para o golpe militar que destituiu a monarquia, acontecimento esse que é lembrado com orgulho por sua família. Além disso, seu pai e alguns tios, também militares, foram apoiadores e membros do movimento tenentista.

“príncipe da sociologia” concluiu os seus estudos em ciências sociais pela então Universidade de São Paulo (USP) em 1952. Durante a sua experiência na licenciatura, pôde iniciar a sua carreira enquanto docente, atuando de forma mais precisa no curso de História Econômica da Europa, por meio do qual não somente obteve grande reconhecimento, como também teve a oportunidade de se transferir para a Cátedra³⁸ de sociologia I da universidade. É justamente em meio a tal contexto que o nosso autor aproxima-se e torna-se aluno de Florestan Fernandes (1920-1995), passando a trabalhar, em um primeiro momento, como seu assistente e, logo após, converte-se em seu orientando de mestrado em 1953. As relações de ambos os pensadores em questão não terminaram por aí, pois as influências e inspirações de Florestan sobre a produção teórica do nosso intelectual ainda serão notáveis, em especial nos seus primeiros anos de pós-graduação. Para tanto, vejamos isso com maiores detalhes.

Um ano após, em 1954, Florestan Fernandes assume a Cátedra de Sociologia I, a qual era até então ocupada pelo intelectual francês Roger Bastide (1898-1974) e, durante a sua administração, organiza um grupo de pesquisa que ficou conhecido como “Escola de Sociologia da USP”. Em sua primeira formação, tal grupo foi constituído por grandes nomes das ciências humanas de caráter nacional, como Octávio Ianni, Renato Jardim, Marialice Foracchi, Luiz Pereira, Gabriel Cohn, além, é claro, do próprio Fernando Henrique Cardoso. Marcado pelo rigor científico e por um certo ecletismo metodológico de Florestan³⁹, os estudos realizados por tal organização estarão primordialmente relacionados aos seus recortes teóricos e às suas preocupações temáticas. Posto isso, seus trabalhos pioneiros dialogam com eixos temáticos como o folclore paulistano, relações raciais e preconceito racial e a transição de uma realidade arcaica, agrária e escravocrata para uma sociedade

38 Na ocasião, as chamadas cátedras correspondem a forma como o curso de ciências sociais da USP estava estruturado em um primeiro momento e que reflete a influência europeia sobre a constituição desta universidade. De forma resumida, em contraposição aos dias atuais, nos quais os cursos são divididos em departamentos ou institutos e nos quais é presenciado uma certa dialogicidade entre os professores, no modelo de cátedras isso simplesmente não ocorria. Assim, o chamado professor catedrático era a autoridade máxima do curso, representando-o diretamente e influenciando a sua estrutura e funcionamento.

39 Com essa afirmação, partimos do princípio de que, em termos metodológicos, Florestan Fernandes não era um marxista propriamente dito, muito embora, em contraposição a Fernando Henrique Cardoso, apresentasse uma afinidade e índole revolucionária.

* Um ponto, porém, imprescindível é que, por mais que Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso sejam autores ecléticos em termos teórico-metodológicos, há uma certa diferenciação de tal ecletismo em ambos os pensadores em questão. Por um lado, Florestan Fernandes foi um intelectual de origem humilde e que foi obrigado a enfrentar todo o elitismo da Universidade de São Paulo de forma hercúlea, pois teve que conciliar os estudos com o trabalho. Além disso, Florestan insere-se na USP ainda nos seus primórdios, num contexto em que houve uma vívida participação de intelectuais de diversos países e com referenciais teóricos diversos. Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, por mais que também tenha experimentado essa realidade, apresenta um certo ecletismo, conforme já reiteramos neste capítulo, não somente deviso à sua formação, como também pela sua origem e posição de classe, algo que ficará mais explícito no decorrer deste trabalho.

urbana, capitalista e industrializada, a qual apresentava não somente os seus dinamismos e dinâmicas internas, como as suas respectivas contradições e desigualdades provenientes de uma sociedade de classes.

Paralelamente à Escola de Sociologia, tais autores articulam-se em outros projetos e chegaram a fundar um outro grupo de estudos, o qual voltou-se de forma mais frutífera à análise e discussão da obra *O capital*, de Karl Marx, e que ficou conhecido popularmente como “Seminários do Capital”. Um ponto interessante a ser destacado é que as averiguações e debates próprios desse grupo de estudos pautavam-se não somente nas leituras das obras de Marx e Engels e de outros autores marxistas, como Paul Baran, Lênin, Sweezy e similares, como de intelectuais divergentes e até mesmos contrários ao materialismo histórico-dialético, o que expõe a heterogeneidade de categorias e interpretações nas produções teóricas de Florestan Fernandes e de seus discípulos. Logo, entrando em uma velha discussão em torno da metodologia empregada por Cardoso, é importante salientar que, por mais que ele tenha uma nítida e inegável influência do sociólogo alemão Max Weber, o que ficará explícito posteriormente quando analisarmos a sua obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, não achamos adequado generalizar a sua produção teórica sobre a dependência como sendo essencial e meramente weberiana⁴⁰.

Para tanto, partimos do princípio de que seus estudos compreendem a uma rapsódia de técnicas, métodos e abordagens teóricas, as quais não somente refletem as suas inspirações e influências da USP e da Cepal - a qual abordaremos em breve -, como da sua posição e origem de classe⁴¹. Uma coisa, porém, é certa: apesar dos seus estudos apresentarem uma certa influência das obras de Marx e de autores correlatos, Fernando Henrique Cardosos não é, definitivamente, um autor marxista, pois, como sabido, o materialismo histórico-dialético não compreende apenas a um arcabouço teórico-metodológico que busca apreender a essência, as particularidades e as contradições do modo de produção capitalista na sua totalidade, mas também uma verdadeira ferramenta de intervenção da realidade prática

40 Um estudo interessante que aborda essa temática é o artigo denominado “Seria Fernando Cardoso um weberiano?”, de Rodrigo Straessli Pinto Franklin.

41 Com o termo “posição de classe”, referimo-nos à direcionalidade e aos interesses sociais que não somente o intelectual em questão representam, como defendem.

efetiva⁴². Assim sendo, até podemos, com cautelas, concordar que ele tenha sido um reformista⁴³, mas jamais um intelectual revolucionário.

Mas voltando a questões teórico-metodológicas do autor, como poderíamos observar essa característica eclética do nosso acadêmico? Para tanto, vejamos algumas de suas obras precursoras. Escrita em 1962, a sua tese de doutorado, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, propõe-se a analisar o sistema escravista do Estado de Rio Grande do Sul enquanto uma totalidade social concreta, a qual derivou das interações entre senhores e escravos. Redigida sob uma certa influência histórico-dialética com o conceito de práxis-projeto de Jean Paul Sartre (1905-1980), Cardoso partia da hipótese de que a relação entre a forma capitalista do sistema econômico mundial e a base escravocrata das relações de produção seriam o cerne para se compreender a chamada sociedade “capitalista-escravista⁴⁴” brasileira. Para tanto, visando subsidiar a sua averiguação em torno da particularidade do seu objeto de estudo, nosso autor sugere o emprego dos conceitos de patrimonialismo senhorial e casta escrava, os quais, por sua vez, seriam redefinidos sob a égide do capitalismo mercantil escravista, no qual o capital variável seria fixo e não haveria, levando em consideração as relações escravocratas de então, qualquer remuneração salarial.

Em sua autobiografia, denominada *Um intelectual na política, memórias*, Fernando Henrique realiza um comentário pertinente acerca de sua obra, ressaltando, para tanto, não somente os objetivos de sua pesquisa, como também a maneira como a mesma foi devidamente realizada, a saber:

No livro *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, fiz uma análise não só do que era o miolo da questão – o capitalismo baseado na mão de obra escrava – como da sociedade rio-grandense. Sua base, nas charqueadas, era escravocrata, com muitos trabalhadores nessa condição; nas estâncias, onde os trabalhadores eram numerosos, junto com os escravos poderia haver trabalhadores livres e agregados. No conjunto, contudo, a sociedade era definida pela existência de escravos (nunca se deve considerar, contudo, os escravos como casta, pois essa tem outras características). E a classe dominante era senhorial. Na época, eu usava conceitos weberianos por vezes mesclados – com certa dose de imprecisão – com análises dialéticas de inspiração marxista, e falava em dominação patrimonialista para referir-me aos senhores de terras e escravos. De toda maneira, o livro retrata o que era a sociedade gaúcha das charqueadas, sublinha a diferença entre os escravos que trabalhavam em ofícios e aqueles que trabalham ‘no eito’ (na lavoura), e desenvolve pontos sobre o processo do abolicionismo. Tenta mostrar em que medida a sociedade gaúcha se transformou

42 Para tanto, faz-se necessário a leitura da obra *A ideologia alemã* de Marx e Engels.

43 Com o termo “reformista”, estamos fazendo uma alusão ao próprio posicionamento de Fernando Henrique Cardoso em se considerar como um social-democrata e enquanto uma pessoa mais à esquerda, muito embora não concordemos com essa afirmativa pessoal.

44 A nomenclatura em questão é do próprio autor.

com a presença do trabalho livre advindo da imigração, a passagem ao capitalismo baseado nos assalariados. Ressalta também o número relativamente reduzido de escravos (sempre na comparação implícita com o Nordeste) e suas limitações. Não era um livro apenas sobre o preconceito racial, embora dele também cuidasse, mas um trabalho sobre as peculiaridades de uma formação social que estava incluída no circuito do capitalismo, a despeito de seu setor principal, as charqueadas, basearam-se na escravidão (Cardoso, 2021, p. 64-65).

Posteriormente, em sua tese de livre docência, o qual fora defendida em 1963 sob o título *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, Cardoso, mediante um estudo empírico com certos expoentes das elites empresariais locais, sustenta uma tese interessante e destoante do posicionamento do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e de setores marxistas em torno do desenvolvimento econômico brasileiro e da participação da burguesia nacional na formulação de uma revolução democrática burguesa em nosso país. Em largos traços, até porque retomaremos algumas de suas formulações na próxima seção deste capítulo, Cardoso partia de duas considerações cruciais, a saber: primeiro, de que não foi a burguesia industrial a grande responsável pela elaboração do projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro, mas sim setores tecnocráticos do Estado com uma parcela das oligarquias regionais, os quais almejavam atender algumas demandas das camadas urbanas nascentes; e, segundo, que a burguesia industrial, quando assumiu o controle e direcionamento do Estado, enfatizou um desenvolvimento não nacionalista e que, inclusive, facilitou e permitiu o ingresso de capitais internacionais.

Mais uma vez, antes de darmos continuidade às averiguações do nosso autor, gostaríamos de expor alguns comentários do próprio Fernando Henrique Cardoso sobre a maneira como este trabalho foi produzido:

Quando dediquei a investigar o papel dos empresários industriais no desenvolvimento econômico do país, não parti dessa visão ideológica {o autor está se referindo ao posicionamento do Iseb}, mas do sentimento genuíno de procurar entender sua ação, suas visões e seus limites {...} Para escrever sobre os empresários e o desenvolvimento, entrevistei uma amostra dos grandes empresários, dentre os quais o senador Ermírio de Moraes, este sim nacionalista, como também meu amigo Fernando Gasparian. Entretanto, me dei conta de que a maioria deles ora tinha ligação com o capital agrário, ora se associava a empresas que vieram a se chamar multinacionais, mas que ainda eram qualificadas como trustes ou cartéis internacionais. Não que inexistissem diferenças e tensões entre os empresários. Havia aqueles que assumiam uma posição nacionalista e preferiam ver as empresas estatais crescerem a serem substituídas por conglomerados internacionais. Mas a dinâmica do crescimento industrial não se dava a partir dessas visões, e sim pelas imposições concretas do mercado, com as limitações da tecnologia disponível (Cardoso, 2021, p.80-81).

E conclui com o seguinte:

Inspirado por Weber, em *Empresário Industrial*.... eu usava indiscriminadamente ‘tipos ideais’ mesclados com análises histórico-estruturais. Mais tarde vim a ser criticado por tal amálgama; as análises, contudo, eram sempre embebidas de historicidade. Florestan já abençoara tais utilizações não ortodoxas em seu livro sobre fundamentos das explicações sociológicas. Dentre as caracterizações típicas, destaco a distinção que fiz dos capitães de indústria, diferenciando-os dos dirigentes da empresa, entre os que se davam conta da necessidade de se preocupar com as condições de funcionamento dos sistemas político-econômico do país e os que se limitavam a focar na esfera da produção (Idem, p.81-82).

Sua heterogeneidade no método, porém, não para por aí. Retomando certos aspectos biográficos, com a eclosão do golpe militar de 1964, Cardoso se exilou em Santiago do Chile, onde permaneceu até 1967. Durante a sua estadia, obteve a oportunidade de trabalhar na chamada Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), sob a supervisão do argentino Raul Prebisch, além de lecionar na Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais. Inicia-se, portanto, uma nova etapa teórica da sua produção acadêmica, a qual caracterizar-se-á pelo estudo histórico e comparativos dos diferentes países do nosso continente. Ademais, sua participação na Cepal será decisiva, pois, primeiro, adquirirá toda a influência do método cepalino para a elaboração das suas próximas pesquisas, o chamado Método Estruturalista do Subdesenvolvimento Latino-Americano; segundo, é justamente a partir da década de 1960 que a Cepal começará a admitir produções sociológicas que reforçariam as suas averiguações e prognósticos econômicos, o que ficou conhecido como ‘sociologia do desenvolvimento’.

No entanto, apesar de suas influências, Cardoso não adere totalmente às produções cepalinas e, inclusive, rompe, em partes, com a mesma. Isso ficará explícito na sua obra denominada *Dependência e desenvolvimento na América Latina, ensaio de interpretação sociológica*, a qual fora escrita em coautoria com o historiador e economista chileno Enzo Faletto e publicada no ano de 1968. Embora mantendo o mesmo componente desenvolvimentista do restante das produções cepalinas, Cardoso e Faletto partem daquilo que eles irão denominar de método “histórico-estrutural” para a devida compreensão da dependência latino-americana e que se fundamentava na relação e interação entre grupos, classes e frações de classe entre si, em âmbito interno, e com o mercado internacional, em

que tais interações, dentro outras coisas, seriam analisadas de forma diacrônica e comparativa.

Em seu livro de memórias, Cardoso nos oferece esse importante comentário acerca da metodologia empregada em sua obra, além das suas diferenças e assimilações com o método cepalino, a saber:

Discordávamos da Cepal, mas dentro da visão cepalina, acrescentando a ela uma dimensão estrutural e incluindo os atores sociais. Tentávamos mostrar que, conforme a inserção das economias nacionais, o percurso político-social variaria nas sociedades com economias de enclave, naquelas com controle nacional da produção e, entre estas, nas que conseguiram se inserir no mercado mundial, mesmo se associando a empresas internacionais. Eram situações distintas, condicionavam a ação dos agentes sociais, mas não seriam barreiras insuperáveis ao desenvolvimento. Não haveria por que ligá-las irremediavelmente ao atraso. Não se tratava de uma proposta política de ‘fazer a revolução’, tampouco de uma condenação ao atraso dos países que não seguissem esse caminho. Poderia haver desenvolvimento no capitalismo, embora, obviamente, haveria maior igualdade (e não necessariamente crescimento do produto) nas economias planejadas, socialistas. Mas esse não foi nosso foco. {...} O que fizemos nesse livro seminal foi mostrar que havia formas diferenciadas de inserção das economias periféricas na economia mundial, as quais abriam oportunidades diversas para os países e que muito dependiam não só das estruturas criadas por esses distintos modos de inserção, mas também da ação social, ou, como estava na moda dizer, ‘dos projetos’ de crescimento econômico da Nação e dos próprios empresários. Ou seja, queríamos ampliar o campo do possível, como diria Albert Hirschman (Cardoso, 2021, p. 120-121).

A conclusão que tais autores chegarão é que, devido a certas particularidades históricas das nossas economias, a forma mais adequada para se promover um certo desenvolvimento nos países do continente seria associar-se com as potências hegemônicas, o que evidentemente não resolveria o problema da dependência regional, mas poderia amenizá-lo. Todavia, estaria correta a análise que ambos os autores fizeram em torno das particularidades latino-americanas e da dependência regional? De que forma tal estudo se relaciona com a posterior experiência política de Cardoso, em especial no que se refere aos seus anos de presidência? Visando elucidar tais questionamentos, vejamos, a partir de agora, como se deu o seu estudo e como o mesmo se relaciona não somente com tais interrogações, como também com outras produções teóricas de sua autoria.

3.1 Dependência e desenvolvimento na América Latina, uma análise em torno da obra e das suas ideias principais:

Conforme exposto anteriormente, o trabalho denominado *Dependência e desenvolvimento na América Latina, ensaio de interpretação sociológica* parte de uma abordagem original e, de certo modo, diferente e até mesmo contrastante com os estudos cepalinos até então efetuados, muito embora mantenha o seu teor desenvolvimentista e possua determinadas influências teóricas. Além disso, os nossos acadêmicos também se contrapuseram às análises e estudos de autores marxistas do período, criticando, para tanto, um certo posicionamento ‘economicista’ verificado em tais abordagens. Desta forma, eles passam a enfatizar em sua interpretação os condicionantes políticos e sociais em torno do desenvolvimento regional latino-americano; todavia, como a obra em questão foi estruturada?

Dividido em seis capítulos, Cardoso e Faletto buscam conferir uma nova leitura para a controvérsia do desenvolvimento latino-americano, na qual o mesmo seja visto, em um primeiro momento, enquanto um fenômeno essencialmente social e que exige, para a sua devida compreensão, um estudo em torno das relações entre grupos, classes e frações de classe nas suas respectivas políticas de alianças, antagonismos e de dominação política (Cardoso. Faletto, 2004, p.17). Em outras palavras, o problema básico que foi refletido pelos autores fora o caráter e origem da estrutura social dos países latino-americano e como os mesmos, com base em tal estrutura e com os atores nela presentes, direcionaram-se e cumpriram com determinadas ‘funções’ dentro do sistema econômico mundial (Idem, p 18). Feito isso, seu estudo seguiria em averiguar tais interações sociais em diferentes contextos e conjunturas históricas do nosso continente.

Conforme as palavras dos próprios autores em torno da metodologia empregada em sua obra, poderíamos evidenciar a seguinte passagem:

Assim, mais do que assinalar as consequências do ‘efeito demonstração’ ou de outras variáveis exógenas sobre o funcionamento do sistema econômico ou sobre o comportamento dos grupos sociais como ‘fator modernização’, importa realçar as características histórico-estruturais que geram processos de semelhante natureza e que revelam o sentido mesmo que pode ter tal modernização. {...} Para a análise global do desenvolvimento não é suficiente, entretanto, agregar ao conhecimento dos condicionantes estruturais a compreensão dos ‘fatores sociais’, entendidos estes como novas variações de tipo estrutural. Para adquirir tal significação, tal análise requer um duplo esforço de redefinição de perspectivas: por um lado, considerar em sua totalidade as ‘condições históricas particulares’ - econômicas e

sociais – subjacentes aos processos de desenvolvimento, no plano nacional e no plano externo; por outro, compreender, nas situações estruturais dadas os objetivos e interesses que dão sentido, orientam ou animam o conflito entre os grupos e classes e os movimentos sociais que ‘põem em marcha’ as sociedades em desenvolvimento (Idem, p. 21).

Isto posto, objetiva-se buscar em tal ensaio uma perspectiva que permita associar os elementos econômicos e sociais do desenvolvimento em uma análise fundamentada na atuação dos mais variados grupos sociais presentes nas sociedades latino-americanas. Logo, para que tal estudo pudesse adquirir certa coesão e respaldo teórico, a abordagem aqui defendida deveria ultrapassar um mero enfoque estrutural, reintegrando-o a uma abordagem feita em termos de ‘processo histórico’ (Cardoso; Faletto, 2004, p.22). Como consequência, a essência e a particularidade do seu estudo constituir-se-ia pela estrutura de dominação típica das sociedades latino-americanas, tendo em vista que, para tais teóricos, é por meio dela que poder-se-ia compreender essencialmente a dinâmica das relações de classe (Idem, p.22-23).

Em outros termos, Cardoso e Faletto admitem que é por meio do processo político que uma determinada classe ou grupo tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio e específico a determinadas circunstâncias, ou então tente estabelecer, caso este último aspecto não obtenha êxito, determinadas políticas de alianças e submissão aos demais grupos e classes com interesses distintos. Assim sendo, mediante uma intersecção entre o econômico e o político, o poder econômico passa a se expressar também como um sistema de dominação social. Nesse sentido, reiterando as suas palavras:

Há que se buscar os pontos de intersecção do sistema econômico com o sistema social, através dos quais se revelam os nexos e a dinâmica dos diferentes aspectos e níveis da realidade que afetam as possibilidades de desenvolvimento. Esquemáticamente, pode-se dizer que o problema do controle social da produção e do consumo constituem o eixo de uma análise sociológica do desenvolvimento orientada desta perspectiva. Com efeito, a interpretação sociológica dos processos de transformação econômica requer a análise das situações onde a tensão entre os grupos e classes sociais revele as bases de sustentação da estrutura econômica e política (Idem, p.24).

Antes de continuarmos a nossa investigação em torno da obra de Cardoso e Faletto, seria imprescindível fazer breves comentários em torno do termo ‘sistema de dominação’ empregado por nossos teóricos. Utilizado por outros pensadores da Escola de Sociologia da USP, dentre eles o próprio Florestan Fernandes, o conceito em questão faz uma clara

analogia à literatura weberiana, de tal maneira que, por dominação, entende-se a probabilidade de encontrar obediência a uma determinada ordem e estrutura social (Weber, 2000, p.61). No entanto, apesar desta evidente influência, devemos nos recordar que a sociologia de Max Weber tinha como finalidade a compreensão interpretativa das chamadas ações racionais e que a sua característica historiográfica era mais a caracterização e compreensão dos fenômenos históricos do que a sua possível explicação em termos “evolutivos”.

Em outras palavras, um recurso importantíssimo dentro dos estudos de Weber – e que se faz presente nesta e nas demais obras já referenciadas de Cardoso – é a noção dos tipos de ideais, que, basicamente, são modelos conceituais abstratos para se analisar a realidade social a nossa volta e, portanto, captar a sua essencialidade, mas que não necessariamente apresentam uma total correspondência com os fenômenos sociais analisados empiricamente. Desta forma, Weber, em seus estudos históricos, sempre tenta captar o essencial de uma determinada época histórica ou de um determinado fenômeno histórico, mas não se preocupa tanto, em contraposição a Marx, em propor explicações sobre continuidades históricas. Não coincidentemente, a sua noção sobre o capitalismo, o qual é visto como um sistema econômico pautado em uma estrutura administrativa e com direcionalidade na busca pelo lucro, e não como um modo de produção, já nos auxilia a identificar uma certa característica a-histórica nesse sentido⁴⁵.

Assim sendo, parece-nos que o intuito do ensaio escrito por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto volta-se mais para uma tentativa de explicação das dinâmicas e origens das sociedades latino-americanas em sua totalidade – ou algo próximo a isso – do que algo meramente contemplativo e interpretativo em termos históricos, tal qual se caracterizava o pensamento deste clássico da sociologia⁴⁶. Logo, para além do seu suporte,

45 Convém, nesse caso, falar um pouco sobre a sua obra mais conhecida e influente, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Em tal estudo, o intuito de Weber é interpretar como as mais variadas seitas e vertentes do protestantismo auxiliaram na potencialização do capitalismo ocidental, e não nas demais partes do globo. Ou seja, resumidamente, Weber admite que houve outros capitalisms em outras partes, mas somente o capitalismo ocidental beneficiou-se de tais seitas religiosas.

46 Além disso, em contraposição aos escritos de Durkheim, o qual reiterava que a sociologia deveria ser uma ciência nomológica, assim como as ciências naturais, Weber afirmava que a sociologia deveria ter um caráter mais ideográfico, abarcando, para tanto, os valores e princípios da época e dos sujeitos a serem estudados. Isto posto, um dos recursos metodológicos empregados era justamente os chamados “tipos ideais”, que são abstrações racionais dos fenômenos sociais a serem analisados, mas que não necessariamente se demonstram *ipsis litteris* com a realidade empírica. Por fim, o objeto de estudo da sociologia deveria ser as chamadas “ações racionais”, as quais deveriam ser compreendidas na sua gênese e direcionalidade, relacionado-as com outros elementos imprescindíveis ao estudo sociológico, como são os casos de dominação e similares. Enfim, para nós, não foi esse o procedimento adotado pelos autores, muito embora apresente conexões e influências.

Cardoso e Faletto também utilizam outros grandes nomes das ciências sociais, como é o caso do próprio Marx e inclusive do Lênin⁴⁷, os quais serão utilizados para subsidiar as análises econômicas e de hegemonia dos países capitalistas centrais sobre os periféricos.

Ainda nesse sentido, gostaríamos de enfatizar a maneira como o trabalho em questão foi pensado, utilizando, para tanto, mais uma vez, o livro de memória de Fernando Henrique Cardoso:

O livro, como os meus anteriores, não se limitava a um esquema comparativo abstrato. Pelo contrário, tratava de dar vida aos esquemas, impregnando-os das transformações históricas que compunham o pano de fundo das conceitualizações adotadas. Mesmo antes da leitura do *Capital*, dada minha formação e as críticas às teorias da modernização, era óbvio que para nós o jogo entre o geral e o particular – na busca da totalidade, para usar uma linguagem dialética – teria de ser feito. Mas as explicações estavam centradas na particularização das tendências, um processo histórico, que as singularizava em situações dadas. Sem que se faça nas análises o percurso entre o geral e o particular, não se chega às totalidades concretas. A análise entre variáveis é, nesse sentido, abstrata, não satisfaz ao espírito analítico que busca ver processos reais. Foi o que tentei dizer nos livros anteriores, sobretudo no *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (Cardoso, 2021, p.117-118).

Mas voltando ao estudo da obra em questão, como poderíamos compreender adequadamente a noção de dependência e subdesenvolvimento para tais cientistas sociais? Para eles, esta última originou-se historicamente quando, mediante a expansão do chamado capitalismo comercial e posteriormente com a ascensão e consolidação do capitalismo industrial, mesclou-se a um mesmo mercado economias que, com as suas respectivas especificidades e graus de diferenciação do sistema produtivo, ocuparam diferentes posições na estrutura do sistema. Sendo assim, para a devida consolidação da dependência não haveria uma mera diferença de etapa ou de estágio entre as economias subdesenvolvidas e as desenvolvidas, mas também de função e posição⁴⁸ dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição econômica e de poder. Logo, a dependência também caracterizar-se-ia enquanto uma estrutura definida de relações de dominação e submissão internacional (Cardoso; Faletto, 2004, p.26).

Este modo de integração ao sistema mundial, por sua vez, estaria alicerçado nas interações entre os grupos sociais internos de um país não somente entre si, mas também

47 Na sua obra *O modelo político brasileiro*, Cardoso explora um pouco mais sobre as influências do pensamento político do líder bolchevique em sua obra.

48 Trata-se, aqui, de uma certa influência do funcionalismo de Émile Durkheim, o que, mais uma vez, comprova o caráter heterogêneo da metodologia de Cardoso.

com agentes exógenos a determinadas realidades. Em outras palavras, a situação de subdesenvolvimento suporia “um modo de ser que por sua vez depende de vinculações de subordinação ao exterior e da reorientação do comportamento social, político e econômico em função de interesses nacionais” (Cardoso; Faletto, 2004, p.30). A dependência, por fim, encontraria não somente uma expressão interna, como também seria determinada pelas relações estruturais de um determinado país e, com isso, em um tipo específico de relação entre as classes e grupos que constituiria não somente uma certa situação de domínio interno, como também a manteria econômica e politicamente vinculado com o exterior (Idem, p.31).

Tais interações sociais, complementam Cardoso e Faletto, não somente influenciaram na tomada desse posicionamento dependente por parte dos países latino-americanos para com as economias hegemônicas, mas também foram cruciais para o posterior processo de consolidação dos Estados Nacionais do continente. Mas como os nossos teóricos da dependência interpretaram este fenômeno em questão? Ora, contrapondo-se às ex-colônias de origem anglo-saxão⁴⁹, as quais conseguiram estruturar todo um aparato político-administrativo propício e puderam inserir-se de maneira significativa no cenário econômico internacional, os então Estados latino-americanos independentes não obtiveram o mesmo êxito, os quais, em largos traços, dividiram-se em duas categorias⁵⁰: aqueles que puderam organizar-se mediante uma base agrícola que outrora fizera parte da metrópole e aqueles que se desenvolveram através dos chamados enclaves externos (Cardoso; Faletto, 2004, p.33).

Em relação ao primeiro caso, o processo de formação nacional realizou-se com maior estabilidade, tendo em vista que, mediante a antiga base agrícola que outrora fizera parte dos rendimentos metropolitanos, conformou-se uma elite econômica e política nativa dirigente dos Estados recém-emancipados. Logo, devido a um certo reordenamento socioeconômico local, tais grupos que controlavam o setor produtivo e exportador de tais economias precisaram definir novas relações político-econômicas em um duplo sentido: reorientando as associações externas na direção dos novos centros hegemônicos e constituindo, em âmbito

49 Este é um ponto interessante e que merece uma certa atenção. Tal qual outros grandes nomes das ciências sociais brasileiras mais vinculadas a um certo liberalismo político, como Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda, mencionando apenas dois exemplos, Cardoso também relaciona a dependência e demais intempéries do Brasil ao nosso histórico colonial, posição essa totalmente contrastante com a opinião de intelectuais mais conservadores, como Gilberto Freyre, que fazia um verdadeiro elogio a tal passado. No entanto, em contraposição a tais autores, Cardoso vai além e realiza um importante exame acerca da nossa condição dependente.

50 Tais categorias por meio das quais os autores subsidiam a sua análise correspondem a um exemplo de tipo ideal weberiano, o que mais uma vez reforça a influência desse autor sobre a produção teórica de Cardoso.

interno, alianças com outros grupos socialmente relevantes⁵¹, mas que não estavam vinculados ao sistema produtivo, comercial ou até mesmo financeiro (Cardoso; Faletto, 2004, p.42).

Deste modo, apesar das devidas especificidades, os países que outrora fizeram parte desse grupo caracterizaram-se pela diferenciação de um grupo moderno e economicamente atuante na vida política do Estado e daqueles setores atrelados às tradições e valores locais. É claro que, por mais que tais alianças tenham sido estabelecidas, isso, de forma alguma, quer dizer que não tenha ocorrido rupturas ou até mesmo oposições por entre os setores das classes dominantes. Um exemplo significativo a esse respeito corresponde aos modelos constitucionais que foram outorgados em tais países e que, em alguns casos, culminou com guerras e conflitos expressivos. No entanto, apesar de tais discrepâncias, devido ao fato de tais sujeitos serem parte de uma mesma classe social, tais dicotomias muitas vezes foram superadas frente a possibilidades de ímpetus revolucionários por parte das camadas populares.

Todavia, para além de tais casos, também houve um conjunto de países cuja economia, geralmente pautada em produtos primários, foi incorporada ao mercado mundial através de um controle exógeno, situação essa que caracteriza os chamados enclaves externos. Mas quais seriam as causas e origens de tais particularidades? Para Cardoso e Faletto, os motivos que levaram a uma situação de enclave poderiam ser tanto uma desarticulação das classes dominantes locais, as quais ficaram impossibilitadas de controlar a produção de suas respectivas mercadorias e competir internacionalmente, quanto um produto da expansão e a consequente influência das economias centrais sobre seus países (Idem, p.47).

De todo modo independente de qual caso nós estejamos falando, dentro de uma situação de enclave, embora pudesse ser presenciado uma certa modernização da estrutura exportadora como uma consequência direta da influência externa, a autonomia política das classes dominantes locais e a própria soberania nacional praticamente inexistiram, o que faz com que tais países fossem demasiadamente influenciáveis em termos políticos e econômicos. Em relação a estes últimos aspectos, os autores fazem um comentário que vale a pena ser mencionado:

Em síntese, os sistemas político e econômico das economias de enclave interrelacionam-se da seguinte forma, a produção é um prolongamento direto da

51 Tais instituições e grupos seriam, mais precisamente, a igreja e os Exércitos nacionais.

economia central em um duplo sentido: tanto o controle das decisões de investimentos depende diretamente do exterior, como os lucros gerados pelo capital apenas passam em seu fluxo de circulação pela nação dependente, indo incrementar a massa de capital disponível para investimentos da economia central; não existem conexões com a economia local, mas sim com a sociedade dependente, através de canais como o sistema de poder; do ponto de vista do mercado mundial, as relações econômicas são estabelecidas no âmbito dos mercados centrais (Idem, p. 51).

Feito a análise do processo de conformação dos Estados Nacionais latino-americanos, o que contemplaria todo o século XIX, nossos autores passam a analisar o desenrolar do século XX e aquilo que eles vão chamar de “período de transição”. Mas, afinal, o que seria tal período e como o mesmo se relaciona com a problemática da dependência? Com a chamada crise “de dominação oligárquica” propiciada pela conjuntura de 1929, verifica-se uma certa reorientação do sistema político e social dos países latino-americanos, a qual passa a admitir uma certa industrialização e urbanização dos aparelhos econômicos regionais, além, é claro, do surgimento do proletariado urbano.

Com isso, a característica distintiva de tal período será a presença e a importância cada vez mais decisiva das classes médias urbanas e das burguesias industriais e comerciais dentro do sistema de dominação local (Cardoso; Faletto, 2004, p.91). Será justamente a presença das massas urbanas ao lado de toda uma formação econômica industrial que caracterizará, ao menos inicialmente, o chamado “desenvolvimento para dentro” e que ganhará força ao longo das décadas de 1940 e 1950. Em largos traços, segundo os nossos pensadores, a cena política de tal período ficará marcada pelos acordos e alianças dos novos atores sociais com as antigas classes dominantes, os quais sempre estarão voltados para impossibilitar qualquer atitude revolucionária por parte do conjunto da classe trabalhadora.

Isto posto, surge a necessidade de elaboração de um arcabouço ideológico que pudesse amenizar e até mesmo impossibilitar tais ímpetus, como fora o caso do populismo e do nacional-desenvolvimentismo. No entanto, isso não quer dizer que a presença das massas urbanas tenha se restringido a uma mera atitude passiva e submissa; aliás, pelo contrário: elas aparecem não somente enquanto uma condição necessária para o devido processo de industrialização, como também um grupo que, apesar de manter-se distante dos aparatos políticos-administrativos estatais, ainda adquiriu certos benefícios do mesmo. Assim sendo, eles vão admitir, conforme as suas próprias palavras, que as relações entre a burguesia industrial ascendente e o restante dos grupos políticos que se assentavam no Estado propiciou três tipos diferentes de industrialização, os quais estiveram atrelados às

singularidades dos países do continente. Tais modelos de industrialização, para tanto, seriam de tipo nacional-populista, desenvolvimentista e liberal (Cardoso; Faletto, 2004, p.96).

De forma sucinta, em relação aos dois primeiros casos, os autores não se afastam muito do uso corrente de tais concepções de modelos políticos, salvo, talvez, pelos exemplos utilizados. Nesse sentido, enquanto modelo desenvolvimentista, eles empregam o caso do México de Cárdenas e de certos governos mais progressistas chilenos, ao passo que o Brasil de Vargas seria visto como o principal expoente populista da América Latina. Mas e o caso da Argentina? Para eles, o modelo argentino compreenderia ao chamado “desenvolvimento liberal”, pois, em largos traços, com o pós-segunda guerra, já é verificado em tal país não somente a existência de uma classe média, como também de uma burguesia industrial vinculada ao setor agroexportador e ao mercado financeiro e um movimento operário relativamente organizado e com uma potencialidade de frear os seus interesses (Idem, p.98). Para tanto, o peronismo surgiria enquanto um mediador entre os interesses do movimento operário e da burguesia industrial. Em relação a isso, há uma passagem interessante dos autores que merece ser destacada:

O grupo hegemônico do setor agroexportador expressa, tanto em termos econômicos quanto de dominação política, uma dupla vinculação: por um lado, por seus investimentos no mercado interno, constitui-se em setor dinâmico e desenvolvimentista; por outro, por sua vinculação externa, constitui o nexo da dependência. A partir de tal situação, a nova ‘conjuntura de poder’ que representa o peronismo será efetiva na medida em que possa conciliar os interesses da acumulação do setor economicamente dominante com os interesses da ‘participação’ crescente das massas. Tal possibilidade efetivou-se como consequência da situação favorável originada pela guerra, quando foi possível, graças aos saldos acumulados, melhorar salários e as condições do setor operário-popular e dos grupos de empregados de classe média, e incrementando o investimento industrial sem prejudicar, mais do que o mínimo tolerável, o setor economicamente hegemônico da etapa anterior (Idem, p. 99-100).

Logo, equivocadamente para Cardoso, os grandes responsáveis pelo desenvolvimento industrial propriamente no caso argentino foram os grupos empresariais, tendo em visto que o governo de Perón era mais um intermediário na luta de classes do país, muito embora também auxiliasse no processo mediante as políticas cambial e tributárias. Assim sendo, de forma errônea, o autor denomina esse modelo de “liberal” porque esse termo, supostamente, relacionar-se-ia de forma mais precisa com a atuação empresarial no desenvolvimento industrial. Todavia, independente do caso, se foi esse modelo de industrialização argentino, o

populismo no Brasil ou o desenvolvimentismo no Chile e no México, todas as tentativas de industrialização na América Latina tiveram a lamúria e a ruína como elementos em comum.

No entanto, quais foram as causas mediante as quais o modelo de desenvolvimento para dentro fracassou? Para tanto, vejamos como Cardoso e Faletto interpretaram o chamado ‘período de transformação da economia’, o qual abarcaria o desenrolar da década de 1950 e início da década de 1960 e estaria caracterizado pela formação do setor de bens de capital e pelo fortalecimento dos grupos empresariais locais. Sucintamente, devido às transformações econômicas pelas quais passaram as economias do continente e o cenário econômico internacional, é presenciado não somente uma redefinição das relações entre o centro e a periferia, como também no próprio sistema de dominação interno, em que tais metamorfoses estariam atreladas ao anseio por parte dos antigos grupos dominantes que haviam sido relegados da direção estatal de reassumir o controle político.

Nesse sentido, Cardoso e Faletto realizam a seguinte afirmação:

O ‘modelo latino-americano de desenvolvimento para dentro’ se assentou sobre as possibilidades circunstanciais de uma relação favorável nos termos de intercâmbio e na limitada participação da população nos benefícios do desenvolvimento. A existência de uma vantagem momentânea possibilitou que se pusesse menor ênfase nas políticas de exclusão e, inclusive, deu lugar a formas de incorporação de massas que permitiram a vigência da ‘aliança desenvolvimentista’, em sua versão nacional-populista (varguista ou peronista) ou estatal-desenvolvimentista (como no caso mexicano), sem a exclusão das camadas e setores dominantes do período de expansão para fora. Nessas condições e quando se trata de atender à pressão originada por maior incorporação, tal objetivo diminui a capacidade de acumulação e produz a ruptura de um elo importante da aliança pela hegemonia política: o setor agrário, especialmente o latifundiário, manifesta-se contra o Estado populista ou contra aqueles setores urbano-industriais que puderam apoiar tais reivindicações de massa (Idem, p.154).

Para além de tal motivo, há outro dois fatores segundo os nossos autores que explicam a crise do modelo de desenvolvimento para dentro, que são a inevitabilidade de adoção de um modelo voltado para o abastecimento externo, tendo em vista uma possível deterioração dos termos de intercâmbio provocadas pela baixa acumulação de capital e o conseqüente financiamento interno por meio das exportações (Cardoso; Faletto, 2004, p.156), e um certo fluxo de capitais externos para a periferia, alicerçado em grande medida por um certo investimento feito por parte de corporações empresariais estrangeiras (Idem, p.158). Como resultado, a industrialização regional passa a se pautar em um mercado urbano que, embora restringido, fosse capaz de assegurar uma indústria moderna em termos de renda gerada (Idem, p.159).

A partir deste momento, os nossos autores realizam uma afirmação que, embora tenha sido feita para caracterizar os fenômenos que estamos abordando, também manifesta as suas respectivas opiniões em relação aos rumos que o desenvolvimento socioeconômico latino-americano deveria possuir, a saber:

Desse modo, reforça-se o setor industrial e define-se uma pauta peculiar de industrialização: uma industrialização baseada em um mercado urbano restringido, mas suficientemente importante, em termos de renda gerada, para permitir uma 'indústria moderna'. Evidentemente, esse tipo de industrialização vai intensificar o padrão de sistema social excludente que caracteriza o capitalismo nas economias periféricas, mas nem por isso deixará de converter-se em uma possibilidade de desenvolvimento, ou seja, um desenvolvimento em termos de acumulação e transformação da estrutura produtiva para níveis de complexidade crescente. Esta é simplesmente a forma que o capitalismo industrial adota no contexto de uma situação de dependência (Idem, p.160).

Em conformidade aos fatos expostos, tendo em vista que para os nossos acadêmicos a via revolucionária não passa de uma utopia, o desenvolvimento econômico na nossa região realiza-se mediante a intensificação da exclusão social tanto das massas urbanas proletárias quanto, inclusive, de certas camadas sociais economicamente importante na etapa anterior. Agora, a única alternativa disponível corresponde a manter-se subordinado aos centros hegemônicos, de tal modo que o Estado deixaria de apresentar o seu caráter populista ou desenvolvimentista e passaria a ser de natureza empresarial (Cardoso; Faletto, 2004, p.170), cujas principais características são apresentadas a seguir:

A nova forma de desenvolvimento implica, indubitavelmente, a renovação do sistema político-social, formando uma estrutura de dominação não mais baseada, ou apenas parcialmente, nos setores latifundiários, exportadores ou vinculados à indústria de bens de consumo leve. O novo setor econômico, em que preponderam as empresas monopolísticas internacionalizadas e o setor financeiro que surge vinculado ao mercado interno, procura exercer uma influência fundamental sobre as decisões nacionais (Idem, p.171).

Antes de retomarmos a nossa investigação em torno da análise de Cardoso e Faletto sobre o processo de desenvolvimento latino-americano, faz-se oportuno explicar a forma como o chamado príncipe da sociologia investigou e caracterizou as burguesias regionais, com ênfase no caso brasileiro. Sendo assim, poderíamos afirmar que, segundo a sua interpretação, as burguesias industriais da região constituíram-se enquanto uma camada social de forma demasiadamente efêmera, de tal modo que não foi presenciado, segundo as

suas palavras, a elaboração de uma consciência de classe empresarial (Cardoso; Faletto, 2004, p.160).

Como consequência, não foi observado no Brasil e no restante do continente latino-americano o surgimento de uma camada empresarial nacionalista e com interesse em auxiliar no desenvolvimento econômico dos seus respectivos países, mas sim uma camada parasitária, retrógrada, covarde e profundamente individualista. Assim sendo, visando subsidiar estas últimas descrições, convém destacar duas passagens do livro *Empresário Industrial e Desenvolvimento econômico no Brasil*, a saber:

Além do passado pré-industrial recente, a heterogeneidade dos grupos que compõem a burguesia industrial dificulta a descoberta de denominadores comuns que redefinem os valores dos industriais. Em síntese, os industriais brasileiros constituem uma camada social recente e heterogênea. Por isso, se no conjunto ainda não reagem como grupo aos problemas com que se defrontam, é preciso considerar que a 'situação comum de classe' é recente e a diversidade dos grupos de origem é grande. Estes fatores dificultam a decantação de modos uniformes de pensar, sentir e agir e dificultam a formação de uma ideologia industrial capaz de nortear a ação de todos em função dos interesses comuns.

E depois acrescenta:

Por isso, preferem, em geral, reagir às dificuldades dentro dos limites heterogêneos permitidos pela tradição dos grupos de que provêm: ora apoiando-se na influência das famílias tradicionais a que estão ligados, ora buscando recursos para progredir nas minorias nacionais a que pertencem, ora corrompendo políticas e funcionários para obter, com o dinheiro fácil ou árduo que ganharam, as vantagens, favores ou concessões de que necessitam. A participação isolada de industriais ou de grupos de industriais no jogo político tende a caracterizar-se pelo individualismo e, muitas vezes, pelo oportunismo: agem para alcançar algum grau de influência que permita proveitos diretos para si ou para suas empresas (Cardoso, 1964, p.165).

Por último, tais autores tecem alguns comentários sobre a ascensão das ditaduras militares no continente latino-americano. Nas suas respectivas concepções, a passagem de um regime democrático-representativo para um modelo autoritário ocorreu fundamentalmente mediante a atuação de setores burocráticos do Estado e das Forças Armadas, as quais são descritas enquanto meras corporações tecnoburocráticas (Cardoso; Faletto, 2004, p.173). Nesse sentido, um ponto interessante a ser evidenciado é que Cardoso, muito devido à sua origem de classe, vai admitir que tal grupo não protagonizou o golpe de 1964 devido a uma postura contrarrevolucionária e que visava, para tanto, frear os

movimentos e as demandas sociais da época, tal qual admitira Ruy Mauro Marini⁵², mas sim porque “acreditaram estar atendendo aos interesses nacionais do país”, muito embora, de forma contraditória, ele também afirme que o golpe apenas auxiliou na manutenção do sistema de dominação excludente e internacionalmente submisso (Idem, p.172).

Tais interpretações ganham um novo contorno quando o mesmo passa a descrever a forma como, consolidado o modelo autocrático militar, os grupos militares passaram a atuar dentro da estrutura de poder estatal. Para tanto, vejamos a seguinte passagem:

A medida que se forma essa espécie de tecnoburocracia de países dependentes, baseada no potencial de decisão e organização dos setores modernos da burocracia militar e civil, esta passa a sofrer dois tipos pressão: uma a favor do desenvolvimento racional e moderno, estimulada pela grande corporação industrial-financeira, geralmente internacionalizada, e outra que insiste no caráter cada vez mais excludente, em termos relativos, do desenvolvimento capitalista em países dependentes e enfatiza o caráter nacional das tarefas e problemas a serem cumpridos e resolvidos no curso do desenvolvimento (Idem, p.173).

Conforme visto, a intervenção militar teria uma direcionalidade de contenção e que visaria, de certa forma, legitimar-se enquanto um suposto movimento de restauração econômica, além de ser favorável a um padrão de desenvolvimento pautado na livre empresa e contrário ao estatismo econômico. Deste modo, a ditadura militar para Cardoso e Faletto não poderia ser vista como uma “volta ao passado” autoritário e própria do governo varguista, mas sim, pelo contrário, enquanto um processo que “expressa uma rearticulação política que se baseia em alterações no modelo social e econômico de desenvolvimento que prevalecia anteriormente”(Cardoso; Faletto, 2004, p.174). Aliás, conforme suas palavras:

Convém esclarecer que apesar dos traços comuns que o movimento de 64 e o regime militar atual tem com respeito a formas anteriores de autoritarismos havidos no Brasil, não me parece que se possa explicar a situação atual em termos de uma continuidade histórica. Por certo, o regime e sua ideologia, na medida em que são autoritários e que vêm no Estado centralizador e na burocracia os instrumentos básicos da “formação da nacionalidade”, aproximam-se da organização política e das ideias que prevaleceram durante o Estado Novo. Entretanto, além dos elementos básicos da cultura política brasileira e do tipo de autoritarismo que lhe corresponde, existem diferenças importantes na caracterização do regime autoritário do Brasil (Idem, p.175).

E quais seriam estas diferenças?

52 Ver o próximo capítulo.

Em termos gerais, houve uma alteração no próprio padrão de desenvolvimento econômico e na correlação de forças que o sustentava. Com efeito, na época varguista, o papel do Estado nos investimentos para a construção da indústria de base e em setores pioneiros da produção de bens de consumo durável era decisivo. Mesmo que esse tipo de política econômica tenha sido antes a consequência de contingências práticas do que de uma ideologia nacionalista, seus efeitos sobre o estilo de desenvolvimento econômico eram acentuados: Estado, capital nacional e investimentos externos constituíram as molas para o desenvolvimento (Idem, p.176).

O golpe de 1964, portanto, teria sido uma necessidade de desarticulação dos movimentos populares e defesa do processo de acumulação de capital, deslocando, com isso, o setor da burguesia nacional da posição hegemônica em proveito do setor mais internacionalizado da burguesia brasileira. Posto isso, ele almejaria integrar a economia de forma mais concisa ao sistema produtivo internacional, consolidando novas formas de subordinação na relação centro-periferia⁵³, mas não excluindo uma certa possibilidade de desenvolvimento industrial e financeiro.

Uma observação importante é que Cardoso não enxerga no governo militar um componente totalitário ou até mesmo de caráter fascista, mas antes um governo de natureza autoritário e tecnocrático, que, melhor exposto na sua obra *Autoritarismo e democratização* apresentaria dois tipos de organização atuantes: uma da grande empresa privada e supranacional e outro da burocracia nacional, de tal forma que o sistema político do regime militar deveria ser averiguado enquanto “anéis” que cortam horizontalmente as estruturas fundamentais. O resultado, pois, é que a relação Estado e sociedade civil passa a ser mediado pelas organizações burocráticas, de tal modo que a ordem civil e a ordem política se reorganizam e entrelaçam a partir de um novo arranjo político, mediante o qual os antigos instrumentos de existência política cedem lugar aos novos. Não se trataria, assim, de um Estado absoluto, mas sim de um “reorganização e redistribuição do poder através do entrosamento dos anéis burocráticos que fundem interesses privados e públicos” (Cardoso, 1975, p.53).

No entanto, embora defensor do desenvolvimento associado, o qual é visto como a forma mais “realista” para se desenvolver economicamente a região, Cardoso não enxerga no autoritarismo militar uma continuação benéfica para a sociedade. Autoproclamado defensor da social-democracia, ele reitera que tal modelo de desenvolvimento seja marcado, também, pela adoção de certos valores democráticos, pela liberdade, igualdade e pela

53 como são os casos do endividamento externo e da dependência tecnológica.

educação⁵⁴. Incapaz de fazer qualquer crítica significativa ao modo de produção capitalista e de propor uma verdadeira saída revolucionária, Cardoso nos oferece apenas soluções conjunturais e ineficazes para a resolução da dependência e do desenvolvimento.

Ainda sobre questões relativas ao desenvolvimento latino-americano, Cardoso nos contempla com a seguinte passagem da sua obra *O modelo político brasileiro*, na qual ele admite o seguinte:

A forma adotada pelo desenvolvimento econômico da América Latina é, basicamente, a de associação crescente entre três setores: o setor econômico controlado diretamente pelo Estado, os capitalistas locais e as empresas multinacionais ou os trustes. É sobre este tripé que assenta o desenvolvimento dos países industrial e economicamente mais avançados da região. Nele, há dois parceiros privilegiados: o capitalismo internacional, porque aporta a tecnologia relativamente avançada, as formas modernas de organização, o apoio financeiro internacional e as ligações mercantis em escala mundial; por outro lado, o Estado, na medida em que tem capacidade de realizar e regulamentar a poupança e na proporção em que atua como estabilizador e regulamentador do sistema político e econômico local. Por certo, este Estado não é uma entidade abstrata: responde a interesses de classe dominantes locais e busca estabelecer, para a manutenção da ordem social e dos objetivos nacionais (tais como são percebidos num dado momento pelas elites que estão no poder), formas de equilíbrio entre aquelas, as imposições objetivas do setor externo e o 'resto da sociedade' (Idem, 1973. p.18).

Sendo assim, haveria dois modelos de desenvolvimento no nosso continente: este que acabamos de descrever, o qual, segundo o próprio autor, é o mais pertinente dentro da nossa condição de dependência (Idem, p.20), e aquele que o autor denomina de "desenvolvimento popular", verificado em países como Cuba e Chile⁵⁵ e que estaria repleto de contradições e limites. Desta forma, conforme o nosso intelectual, o primeiro caso acabaria por ser a melhor alternativa para o nosso continente, levando-se em consideração todas as particularidades e condicionantes históricos próprios da América Latina⁵⁶.

3.2 Considerações finais a respeito da obra e da atuação de Fernando Henrique Cardoso:

54 Em sua entrevista para Roberto Pompeu de Toledo, Cardoso admite que, se outrora a grande nódoa do Brasil foi a escravidão, o principal problema dos tempos modernos é a miséria.

55 É importante salientar que tal escrito foi elaborado antes do golpe de Pinochet.

56 Em sua entrevista com Roberto Toledo, Cardoso realiza um curioso e pertinente comentário sobre a forma como ele caracterizou o seu primeiro mandato. Para ele, o seu governo não foi nem um governo neoliberal, algo que podemos discordar, nem um Estado de Bem Estar Social, mas sim um Estado Articulador, sobretudo no que diz respeito a uma articulação entre os interesses públicos e privados, sejam eles nacionais ou não.

Como visto anteriormente, em termos metodológicos, Fernando Henrique Cardoso propõe uma análise ímpar em torno do desenvolvimento, na qual o mesmo seja interpretado de forma integrada e na qual elementos internos e externos sejam considerados em suas múltiplas determinações. Assim sendo, fatores de ordem política, econômica e social deveriam ser os grandes eixos da análise sociológica, em que a dependência latino-americana deveria ser vista enquanto um todo estrutural. Além disso, uma outra característica importante é que, para o nosso autor, levando em consideração as particularidades históricas das nossas elites, seria possível conciliar dependência com desenvolvimento dentro de um contexto de internacionalização do mercado. Foi justamente por tal motivo que a professora Roberta Transpadini, na sua exímia obra *A teoria da interdependência de Fernando Henrique Cardoso*, afirma, com razão, que a sua proposta de desenvolvimento econômico, muito longe de promover a nossa autonomia e soberania, apenas aprofunda os nossos laços de dependência com o grande capital externo, condicionando, com isso, conforme já descrito no título da obra, uma interdependência com os centros hegemônicos.

Ademais, o estudioso João Paulo de Toledo Camargo Hadler, ao estudar a obra de Cardoso, fez um apontamento interessante a esse respeito e que, por isso, deve ser explicitado:

Com a nova etapa da internacionalização do capital, imperialismo e nação deixavam de ser contraditórios, à medida que o desenvolvimento das forças produtivas de determinadas economias periféricas passava a se inscrever no próprio movimento do capital internacional, no processo de concorrência para ocupar os novos mercados. Em certo sentido, a dependência deixava de ser problema para se transformar em solução, visto que possibilitava superar os constrangimentos técnicos e financeiros da industrialização substitutiva. Enfim, em determinadas condições, existiria um desenvolvimento dependente e associado (Hadler, 2022, p. 63-64).

E depois reitera:

A partir dos anos 1950, podia ser verificada uma nova tendência no movimento de internacionalização do capital, que passava agora a se direcionar à periferia do capitalismo na forma de investimento direto no setor manufatureiro. Doravante, existe a possibilidade de conciliar imperialismo e desenvolvimento econômico, pois a redefinição dos nexos de dependência a partir do próprio mercado interno, com produção e realização internas, tornaria a industrialização, o progresso das forças produtivas, interesse do próprio capital financeiro monopolista. É a noção de que se estabelece uma solidariedade entre o capital internacional e o espaço econômico que permite a Cardoso postular uma forma de desenvolvimento dependente (Idem, p.88).

Um outro ponto crucial da sua investigação é que a dependência não compreenderia a uma mera imposição externa, muito embora ela também se fizesse presente, mas sim a algo endógeno e estrutural das nossas sociedades. Nesse sentido, há duas características cruciais da sua obra: primeiro, a ênfase que a mesma confere ao papel das forças sociais e dos sujeitos históricos como constituintes da vida política dos países da região (Hadler, 2022, p.68); segundo, a reinterpretação da dependência latino-americana como resultado, também, das coincidências de interesses entre classes dominantes e externas, de tal modo que a mesma passa a ser vista como uma mera imposição ou uma relação de subordinação (Idem, p.70).

Mas como estaria estruturado o chamado desenvolvimento associado para Fernando Henrique Cardoso? Conforme visto, o mesmo teria como base a articulação entre o capital estrangeiro, o capital nacional e o Estado, os quais, juntos, formariam o tripé do desenvolvimento associado. Tal composição se dá porque, para ele, não existiria uma burguesia essencialmente nacional e com interesses de desenvolvimento e emancipação da nação, tendo em vista as peculiaridades históricas que permearam a história do desenvolvimento capitalista brasileiro e latino-americano.

Antes de concluirmos este capítulo referente às contribuições de Fernando Henrique Cardoso para a chamada controvérsia da dependência e do desenvolvimento, seria oportuno, antes, realizarmos breves comentários em torno do Plano Real e como o mesmo, na prática, correspondeu a uma aplicação das ideias do autor na política nacional. Com isso, nós nos contrapomos a uma velha concepção de que haveria supostamente uma ruptura e descontinuidade das ideias do autor com a sua experiência política efetiva⁵⁷. Mas, afinal, o que foi o Plano Real e quais as suas consequências para o cenário brasileiro? Em largos traços, o plano econômico em questão, que teve vigência no mês de maio de 1993 até janeiro de 1999, correspondeu, de certa forma, a uma tentativa relativamente bem sucedida de conter a crise inflacionária que permeava o cenário da época. Partindo do princípio conforme o qual a principal causadora de tal problemática econômica era o desajuste das contas públicas, fato esse que exigia, por sua vez, uma política de estabilização e desindexação dos preços,

⁵⁷ Mais uma vez, recomendamos o livro da professora Transpadini, pois o mesmo também realiza comentários e análises significativas a esse respeito. Além disso, também recomendamos a leitura da entrevista com Pompeu de Toledo a esse respeito.

podemos, segundo os economistas André e Rui Modenesi, dividir a estruturação do Plano Real em três fases principais (Modenesi, A; Modenesi, R, 2012, p.32).

Em relação a primeira fase, que vai de maio de 1993 até fevereiro de 1994, pode-se afirmar que o seu objetivo principal correspondeu ao ajuste das contas públicas. Logo, com o intuito de compensar o crescimento do valor real dos gastos públicos durante o processo de estabilização do nível dos preços, criaram-se dois programas sociais auxiliares, a saber: o Programa de Ação Imediata (PAI), por meio do qual, dentre outras coisas, foi criado o Programa Nacional de Desestatização (PND), e o Fundo Social de Emergência (FSE), que foi mais voltado para a redução da rigidez dos gastos da União (Idem, p.34). Assim sendo, também foi observado, através do primeiro programa, um processo de abertura econômica e privatização de certas industriais nacionais, visando torná-las mais competitivas e modernas.

A segunda fase, que teve início em março de 1994, voltou-se em eliminar a chamada inércia inflacionária mediante uma reforma monetária inspirada na proposta de uma moeda indexada dos economistas André Lara Resende e Pêrsio Arida. Como resultado, foi criada a Unidade Real de Valor (URV), que correspondeu a uma espécie de indexador universal e cujo cálculo diário estava atrelado à variação pro rata de um grupo formado por outros três índices: O IGP-M, o IPCA e o IPC. Um ponto importante a se destacar e que vai ao encontro da nossa proposta de alinhamento das ideias de Cardoso com a sua atuação política é que a adoção da URV acabou por condicionar uma espécie de dolarização da nossa economia, a qual tinha como objetivo garantir o alinhamento de preços relativos e a coordenação na formação dos preços e expectativas inflacionárias. Paralelamente, o Banco Central do Brasil iniciou uma política de venda de dólares sempre que a paridade URV/dólar se igualasse a 1, o que deixou a moeda flutuar livremente para baixo, além de introduzir uma banda cambial assimétrica e cujo teto era igual a 1 URV (Idem, p.36). No dia primeiro de julho de 1994, a URV tornou-se uma moeda plena, a qual fora denominada real. Com isso, a reforma monetária almejada pela segunda fase se encerrou, e a URV também passou a exercer funções de meio de troca e reserva de valor.

Conforme visto, por mais que o Plano Real tenha, de fato, estabilizado a situação inflacionária no Brasil, o mesmo também acarretou em consequências negativas para o país e que auxiliaram na manutenção e no aprofundamento da dependência. Como exemplos, poderíamos mencionar o pareamento da moeda nacional com o dólar, a privatização de indústrias estratégicas para a soberania brasileira, um certo aumento do desemprego e a

manutenção do poder de compra baixo para a classe trabalhadora. Com isso, gostaríamos de deixar claro que, em contraposição a certos setores acadêmicos que enxergaram uma certa contradição entre a atuação presidencial de Cardoso com os seus escritos teóricos, houve, na realidade, uma implementação prática de suas ideias e princípios, acarretando em um capitalismo dependente, associado, periférico e subserviente.

No entanto, para além da contribuição de Fernando Henrique Cardoso para a controvérsia da dependência, devemos enfatizar que houve uma outra importantíssima teoria que também influenciou e influencia tal debate. Trata-se, mais precisamente, do arcabouço teórico de Ruy Mauro Marini e da sua defesa pela via revolucionária. Para tanto, vejamos, com maiores cautelas, os pormenores do seu pensamento.

4 Ruy Mauro Marini e os Marcos da dialética da dependência

“A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial”

(Marini., 2013, p.47).

Debruçar-se sobre um teórico constitutivo da história do pensamento econômico e social brasileiro e latino-americano sempre será, ao mesmo tempo, uma tarefa gratificadora, porém hercúlea e enfastiante. Em relação a estes dois últimos adjetivos porque, inevitavelmente, um artigo, um ensaio ou até mesmo um capítulo de qualquer obra acadêmica, independente de sua natureza e direcionalidade, sempre será insuficiente para poder reproduzir toda a complexidade do arcabouço teórico do intelectual que almejamos abordar. Porém, ainda assim, trata-se de uma atividade altamente recompensadora poder investigar, reproduzir e, até mesmo criticar, dentro do sentido marxiano do termo, o arcabouço teórico de um determinado autor, sobretudo quando o mesmo, apesar de apresentar um histórico de tendenciosidade intelectual contra si e sua obra⁵⁸, ainda é lembrado, lido e estudado dentro dos cursos de ciências humanas e sociais no Brasil e no restante do continente latino- americano. Isto posto, é justamente esse o caso que assola a vida e obra do economista e sociólogo brasileiro Ruy Mauro Marini (1932-1997); mas, afinal, quem foi Ruy Mauro Marini e qual a sua contribuição para o debate em torno da dependência⁵⁹?

Nascido em Barbacena, interior do Estado de Minas Gerais, filho de um trabalhador descendente de migrantes italianos com a herdeira caçula de uma tradicional família de latifundiários, Marini, como bem exposto em sua *Memória*, foi “um produto das tendências profundas que determinaram o surgimento do Brasil moderno” (Marini.

58 Trata-se, mais especificamente, do embate teórico entre Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso travado no final da década de 1970, o qual será trabalhado com maiores cautelas no próximo capítulo.

59 Para a seguinte parte do capítulo, foram utilizadas informações colhidas nos depoimentos presentes no livro “Ruy Mauro Marini: dialética da dependência e outros escritos” e que estarão devidamente mencionados nas referências bibliográficas.

2022, p.75). Inicialmente matriculado no curso de direito pela então denominada universidade do Brasil, hoje em dia conhecida como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Ruy Mauro somente iria se debruçar sobre os temas pertinentes às ciências sociais de sua época após a aquisição de uma bolsa de estudos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) dentro da chamada Escola Brasileira de Administração Pública (Ebac) entre os anos de 1953 e 1957. Tais pesquisas seriam retomadas e aprofundadas um ano após, em 1958, quando o nosso autor, agora com a posse de uma bolsa de estudos oferecida pelo governo francês, partiria para Paris, com o intuito de averiguar as especificidades sociológicas do continente europeu e as suas devidas relações com o Brasil. Tal período, que se prolongará até o ano de 1961, será de fundamental importância para o nosso teórico, tendo em vista que foi por meio de tal intercâmbio acadêmico e cultural que ele apresentou os seus primeiros contatos não somente com a produção teórica de Marx e Lênin, os quais tornar-se-ão as suas principais referências teóricas e metodológicas, como dos estudos cepalinos que então estavam sendo debatidos no continente.

De volta ao Brasil em 1962, Ruy Mauro, junto com os pensadores Thetônio dos Santos e Vânia Bambirra, que eram seus fiéis amigos e que também faziam parte da POLOP, inicia as suas atividades intelectuais enquanto professor universitário da então criada Universidade de Brasília (UNB), na qual participará ativamente dentro do debate da dependência e do desenvolvimento brasileiro e latino- americano. Aliás, é justamente no ambiente em questão que Ruy Mauro, em conjunto com os seus colegas e companheiros de luta, desenvolverá um enfoque marxista e revolucionário para a temática do desenvolvimento, o qual posteriormente ficará conhecido como a Teoria Marxista de Dependência. Antes, porém, de darmos continuidade em relação aos aspectos biográficos de Marini, convém discutir um pouco sobre a importância não somente da UNB, como também da POLOP⁶⁰ para a sua formação enquanto um militante orgânico e comprometido com a emancipação dos povos do nosso continente.

Desta forma, fundada no dia 21 de abril de 1962, a universidade em questão tornou-se nacionalmente conhecida por ter sido a primeira instituição de ensino a inovar no seu currículo programático, diferenciando-se, assim, da Universidade de São Paulo, então hegemônica no campo

60 No último capítulo da nossa dissertação, falaremos um pouco mais sobre a atuação militante da POLOP e da sua contraposição ao PCB, além da sua relevância para a luta armada no país.

das ciências humanas da época⁶¹. No entanto, a importância de tal instituição de ensino definitivamente não se esgota em relação ao currículo e da sua forma de funcionamento: fortemente influenciado pelos estudos do professor André Gunder Frank, formalizou-se no centro acadêmico em questão uma escola de pensamento que se contrapunha não somente aos estudos cepalinos, da USP e do ISEB, como também do prognóstico do PCB em relação à essencialidade da nossa dependência⁶². Além disso, partindo do pressuposto conforme o qual o subdesenvolvimento brasileiro auxiliava tanto no processo de desenvolvimento dos centros hegemônicos quanto no aprofundamento da nossa dependência (Wasserman, 2017, p.60), Marini, Bamberger e Theotônio dos Santos inseriram-se na Organização Revolucionária Marxista (ORM) com o intuito de auxiliar no processo de conscientização da classe trabalhadora, em especial os camponeses e estudantes da universidade, em torno de assuntos intrínsecos à luta de classes e à dependência nacional.

Nesse sentido, críticos ao reformismo elaborado pelo PCB e à defesa da revolução por etapas, além de também contarem com o referencial teórico proporcionado por Bukharin e Rosa Luxemburgo, tais intelectuais, visando substanciar a sua atuação política, também criaram a Revista “Política Operária” (POLOP), por meio da qual divulgavam as suas principais ideias para os operários locais. Todavia, estourado o golpe empresarial-militar em abril de 1964, Ruy Mauro Marini teve que se refugiar no México, no qual ficará até o ano de 1969. Sua estadia no antigo reduto do Império Asteca apresentará um certo paralelo com a sua experiência na França, sobretudo no que se refere a maturação teórica e aprofundamento de determinados temas que abracavam o debate desenvolvimentista e da dependência.

Contando com a solidariedade de outros intelectuais que, a essa altura, também sofriam com as perseguições suscitadas pelo advento de governos autocráticos e de natureza militar, o nosso teórico da dependência será convidado a trabalhar no Colégio do México, no interior do qual dedicar-se-á não somente a estudar a realidade brasileira, inclusive oferecendo cursos e seminários a esse respeito, como também da própria história e particularidade latino-americana. Em 1967, criada a primeira pós-graduação em Estudos Latino-Americanos pelo Centro de Estudos Internacionais (CEI) de tal colégio, Marini auxilia na sua coordenação e desenvolve, paralelamente, a primeira versão da sua obra *Subdesenvolvimento e Revolução*, na qual o autor, para além de expor algumas de suas

61 Para maiores detalhes acerca da USP e das suas especificidades em relação ao ensino e na sua estrutura, recomendamos a leitura do segundo capítulo.

62 Tais tópicos serão aperfeiçoados no último capítulo, no qual discutiremos toda a história de ascensão e queda da esquerda revolucionária no Brasil.

principais ideias sobre a natureza e a essência do capitalismo latino-americano, como os conceitos de superexploração da força de trabalho e subimperialismo, examina e tece duras críticas ao modelo de desenvolvimento socioeconômico brasileiro, sobretudo em relação às particularidades que levaram ao advento do golpe militar.

Dada o êxito do curso e as discussões suscitadas pelo seu livro, Marini é convidado por Leopoldo Zea a lecionar na UNAM (Universidad Nacional Autónoma de México), mais especificamente no programa de estudos latino-americanos da universidade. Como resultado, aumenta o número de seus artigos produzidos, assim como dos debates e discussões em torno da sua ainda incipiente produção teórica, fazendo com que ele se tornasse um autor com certo prestígio na América Latina e no mundo. No entanto, após a publicação de um artigo de sua autoria, o qual foi interpretado como uma denúncia ao massacre dos estudantes ocorrido em Tlatelolco⁶³, em 1968, desencadeia-se uma crise diplomática entre o governo mexicano e diversos intelectuais que se situavam no país em situação de exílio, como o caso do nosso autor. O desfecho de tal conturbação será um novo exílio de Marini, o qual, dessa vez, será no Chile.

Chegado ao Chile em 1969 e agora com uma reputação mais significativa no meio acadêmico, Marini vincula-se ao Movimento Esquerda Revolucionária (MIR) e ao Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile (Ceso⁶⁴). Em sua estadia no país andino, escreve, em 1972, possivelmente o seu texto mais conhecido e aclamado, *Dialética da dependência*, e, posteriormente, como uma forma de rebater algumas críticas aos seus estudos, o artigo “Sobre a dialética da dependência”, no qual já é presenciado um certo conflito com outros intelectuais contemporâneos, em especial o sociólogo brasileiro Fernando Henrique Cardoso. De toda forma, sua permanência no Chile foi efêmera, encerrando-se em 1973 como resultado do golpe de Estado promovido pelo general Pinochet contra o governo de Salvador Allende. Assim sendo, Marini refugia-se, mais uma vez, indo em um primeiro momento e de forma breve para o Panamá e, depois, para a Alemanha.

63 De forma resumida, o Massacre de Tlatelolco ocorreu no dia 2 de outubro de 1968 como uma tentativa do então presidente mexicano, Gustavo Díaz Ordaz Bolaños, em reprimir e silenciar uma série de manifestações estudantis e greves que estavam ocorrendo no México. Realizado um pouco antes dos Jogos Olímpicos de 1968, o massacre em questão gerou uma comoção mundial e foi considerado uma espécie de guerra suja por parte do governo do México.

64 Importante frisar que uma leitura fundamental para se compreender a obra de Ruy Mauro Marini, relacionando-a com essa contextualização que estamos realizando, é a dissertação da Professora Maíra Bichir, cujo nome é *A problemática da dependência: um estudo sobre a vertente marxista da dependência*.

Contudo, tendo em vista a sua antiga adesão ao MIR, Ruy Mauro vê-se obrigado a retornar para o México em 1974, onde atuará como professor no Centro de Estudos Latino-Americanos da UNAM. Nesse período, os seus esforços em ensinar e divulgar a teoria marxiana e marxista de forma mais ampla para alunos mexicanos e demais estudantes latino-americanos que estudavam em tal instituição de ensino potencializa-se, de tal modo que é fundado, em 1977, o Centro de Informação, Documentação e Análise do Movimento Operário da América Latina (Cidamo), que funcionará até 1982. Seu regresso ao Brasil acontecerá somente em 1983, embora sem cortar totalmente os vínculos com o México e a universidade em questão⁶⁵, e, em 1986, Cristóvam Buarque, que na época era reitor da UNB, auxilia-lhe na sua reintegração à universidade. Infelizmente, como decorrência de um câncer, Marini falecerá em 5 de julho 1997, aos 65 anos, mas convicto de que, para a devida superação da dependência latino-americana, far-se-ia necessário um posicionamento combativo e revolucionário, visando, com isso, ao advento de uma sociedade socialista em nosso continente.

Como exposto, Ruy Mauro Maini correspondeu a um intelectual de altíssima relevância para o debate político e econômico da época, oferecendo importantes contribuições não somente para o caráter da nossa dependência, mas também ao papel do Estado, à importância da organização proletária e da necessidade e busca pela revolução brasileira e latino-americana. Seus estudos, por mais que debatessem com certos pressupostos oferecidos pela Cepal e de outros intelectuais conterrâneos, relacionam-se, mais precisamente, com a Nova esquerda⁶⁶ que então estava se formando na época, de tal modo que o nosso autor sempre dialogou, também, com outros pensadores marxistas, brasileiros ou não, contrapondo-os criticamente. Porém, quais seriam as principais diferenciações entre tais estudos?

Conforme defendido logo no início da sua obra *Dialética da dependência*, o marxismo brasileiro e latino-americano apresentou dois tipos de equívocos interpretativos ao se abordar as características intrínsecas da economia latino-americana, a saber: “a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato e a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação pura” (Marini, 2022, p.168). Tais

65 Nesse sentido, deve-se mencionar o trabalho escrito em coautoria com Mária Millán, cujo nome é “Teoria social latino-americana” e que fora publicado em quatro volumes.

66 Com tal nomenclatura, estamos aludindo a movimentos como a POLOP e o MIR, já citados anteriormente.

inexatidões, por seu turno, na realidade, vinculam-se largamente a um problema teórico-metodológico abordado por outros autores marxistas, que consiste na dificuldade e necessidade de articulação do “singular-particular-universal”, recurso metodológico esse que aparece não somente nas obras de Marx, mas também de pensadores como Kossick e Lukács e que foi, posteriormente, retomada por Jaime Osório em seu artigo “Elementos para una construcción teórica sobre América Latina”.

Além disso, admite Marini, tal empecilho residiria não somente em uma questão de método, mas também a uma dificuldade real, pois, conforme as suas próprias palavras, “frente ao parâmetro do modo de produção capitalista pura, a economia latino-americana apresenta dificuldades, que as vezes se apresentam como insuficiências e outras como deformações” (Marini, 2022, p.168). Nesse sentido, afastando-se da premissa de que haveria um suposto feudalismo ou um pré-capitalismo que se articularia com outras formas de apropriação econômica, Marini parte do princípio segundo o qual o que se verifica na América Latina como um todo é a existência de um capitalismo *suis generis*, o qual exige, para a sua devida apreensão, uma análise que leve em consideração a sua totalidade e, como decorrência disso, as suas interações não só interna e nacionalmente, mas também e sobretudo externa e internacional (Idem, p.168). Pois bem, quais seriam as especificidades das economias latino-americanas em relação às europeias e a norte-americana? Para tanto, vejamos, a seguir, como o nosso autor interpretou a América Latina e o seu caráter de dependência.

4.1 Superexploração da força de trabalho e a particularidade do capitalismo dependente latino-americano

Concebida ainda no calor da expansão comercial europeia do século XVI, a América Latina, para Ruy Mauro Marini, desenvolver-se-ia em estreito alinhamento com florescer do capitalismo internacional. Em um primeiro momento, ela seria de suma importância para o aumento do fluxo de mercadorias e com a própria expansão dos meios de pagamento vigente, de tal forma que, ao mesmo tempo em que ela ajudava no desenvolvimento do capitalismo comercial e bancário na Europa, alicerçava o sistema manufatureiro europeu,

propiciando, com isso, a consolidação da grande indústria capitalista (Marini, 2022, p.170). De todo modo, será somente com o advento da Revolução industrial e com a posterior articulação com a Inglaterra que o continente latino-americano inserir-se-á no âmago da divisão internacional do trabalho. Nesses termos, a dependência, para Ruy Mauro e demais autores constituintes da teoria marxista da dependência, surgiria historicamente como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes e em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a sua reprodução ampliada (Idem, p.172):

Deste modo, em um primeiro momento, a “capacidade” e obrigatoriedade do nosso continente em condicionar uma oferta mundial de elementos corresponderá a uma contribuição necessária para a devida formação de um mercado de matérias-primas industriais. Em outras palavras, para além de facilitar o crescimento quantitativo dos países em industrialização, a participação da América Latina no mercado mundial favorecerá e permitirá com que o eixo de acumulação na economia industrial europeia seja deslocado da produção de mais-valia absoluta para mais-valia relativa (Marini, 2022, p.175). Aliás, conforme as palavras do próprio Ruy Mauro:

A inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências da passagem para a produção de mais-valia relativa nos países industriais. Esta é entendida como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho. Antes de analisar o outro lado da moeda, isto é, as condições internas de produção que permitirão à América Latina cumprir essa função, cabe indicar que não é só no âmbito de sua própria economia que a dependência latino-americana se revela contraditória: a participação da América Latina no progresso do modo de produção capitalista será contraditória, e isso se deve ao fato do aumento da capacidade produtiva do trabalho acarreta um consumo mais que proporcional de matérias-primas. Na medida em que essa maior produtividade é acompanhada efetivamente de uma maior mais-valia relativa, isso significa que cai o valor do capital variável em relação ao do capital constante, ou seja, que aumenta a composição valor do capital. Assim sendo, o que é apropriado pelo capitalista não é diretamente a mais-valia produzida, mas a parte desta que lhe corresponde sob a forma de lucro. Por isso, o resultado do aumento de mais-valia tende a ser uma queda da taxa de lucro (Idem, p.176).

Como resultado, observa-se que os países latino-americanos que então haviam se inserido na antiga divisão internacional do trabalho não procuram, na prática, corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas, mas sim compensar a

perda de renda concebida pelo comércio internacional mediante uma acentuação da exploração sobre os trabalhadores locais. Nesse sentido:

O problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho aparece como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento das capacidades produtivas.

De tal modo que:

A base real sobre a qual se desenvolve a superexploração são os laços que ligam a economia latino-americana com a economia capitalista mundial: nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para a sua realização, de tal forma que a produção e a circulação de mercadorias sejam separadas (Idem, p.177).

Como verificado, Marini parte do princípio segundo o qual, com o florescimento e estruturação do modo de produção capitalista, uma parte variável da mais-valia aqui produzida seria apropriada pelas economias centrais por meio da estrutura de preços vigentes no mercado, pelas políticas financeiras outorgadas ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção. Como reação a isso, as classes dominantes locais, visando ressarcir tal perda, aumentariam o valor absoluto da mais-valia criada pelos trabalhadores, submetendo-os, pois, a um processo denominado por Marini de superexploração da força de trabalho, caracterizado pelos baixos salários, falta de oportunidade de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial.

Á vista disso, como melhor expresso no seu texto “Sobre a dialética da dependência”, o desenvolvimento da economia capitalista dependente encontra-se, a princípio, totalmente subjugada à dinâmica de acumulação de capital dos países industriais, de tal modo que é justamente em função da tendência à queda da taxa de lucro em tais países e, conseqüentemente, da acumulação de capital que o subdesenvolvimento latino-americano

pode ser explicitado (Marini, 2022, p.219-220). Logo, retomando a dialética do singular-particular-universal, somente na medida em que a economia dependente se converte em um verdadeiro centro produtor de capital, em que já é presenciado também a sua fase de circulação, que as suas leis de desenvolvimento interno se manifestam, as quais, por seu turno, são uma mera expressão das leis gerais que compõem o sistema em sua totalidade (Idem, p.222).

Em suma, seria justamente mediante a acumulação de capital em escala mundial e, em particular, da taxa geral de lucro que Marini apreenderia a gênese e a essência da economia dependente latino- americana. Assim, a diversidade do grau de desenvolvimento das forças produtivas das mais variadas economias que se integram ao mercado mundial implica em diferenciações substanciais em suas respectivas composições orgânicas de capital, ocasionando distintas formas e graus de exploração do trabalho. Isto posto, seria errôneo admitir que Marini trataria a dependência e a superexploração da força de trabalho como fenômenos que abarcariam todos os países latino-americanos de forma homogênea, não levando em consideração, para tanto, as suas respectivas especificidades históricas, sociais e culturais (Marini, 2022, p.219).

De toda forma, independente agora das suas particularidades, à medida que o intercâmbio entre tais economias vai se estabilizando com os países imperialistas, verifica-se a cristalização de um preço comercial cujo termo de referência é, para além das suas variações cíclicas, o valor das mercadorias produzidas. Como resultado, o grau de participação no valor global realizado na circulação internacional é maior para as economias de composição orgânica mais baixa, ou seja, as dependentes, as quais, como já assinalado, em invés de recorrerem ao aumento da produtividade, valem-se de um maior emprego intensivo e extensivo da força de trabalho, baixando, com isso, a sua composição orgânica e elevando o valor das mercadorias produzidas, de tal modo que tanto a mais valia produzida quanto o lucro elevam-se (Marini, 2022, p.223).

É justamente por isso que Marini, em contraposição a Fernando Henrique Cardoso, não enxerga a superexploração da força de trabalho como algo meramente acidental, mas sim a um fato que é necessário e fundante dentro da constituição do modo de produção capitalista como um todo (Idem, p.226). Antes de passarmos para a análise de Marini sobre o processo de industrialização latino-americano e também acerca do conceito de

subimperialismo, seria oportuno esclarecermos alguns equívocos teóricos a respeito do seu conceito de superexploração da força de trabalho. Para tanto, analisaremos tal conceito a partir do auxílio oferecido por Mathias Luce em seu livro *Teoria Marxista da dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica*. Interpretada erroneamente por um leque significativo de autores, o conceito de superexploração da força de trabalho já foi reduzido a diferentes perspectivas, como, por exemplo, uma suposta persistência de formas pré-capitalistas na nossa economia; taxa superior de mais-valia; domínio de mais-valia absoluta e inexistência ou redução da mais-valia relativa; pauperismo; circulacionismo; anulação da lei do valor e a uma mera tendência capitalista verificada em qualquer lugar (Luce, 2018, p.132).

De todos os equívocos apresentados, analisaremos nesse capítulo de forma mais detida a concepção de que o conceito de superexploração da força de trabalho abarcaria, na realidade, a um sinônimo de mais-valia absoluta e negação da mais-valia relativa. Tal escolha se dá porque foi a partir de tal alegação que Fernando Henrique Cardoso e José Serra criticaram o arcabouço teórico de Marini, afirmando que o mesmo apresentaria inúmeras inconsistências teóricas e metodológicas. Nesse sentido, conforme pontuado por Luce, tal alegação afirmaria que estaria ausente, dentro das economias dependentes latino-americanas, a possibilidade de se elevar a produtividade do trabalho, de tal modo que também se encontraria ausente a possibilidade de se extrair trabalho excedente pelo método da desvalorização real do valor da força de trabalho (Luce, 2018, p.140).

O erro, portanto, consiste em não levar em consideração que as economias dependentes latino-americanas, em contraposição às centrais, nas quais o eixo de acumulação se articula em torno da mais-valia relativa, apresentam um eixo de acumulação que se pauta na tendência de uma maior exploração dos trabalhadores, de tal modo que uma maior exploração da força de trabalho não corresponde a um sinônimo de taxa superior de mais-valia ou então de mais-valia absoluta, como dito por Cardoso, mas sim superexploração da força de trabalho (Luce, 2018, p.142-143). Nesses termos, o conceito em questão deve ser entendido como a própria “determinação negativa do valor contida na própria lei do valor”, na qual “a corporeidade viva da força de trabalho ou é submetida a um desgaste prematuro, ou a reposição de seu desgaste acontece de tal maneira em que a substância viva do valor não é restaurada em condições normais, ocorrendo o rebaixamento do seu valor” (idem, p.135). Aprofundando a sua ideia, Luce admite o seguinte:

A superexploração é, pois, a agudização da tendência negativa, inscrita na lei do valor. Por isso, enquanto tendência negativamente determinada, ela exacerba a relação valor em seus aspectos alienantes. Daí chamarmos de determinação negativa do valor da força de trabalho contida na lei do valor. A força de trabalho, na superexploração, além de estar submetida à exploração capitalista nas determinações mais gerais da lei do valor, está também submetida às determinações específicas desta, sob as quais é agudizada sua tendência negativamente determinada, que atua de modo sistemático e estrutural sob as economias dependentes, provocando o desgaste prematuro da força de trabalho e/ou reposição, de tal maneira em que a substância viva do valor não é restaurada em condições normais, ocorrendo o rebaixamento do seu valor (Idem, p.143).

Outrossim, cumpre ressaltar também que o conceito de superexploração da força de trabalho de modo algum contrapõem-se e diferencia-se das análises marxianas em torno das leis gerais de acumulação capitalista e das análises de Marx em torno do valor. Pelo contrário, reafirma tal lei, submetendo-a às especificidades do capitalismo dependente latino-americano, o qual, como visto, é intrinsecamente vinculado ao desenvolvimento capitalista dos centros hegemônicos. Nesse sentido, seria oportuno retomar algumas passagens do livro *O capital*:

A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção [modo de produção capitalista]. A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago. Portanto, as condições de sua venda, sejam elas favoráveis ao trabalhador em maior ou menor medida, incluem a necessidade de sua contínua revenda e a constante reprodução ampliada da riqueza como capital. O salário condiciona sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinada quantidade de trabalho não pago por parte do trabalhador. Abstraindo totalmente da elevação do salário, acompanhada de uma baixa do preço do trabalho etc, o aumento dos salários denota, no melhor dos casos, apenas a diminuição quantitativa do trabalho não pago que o trabalhador tem de executar. Tal diminuição jamais pode alcançar o ponto em que ameaça o próprio sistema (Marx, 2013, p. 841).

E depois continua:

A lei da produção capitalista resulta simplesmente nisso: a relação entre capital, acumulação e taxa salarial não é nada mais que a relação entre trabalho não pago, transformado em capital, e o trabalho adicional, requerido para pôr em movimento o capital adicional. Não se trata, portanto, de modo nenhum de uma relação de duas grandezas entre si independentes – de um lado, a grandeza do capital e, de outro, o tamanho da população trabalhadora, mas, antes, em última instância, da relação entre os trabalhos pagos e não pagos da mesma população trabalhadora. Se a quantidade de trabalho não pago fornecida pela classe trabalhadora e acumulada pela classe capitalista cresce com rapidez suficiente de modo a permitir sua transformação em capital com apenas um acréscimo extraordinário de trabalho

o trabalho não pago diminui proporcionalmente. Mas tão logo essa redução atinja um ponto em que o mais-trabalho, que alimenta o capital, já não é mais oferecido na quantidade normal, ocorre uma reação: uma parte menor da renda é capitalizada, a acumulação desacelera e o movimento ascensional do salário recebe um contragolpe. O aumento do preço do trabalhador é confinado, portanto, dentro dos limites que não só deixam intactos os fundamentos do sistema capitalista, mas asseguram sua reprodução em escala cada vez maior (Idem, p.843-844).

De toda forma, apesar de tais apontamentos, Marini, assim como os seus conceitos, devem ser averiguados de forma histórica e contextualizadora. Em outras palavras, por mais que tal autor tenha estruturado uma análise significativa em torno da economia latino-americana, isso não quer dizer que ele não tenha apresentado os seus limites teóricos. Claro que seria desonesto cobrar do autor a análise de temas mais recentes dentro dos estudos desenvolvimentistas, como a questão ambiental e a participação cada vez mais presente dos povos originários em tais pautas. Todavia, ainda nesse sentido, Marini em praticamente nenhum momento da sua obra analisa a relação entre tal particularidade econômica latino-americana oriunda da superexploração da força de trabalho com as questões de gênero e raciais.

Isto posto, como uma tentativa de solucionar tal omissão, Carla Cecilia Campos Ferreira e Gustavo Gonçalves Fagundes escreveram o artigo “Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça”, no qual é trabalhado a hipótese de que tanto o racismo estrutural quanto a violência de gênero constituem relações de expropriação e alienação e que, por isso, teriam um papel decisivo não somente sobre a determinação histórica e moral do valor da força de trabalho, como também da própria constituição do modo de produção capitalista (Fagundes; Ferreira, 2021, p.72). Com isso, observa-se a estruturação de uma divisão sexual⁶⁷ e racial do trabalho como estratégia permanente do sistema capitalista, ocultando não só o trabalho expropriado, mas rebaixando o próprio preço do trabalho para abaixo do valor da força de trabalho (Idem, p.70).

Outrossim, o racismo, como bem pontuado por Cristiane Luiza Sabino de Souza, também deve ser averiguado enquanto um fenômeno multifacetado e histórica e socialmente

67 Em seu artigo “La teoría marxista de la dependencia desde una mirada feminista: un análisis sobre las leyes sobre el aborto en el mundo”, Agostina Constantino e Patricia Laterra oferecem um estudo pautado na TMD extremamente interessante sobre como a legalidade do aborto e as políticas de direitos sexuais e reprodutivos podem ser compreendidas e analisadas também a partir da funcionalidade que os mesmos cumprem dentro da acumulação de capital em nível mundial.

determinado, o qual, retomando o professor Clóvis Moura, se conforma como uma das mais consistentes e eficazes armas de dominação ideológica, cuja gênese não somente vai ao encontro do surgimento do modo de produção capitalista, mas também auxilia na sua devida manutenção e reprodução. Nesse sentido, o racismo está intrinsecamente associado à propriedade privada dos meios de produção, na lógica mercantil de produção do mais-valor e em toda dominação e violência exigida pelas dinâmicas do capital, hierarquizando e marginalizando ainda mais uma parcela significativa da força de trabalho (Moura,1994, p.18).

Nesse sentido, consideramos que o conceito de superexploração da força de trabalho corresponde a uma ferramenta analítica imprescindível para se apreender a essencialidade do capitalismo dependente latino-americano, a qual, por sua vez, deve ser articulada com outras análises e recursos teóricos. Sendo assim, para além das suas determinações econômicas, seria oportuno e imprescindível averiguar como a desumanização do negro e do indígena e a inferiorização da mulher, mediante estudos promovidos por importantíssimos intelectuais, como Franz Fanon, Amílcar Cabral, Clóvis Moura, Jacob Gorender, Heleieth Saffioti e outros⁶⁸, dialogam com o conceito de superexploração da força de trabalho na consolidação da dependência latino-americana. Somente assim, em um hercúleo esforço de resgate e debate com esses grandes nomes das ciências sociais dentro de uma perspectiva crítica, anticolonial e anti-imperialista, conseguiremos, dentre outras coisas, combater a mentalidade facinora da extrema direita, que, incapaz de propor políticas públicas de melhora e bem-estar da sua própria população, insiste em animalizá-la, corrompê-la e retirar-lhe toda sua dignidade e esperança de dias melhores.

Tal intento, por sua vez, também deve ocorrer através de um intenso trabalho de recuperação da memória e fortalecimento dos espaços de luta dos movimentos negro, indígena e feminista nos mais variados âmbitos possíveis, sejam eles acadêmicos ou não. Somente assim, poderemos questionar e combater os porquês, por exemplo, do poeta negro Cruz e Sousa (1861-1898), um dos maiores expoentes simbolistas do Brasil, ter apresentado, em meio à ascensão do parnasianismo, estética literária a política e voltada mais às elites locais, a sua memória e obra esquecidas, além de seu corpo ter como destino não um enterro digno e com honrarias, mas sim jogado em meios aos porcos para ser ferozmente devorado.

68 Nas referências bibliográficas, deixaremos algumas importantíssimas contribuições teóricas de tais teóricos e teóricas, visando, com isso, substanciar não somente o debate em torno da dependência, mas também enfatizar a importância de tais temas e discussões.

Somente assim poderemos compreender como, ainda em 2025, legitimamos a ocorrência de uma atroz chacina contra mais de 120 pessoas, todas negras e periféricas, as quais, sem julgamento e averiguação das provas, são condenadas à sua fúnebre e infeliz desgraça.

Por fim, feito esses comentários em relação à essência e aos limites da categoria da superexploração da força de trabalho e como a mesma deve estar articulada com outras abordagens críticas e revolucionárias, vejamos, agora, um outro conceito fundamental dentro da teoria de Ruy Mauro Marini, que é justamente a sua concepção de subimperialismo e como o mesmo se vincula à questão do Estado latino-americano.

4.2 Subimperialismo, o Estado de Contrainsurgência e a teoria do quarto poder: averiguando determinadas especificidades da política latino-americana a partir da obra de Ruy Mauro Marini

Conceituada ainda na passagem do século XIX para o século XX, não restam dúvidas de que o conceito de imperialismo corresponde a uma das maiores contribuições da literatura marxista para a ciência política e para as relações internacionais. Contudo, abordada por diferentes autores e com distintos prismas, o imperialismo ora fora empregado como um sinônimo de determinadas políticas comerciais e financeiras próprias daquele contexto histórico, ora como uma espécie de fase ou transição da chamada livre concorrência para uma etapa marcada pelo predomínio dos monopólios capitalistas, originando não somente o surgimento do capital financeiro como produto da união do capital bancário com o industrial, mas também a partilha do mundo por entre as grandes potências europeias. Nesse sentido, autores como Lênin e Rosa Luxemburgo, apesar de suas diferenciações, auxiliam não somente na devida compreensão de tal categoria de análise, mas também fornecem subsídios teóricos para que Ruy Mauro Marini, posteriormente, elaborasse a sua tese em torno do subimperialismo latino-americano.

Nesse sentido, Lênin, ao se debruçar sobre as metamorfoses que estavam ocorrendo no seio do capitalismo europeu, identificou cinco traços constituintes dessa nova etapa de aprofundamento e complexificação do modo de produção capitalista que, até outrora, não eram passíveis de serem analisadas. Tais características são, mais precisamente, a concentração da produção e do capital, o que originaria os monopólios de grandes empresas

em detrimento da falsa ideia de livre mercado; a fusão do capital bancário com o capital industrial, constituindo uma nova variante da classe dominante capitalista, a burguesia financeira; uma maior potencialização da exportação de capitais; a composição de associações internacionais que disputariam a partilha do mundo entre si; e o fato desta última ter sido feita pelas potências europeias (Lenin, 2011, p.218).

Logo, para o líder bolchevique, uma das principais propriedades dessa nova etapa do curso do capitalismo mundial, denominada de imperialismo, não é somente a ênfase cada vez mais marcante do capital financeiro, como também a tendência de anexação de novas áreas do globo, sejam elas de domínio industrial ou agrário, o que inevitavelmente levaria, na busca por disputar as suas hegemonias, a rivalidades das grandes potências entre si (Idem, p. 221). Isto posto, para além da política neocolonial, o sistema de empréstimos internacionais e a própria política bélica fazem-se necessárias para a devida manutenção desse sistema.

Ademais, o imperialismo deveria ser visto não enquanto uma particularidade de um determinado momento histórico, mas sim a própria essência do modo de produção capitalista e que persistiria, com as devidas adaptações e modificações, até os dias atuais. Nesse sentido, como a América Latina, mais precisamente no decorrer da década de 1930 adiante, se posicionou frente a essa conjuntura? Visando elucidar esse problema, Ruy Mauro Marini elabora a categoria de subimperialismo. Todavia, o que a mesma corresponde?

No entanto, antes de apreendermos a sua essência, faz-se indispensável realizar certos comentários em relação ao processo de industrialização ocorrido na América Latina. Isto posto, Ruy Mauro Marini vai admitir que o mesmo, pelo menos inicialmente, compreenderá a um setor subordinado e subjugado à produção e exportação de bens primários, os quais correspondiam ao centro vital do processo de acumulação (Marini, 2022, p.199), em que tal realidade apenas transformar-se-á com a Crise de 1929. Desta forma, o desenvolvimento da acumulação capitalista interna pautada na produtividade do trabalho teria como resultado o aumento da mais-valia e, conseqüentemente, da demanda suscitada socialmente, intensificando, assim, não somente o crescimento da produção de bens de consumo manufaturados, como também a produção de artigos supérfluos (Idem, p.199). Contudo, isso gera um problema investigado pelo nosso teórico: diferentemente da indústria europeia, a industrialização latino- americana não criou a sua própria demanda, mas

sim respondeu a uma demanda preexistente e que se estruturou em função das próprias exigências dos mercados típicos dos países avançados (Idem, p.200).

O resultado de tal fenômeno histórico e social é a constituição de uma indústria débil, a qual somente se ampliava quando fatores exógenos a nossa realidade, como crises comerciais e limitações dos excedentes da balança comercial, fechavam parcialmente o acesso da esfera de consumo para o comércio de importações (Idem, p.201). Em conformidade a isso, Marini admite duas características cruciais da nossa industrialização: “a ampliação do consumo das camadas médias, que é criado a partir da mais-valia não acumulada, e o esforço para aumentar a produtividade do trabalho, condição *sine qua non* para baratear as mercadorias”(Idem, p.291-292). Como resultado, Ruy Mauro afirma que a industrialização latino-americana acarreta uma certa divisão internacional do trabalho, na qual são resguardados aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial, ao passo que são reservados aos países cêntricos as etapas mais avançadas e o monopólio da tecnologia correspondente.

De todo modo, esse setor industrial ainda incipiente beneficiar-se-á do excedente econômico oriundo da atividade agrário-exportadora, seja pela diminuição de investimentos, seja pela tendência desse excedente fluir para o sistema bancário. É justamente por meio de tal mecanismo que eclode um pacto de benefício mútuo entre a burguesia agrária mercantil e a burguesia industrial ascendente, de tal modo que a configuração estatal que aqui se forma é a de um Estado de compromisso, refletindo, deste modo, a complementariedade objetiva que forja tais relações. Contudo:

O pacto estabelecido entre a burguesia agroexportadora e a burguesia industrial expressava uma cooperação antagônica e não excluía, portanto, o conflito de interesse no interior da coalização dominante. A aceleração que, durante a Segunda Guerra, produz-se no processo de industrialização latino-americana reforça o polo interno e cria condições para uma luta mais aberta da coalização dominante, no qual a burguesia industrial lançará mão da pressão das massas urbanas, condicionando um jogo político denominado 'populismo' (Marini, 2022, p.57).

Vânia Bambirra no seu clássico e indispensável livro *O capitalismo dependente latino-americano* aprofunda e enriquece as análises de Marini em torno do desenvolvimento industrial em nosso continente. Partindo da categorização e classificação das formas

mediante as quais o desenvolvimento do setor industrial se deu na América Latina, a autora em questão divide os países da nossa região em três categorias, a saber: países com início antigo de industrialização (tipo A), países cuja industrialização foi o produto da integração monopólica (tipo B) e os países com estrutura agrária com pouca diversificação industrial (tipo C). Com isso, a sua análise pautar-se-ia na forma como condicionou-se a integração do capitalismo periférico latino-americano aos centros hegemônicos, em especial pelos Estados Unidos.

Sendo assim, em países como a Argentina, Brasil, México, Colômbia e Uruguai, todos pertencentes ao primeiro grupo de sua análise, o processo conhecido como “substituição de importações” cumpriu com um papel decisivo em seu desenvolvimento industrial. Mas como tal processo foi realizado segundo a autora? Utilizando-se de uma demanda não atendida devido à contenção de importações, foram criadas condições para a devida utilização das divisas obtidas através das exportações de produtos primários, as quais, por seu turno, foram orientadas para a devida importação de matérias-primas, maquinário e equipamentos. Estes últimos, por fim, foram utilizados para a instalação de fábricas cuja direcionalidade era a produção de bens anteriormente importados (Bambirra.,2019, p.63).

Além disso, Bambirra investiga outro elemento crucial para o devido florescer da indústria em tais países, que foi justamente a existência de um certo mercado interno como resultado contraditório do desenvolvimento primário-exportador em nossa região. Como resultado, são verificados transformações significativas no âmago de tais economias e que auxiliam na devida modernização dos seus sistemas produtivos e na resolução de certas demandas mundiais. Primeiro, o aumento da produção de matérias-primas e dos produtos agrícolas para a satisfação das demandas crescentes da nova fase de industrialização; segundo, a expansão dos mercados internos de tais países, permitindo, assim, com que eles absorvam maiores quantidades de produtos manufaturados dos países cêntricos (Idem, p.66).

Com isso, a autora nos fornece subsídios significativos para a devida compreensão do processo de industrialização verificado no nosso continente e que complementam a averiguação de Marini sobre a situação de dependência local. Para tanto, Bambirra afirma o seguinte:

A análise de todo esse processo de formação do mercado interno e de desenvolvimento de relações capitalistas de produção permite revelar como a situação de dependência em relação aos centros hegemônicos condicionou os marcos gerais das estruturas econômicas produtivas dos países atrasados e como, ao mesmo tempo, estas estruturas são redefinidas em função das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo dependente (Idem, p.74).

Retomando, agora, a análise de Marini, seria interessante realizarmos algumas observações em torno do termo “populismo” empregado pelo autor e da própria essência do Estado latino-americano como um todo. Em relação ao primeiro aspecto, Marini, na falta de outro termo, utilizou tal nomenclatura porque a mesma já era amplamente utilizada no meio acadêmico para se referir ao período que sucede a crise de 1929 e que se caracteriza, dentro do continente latino-americano, pelo fortalecimento de um processo de industrialização, muito embora seja verificada diferenças significativas na maneira como a mesma é utilizada dentro da academia⁶⁹. De toda forma, conforme observado por Octávio Ianni, o termo populista não somente pode ser utilizado para se caracterizar esse período, como também, de certa forma, vai ao encontro das ideias de Marini, pois o mesmo pressupõe uma certa reformulação das relações e das próprias estruturas de dependência, não mudando, com isso, o caráter capitalista das relações de dominação política e de expropriação econômica (Ianni, 1991, p.45).

Em outras palavras, para Ianni, o pacto populista então mencionado corresponde a uma política bonapartista e de transição de uma hegemonia oligárquica e exportadora a uma hegemonia burguesa de característica urbana e industrial. Nesse sentido, ainda para o discípulo de Florestan Fernandes, a burguesia “nacional” da coalizção populista apareceria como uma classe dominante subalterna, ao passo que as classes populares não participariam de tal coalizção de forma autônoma, organizada e politicamente consciente, mas sim a sujeitos sociais em formação e cuja luta estaria vinculada mais precisamente a interesses econômicos imediatos. Por último, em tal modelo de Estado, pelo menos inicial e temporariamente, os anseios da burguesia industrial ascendente combinam-se com os interesses de amplos setores da classe média, do proletariado nascente e de grupos que

69 Nesse sentido, recomenda-se o clássico texto de Jorge Ferreira denominado “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”.

compõem as profissões liberais, de tal forma que ele é caracterizado pela combinação *suis generis* dos sistemas de mobilização e controle das massas assalariadas e urbanas com o aparelho estatal (Idem, p.49).

Ademais, como pontuado por Jaime Osório em seu livro *O Estado no centro da mundialização mundial: A sociedade civil e o tema do poder*, em contraposição aos países capitalistas desenvolvidos, verifica-se que o capitalismo dependente orientou-se para atender as demandas dos mercados externos, de tal modo que o mercado interno não somente ocupou uma posição secundária, como também passou a se conformar, principalmente, com as camadas sociais ligadas ao grande capital e apenas de forma acessória com as camadas assalariadas (Osório, 2019, p.185). Assim sendo, a suposta precaridade de algumas instituições e as próprias “deformações” presentes no mundo periférico não seria um sinônimo de ausência de modernidade, mas sim, ao contrário, “a forma como essas regiões e sociedades se organizaram no campo econômico e político para responder às necessidades de exploração e dominação, constitutivas da natureza desse sistema” (Idem, p.191-192). Em relação à essência do Estado em tais países, Osório afirma o seguinte:

O Estado no capitalismo dependente implica uma condensação das relações de poder e dominação, bem como da construção de uma comunidade num espaço específico do sistema mundial capitalista. Ele é caracterizado pelas relações restritas de soberania frente a formações econômico-sociais e regiões que apresentam exercícios mais plenos em termos de soberania – na medida em que são Estados desenvolvidos, centrais e imperialistas. Este exercício desigual da soberania no interior do sistema mundial capitalista é uma característica estrutural, processo que se acentua ou se atenua em diferentes períodos históricos, mas que provoca no Estado do capitalismo dependente relações de subsoberania.

E continua:

Entre outras coisas, a dimensão subsoberana do Estado do capitalismo dependente implica a subordinação/associação do capital e das classes dominantes locais frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista, situação que não deve ser interpretada como um obstáculo, mas, ao contrário, como uma condição de vida das classes dominantes locais, o que não exclui possíveis conflitos. Este duplo processo provoca o enfraquecimento ou a ausência nas classes dominantes do capitalismo dependente – pelo menos em seus setores mais poderosos – de projetos autônomos de desenvolvimento e de projetos nacionais. Seus projetos operam em condições de subordinação – e associação – aos capitais desenvolvidos e imperialistas que predominam em diversos momentos históricos. Esta situação está na base do fato de que, no capitalismo dependente, todo projeto

político soberano deve necessariamente assumir conotações anti-imperialistas e, ao mesmo tempo, anticapitalistas e popular (Idem, p.206-207).

Todavia, em contraposição às recomendações propostas pelo intelectual chileno, as então burguesias nacionais ascendentes, conforme observado por Marini, visando desprender-se das amálgamas externas e, com isso, desenvolver o seu setor industrial, realizam toda uma formulação de uma ideologia de caráter nacionalista e orientada para a definição de um desenvolvimento capitalista autônomo da região. Impõe-se, assim, todo um novo esquema de divisão internacional do trabalho, o qual afeta não somente as relações entre os países latino-americanos com os centros imperialistas, mas também as relações daqueles entre si.

Para tanto, no primeiro caso, são transferidas a tais países etapas menores do processo de produção, reservando, desta forma, as etapas mais avançadas e o controle da tecnologia correspondente aos centros imperialistas; no segundo caso, estabelecem-se diferentes níveis e hierarquias entre os países da América Latina, seguindo os ramos da produção que desenvolveram ou, então, estão em condições de se desenvolver. Estruturam-se, portanto, as condições necessárias para o surgimento daquilo que Marini denominou de subimperialismo, cujo objetivo, em um primeiro momento, é duplo, a saber: promover os ajustes estruturais necessários para colocar em marcha a nova ordem econômica requerida pela integração imperialista e permitir as aspirações de progresso material e os movimentos de reformulação política originado pelas ações das massas (Marini, 2022, p.65). Em tais termos, o subimperialismo corresponde:

A forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro. O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não somente se acompanha de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, mas também que se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo em escala internacional (Idem, p.67).

Entretanto, a tentativa de desenvolver um capitalismo autônomo na região foi um fracasso, pois, em partes, era impossível, nos moldes colocados, a indústria se sobrepôr ao condicionamento que o setor externo lhe impunha. Em consonância a isso, o setor industrial, na tentativa de ampliar a sua mais-valia relativa, acaba se direcionando em medidas mais

imediatas e tendentes a flexibilizar a curto prazo a capacidade de importar. Logo, a entrada de capitais sob a forma de investimentos diretos e em associação com as empresas locais constituirá uma solução para o investidor estrangeiro, que obterá lucros com a venda de seu maquinário e para a empresa local, que obtêm a possibilidade de adquirir uma mais-valia extraordinária. Condiciona-se, assim, uma nova etapa da nossa dependência, na qual, agora, as potências hegemônicas influenciaram cada vez mais a política interna, intervindo nas próprias lutas entre as frações da burguesia e do setor popular, até que se observa a explosão do golpe civil-militar de 1964.

Em relação a este último tópico, cabe realizar breves comentários em torno das averiguações de Ruy Mauro sobre a essência da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1985) e como as mesmas se contrapõem aos estudos de outros intelectuais latino-americanos indispensáveis para se pensar a dependência na nossa região. Nesse sentido, tanto Theotônio dos Santos quanto Augustin Cueva partem do princípio de que os modelos autocráticos militares que eclodiram na América Latina na segunda metade do século passado apresentariam uma natureza fundamentalmente fascista, embora com certas peculiaridades próprias do contexto de dependência política e econômica do continente⁷⁰.

Theotônio dos Santos, mais precisamente, no seu texto “O fascismo dependente e suas contradições”, realiza alguns comentários interessantes a esse respeito. Partindo de uma análise acerca do imperialismo e dos seus respectivos condicionantes, ele nos afirma o seguinte:

Por tanto este capital monopólico assume hoy en día una forma diferente en los países dominantes y em aquellos que alcanzaron un desarrollo medio. Estos no se sitúan internacionalmente em una posición de lucha interimperialista como el caso de Alemania, Italia, España, etcétera, sino em una posición dependiente. Su situación dependiente plantea una serie de especificidades em lo que respecta a la relación entre la burguesías monopólicas locales y la burguesía monopólica internacional, como se ha señalado aquí em las intervenciones anteriores. En este sentido, no se trata de un fenómeno solamente latinoamericano y puede ser generalizado para ciertos países de Asia, como Indonesia, o de África, como sudáfrica, em los que hay un desarrollo capitalista que ya alcanzó un cierto nivel de industrialización, pero que no logra ni puede superar las características dependientes, lo que leva a contradicciones bastantes específicas que tienden a ser resueltas por la forma de un Estado de excepción com la utilización sistemática del terror. Por otro lado, este desarrollo del capital monopólico también cambió su

70 Recomenda-se a leitura dos textos “O fascismo dependente e suas contradições”, “Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano”, ambos de Theotônio, e “A fascistização do Estado na América Latina”, de Cueva.

relación com la pequeña burguesía. Si la pequeña burguesía todavía subsistía em los años veinte como un sector importante de movilización de masas y como un sector todavía poderoso desde el punto de vista social, em los países de desarrollo medio donde se han producido los fenómenos fascista recientes, se trata de capas sociales com mucho menos poder para resistir al gran capital y com una dependencia mucho más fuerte respecto de él. Esto implica un dificultad para que el fascismo se desarrolle como tal a partir de las frustaciones de la pequeña burguesía y, sólo despues de convertirse em un fuerte movimiento político ideológico anticomunista, fue dominado por el gran capital. Hoy día la tendencia es distinta, es el gran capital el que moviliza a la pequeña burguesía em un sentido fascista, utilizándola como un instrumento de masas; cumplidos los objetivos de toma del poder y destrucción de las oposiciones liberales y populares, fue inmediatamente desmovilizado (Santos, 1995, p.104).

Além de Theotônio, Marta Harnecker (1937-2019), no seu exímio livro *A revolução social: Lenin e a América Latina*, realiza uma análise ímpar acerca da ascensão das ditaduras militares e como as mesmas, segundo o seu ponto de vista, poderiam ser identificadas enquanto um “modelo fascista dependente” (Harnecker, 2024, p. 97). Para tanto, vejamos um pouco sobre a sua análise:

A primeira coisa que devemos destacar é que o fascismo em sentido estreito só surge na América Latina naqueles países que atingiram um importante grau de desenvolvimento capitalista dependente. É a crise econômica do sistema capitalista dependente ao lado da ascensão do movimento operário e popular, após o triunfo da primeira revolução socialista na América Latina, o que determina a emergência do fascismo em determinados países deste continente. Mas, nesse caso, não é a grande burguesia nacional que apoia as gangues fascistas para derrotar o proletariado e depois tomar o poder e implantar uma política econômica de superexploração da classe trabalhadora. É o imperialismo, fator externo, que, vendo em perigo o seu domínio sobre um determinado país que procura tornar-se independente e desenvolver uma política econômica internacional autônoma, recorre ao golpe de Estado como última cartada, apoiando-se na grande burguesia econômica nacional que compartilha os interesses do capital internacional. Os militares, formados em suas escolas, são usados para implantar a disciplina necessária para continuar explorando esse país. A ditadura militar é, pois, a última cartada do imperialismo e da grande burguesia nacional para impor a sua autoridade aos países que querem escapar de sua dominação. Esta ditadura militar assume um caráter fascista quando a classe trabalhadora e o movimento popular de um determinado país atingiram um grau de maturidade, de organização e de mobilização suficiente para colocar em risco o poder da burguesia (Idem, p. 97-98).

Ruy Mauro, por seu turno, parte do princípio de que as ditaduras militares que eclodiram no continente latino-americano inserem-se em um contexto de contrarrevolução

burguesa, o qual, por sua vez, vincula-se não somente com o clima de luta de classes próprio dos países em questão⁷¹, como também na mudança da estratégia estadunidense em manter a sua hegemonia⁷². Nesse sentido, estabelecem-se certas diferenças fundamentais entre tais autocracias e as experiências fascistas europeias, de tal modo que, para Marini, seria errôneo classificá-las como sendo sinônimos. Mas como o nosso autor investiga esse fenômeno histórico? Para ele:

Grosso modo, a contrarrevolução latino-americana se inicia com um período de desestabilização, durante o qual as forças reacionárias almejavam agrupar em torno de si o conjunto da burguesia e semear no movimento popular a divisão, desconfiança em suas forças e em seus dirigentes; continua através de um golpe de Estado, levado a cabo pelas Forças Armadas, e se resolve com a instauração de uma ditadura militar. As sociedades concretas latino-americanas impõe a cada um desses momentos seu selo particular (Marini, 2022, p. 94).

E continua:

Esta característica da contrarrevolução latino-americana deriva-se da impossibilidade em que se encontra a burguesia monopólica de atrair ao seu campo setores significativos do movimento popular. Diferente do fascismo europeu, que foi capaz de arrastar as amplas massas pequeno burguesas e de atrair inclusive o proletariado, a burguesia na América Latina não pode pretender reunir uma verdadeira força de massa, que a permita enfrentar politicamente o movimento popular. O discurso ideológico de defesa da democracia burguesa e do Estado burguês é a sua grande característica (Idem, p.95).

Conforme verificado, apesar de certas características em comum entre as ditaduras militares latino-americanas e o fascismo europeu, ambos correspondem a fenômenos distintos e que devem ser estudados a partir das suas particularidades. Desta forma, o que ocorreu no continente latino-americano, para Ruy Mauro Marini, é a instalação dos chamados “Estados de contrainsurgência”, os quais vinculam-se de forma mais precisa ao contexto contrarrevolucionário do período. Ademais, como uma das suas principais características, verifica-se a existência, para o nosso teórico, de um “quarto poder”, o qual,

71 Dentre os exemplos mais expressivos, poderíamos mencionar as revoluções guatemalteca (1944-1954) e a boliviana (1952). Além disso, no Brasil, é importante fazer menção às lutas no campo, contrárias à concentração da terra e favoráveis à reforma agrária.

72 Em relação a esse aspecto, deve-se deixar claro que Marini, no seu livro Subdesenvolvimento e revolução, afirma que, apesar da nítida influência norte-americana para a eclosão dos golpes militares, as causas fundantes dos mesmos encontram-se nas próprias contradições internas das sociedades latino-americanas.

evidentemente, estaria atrelado à atuação das Forças Armadas e que impor-se-ia, muitas vezes, aos demais poderes.

Antes de passarmos para as conclusões, porém, acreditamos que seria importante expor como o nosso intelectual analisou as causas para a eclosão do golpe militar em 1964. Nesse sentido, em contraposição a outros autores marxistas da época, para os quais a ascensão da ditadura militar teria sido fundamentalmente o produto do imperialismo estadunidense, Marini afirmava que a mesma, na realidade, alicerçava-se nas próprias contradições internas do nosso desenvolvimento dependente (Marini, 2013, p.44). No entanto, isso de forma alguma quer dizer que a eclosão da ditadura empresarial-militar no Brasil não tenha tido uma influência exógena e que a mesma não auxiliou na manutenção da nossa dependência.

De forma sucinta, conforme pontuado na sua obra *Subdesenvolvimento e revolução*, a ditadura militar brasileira teria colocado em prática uma nova política subimperialista, cujo objetivo era o de converter o país em um centro intermediário de poder, dentro do sistema mundial de dominação comandado pelos Estados Unidos e com uma projeção especial para a América do Sul, o que implicaria, dentro do âmbito econômico, em uma conquista de mercados externos para a produção da indústria brasileira e, na esfera política, em intervenções nos países vizinhos. Esse novo subimperialismo correspondeu, pois, a um fenômeno resultante da diferenciação da economia mundial, que, por sua vez, levou a superação da divisão simples do trabalho em proveito de um sistema mais complexo, no qual a difusão da indústria manufatureira, elevando a composição orgânica média de capital, abre lugar a subcentros políticos e econômicos dotados de relativa autonomia, muito embora permanecessem subordinados à dinâmica global imposta pelos grandes centros (Idem, p.117).

Em decorrência disso, contrapondo-se a análises que viam uma volta da política brasileira a uma mera submissão a Washington e, como consequência, da conversão do Brasil em uma espécie de colônia norte-americana, Marini interpreta que o fenômeno em questão compreende a uma evolução da burguesia brasileira à aceitação consciente da sua integração ao imperialismo estadunidense, pois, conforme as suas próprias palavras, ‘em sua política interna e externa, o governo militar não manifesta apenas uma decisão de acelerar a integração da economia brasileira à economia americana, como também o desejo

de se converter no centro de irradiação imperialista na América Latina” (Idem, p.127). Portanto, o restabelecimento integral da aliança burguesa com as antigas classes oligárquicas manifesta a impossibilidade por parte da burguesia de romper com as limitações que a estrutura agrária havia imposto ao mercado interno, muito embora, atendendo aos anseios da economia estadunidense de consolidar a instalação de um parque industrial integrado para além das fronteiras nacionais, também manifeste uma intensificação do processo de renovação tecnológica da indústria. Segundo as palavras do próprio Marini:

Seja por sua política de reforço de sua aliança com o latifúndio, seja por sua política de integração ao imperialismo, a burguesia brasileira não pode contar com um crescimento do mercado interno em grau suficiente para absorver a produção crescente da modernização tecnológica, não restando outra alternativa a não ser expandir-se para o exterior e garantir uma reserva de mercado para a sua produção. O que se anuncia, pois, é uma expansão imperialista do Brasil na América Latina, que corresponde a um subimperialismo ou a extensão do imperialismo norte-americano (Idem, p.132).

Isto posto, ao longo do nosso capítulo, tivemos a oportunidade de compreender as principais categorias de análise suscitadas por Ruy Mauro Marini, assim como em relação a sua apreensão da essencialidade da economia latino-americana. Pautada pela superexploração da força de trabalho, a dependência do nosso continente corresponderia a uma condição imprescindível para o devido desenvolvimento dos grandes centros capitalistas. Desta forma, uma pergunta que nos cabe realizar é a maneira como o autor sugeriu para que tal situação fosse devidamente resolvida. Para tanto, vejamos, agora, um pouco sobre a importância, segundo Marini, da luta revolucionária e da defesa pela integração latino-americana.

4.3 Algumas conclusões sobre Marini e a sua obra: a atualidade dos conceitos de superexploração da força de trabalho e subimperialismo e a necessidade de aplicá-los contemporaneamente em determinados fenômenos sociais

Como visto anteriormente, Ruy Mauro Marini desenvolveu uma análise única e inovadora a respeito da essência da economia capitalista latino-americana, a qual, em contraposição a outros teóricos de seu tempo, não seria de natureza feudal ou pré-capitalista,

mas que abarcaria um capitalismo próprio na sua devida constituição. Tal capitalismo *suis generis*, como bem expresso pelo autor, teria como particularidade central a superexploração da força de trabalho, isto é, a uma realidade e fenômeno social caracterizada, dentre outras coisas, pela subnutrição, repressão policial, baixos salários e longas jornadas de trabalho. Esse fenômeno, como mencionado, seria a consequência da posição dependente e subordinada que as nossas economias possuem dentro da divisão internacional do trabalho, por meio da qual parcela considerável da mais-valia e, conseqüentemente, do lucro, em invés de ficarem retidas internamente e auxiliarem, com isso, no desenvolvimento do nosso aparelho produtivo, vão para fora auxiliar no eixo de deslocamento de mais-valia absoluta para mais-valia relativa nos países industriais.

Ademais, um outro conceito demasiadamente importante foi o de subimperialismo, o qual, resumidamente, conforme dito por Roberta Transpadini e João Pedro Stedile, corresponderia ao papel que as economias subdesenvolvidas desempenham em relação às demais economias adjacentes, reproduzindo em seu âmago mecanismos de dependência e superexploração executados pelas economias imperialistas europeias e estadunidense. Com isso, estruturar-se-ia uma nova divisão internacional do trabalho, a qual abarcaria, para tanto, uma tentativa de certos países em posicionar-se hegemonicamente em suas respectivas regiões. O eixo do conceito em questão se averiguado nos dias de hoje é compreender como empresas transnacionais aqui instaladas podem e são utilizadas para ser base de expansão para outros mercados controlados. Em outras palavras, é a ‘nova forma desenvolvida pelo capital para controlar, acumular e se reproduzir de forma ainda mais intensiva e ampliada na América Latina, a partir da implementação das políticas neoliberais consolidadas pelos principais Estados nacionais do continente’ (Transpadini; Stedili, 2022, p.64).

Com isso, por meio de tais categorias, Marini admite que desenvolvimento e subdesenvolvimento, por mais que sejam termos que expressam ideias antagônicas e conflitivas, na prática, são duas realidades estruturalmente vinculadas, de tal modo que o subdesenvolvimento da América Latina cumpre com um papel decisivo e fundamental para o devido desenvolvimento dos países centrais. Isto posto, em contraposição a Fernando Henrique Cardoso, para o qual seria possível conciliar desenvolvimento com uma certa dependência, desde que tal relação fosse assentada em uma modernização e expansão das economias nacionais mediante uma associação aos capitais internacionais, Ruy Mauro

Marini afirma que o desenvolvimento do capitalismo latino-americano produziria, necessariamente, um padrão de reprodução alicerçado na superexploração da força de trabalho, a qual se materializaria na degradação das condições de existência da classe operária local e na concentração de renda à favor das burguesias nacionais e internacionais.

Desta forma, qual seria a solução para a dependência deslumbrada pelo nosso autor? Para Marini, tendo em vista as particularidades da economia latino-americana, a solução não seria outra senão a erupção dos ímpetus revolucionários por parte das classes trabalhadoras locais. Para tanto, para além de textos que exploram as especificidades econômicas do nosso continente e da natureza e do papel do Estado nas nossas sociedades, Ruy debruçou-se também e de forma significativa sobre a necessidade da organização política e da luta socialista na região, temas esses que podem ser melhor compreendidos com a leitura dos artigos “O reascenso das massas e as tarefas dos revolucionários” e “Três tarefas da esquerda: socialismo, unidade e luta armada”. Em relação a esse último texto, Marini afirma o seguinte:

A unidade da esquerda somente pode ser obtida na luta diária com as massas, que implica a discussão ideológica sobre os problemas concretos, a busca de táticas e formas corretas de luta que permitam o pleno desenvolvimento de tais práticas. É aí, nas bases, lado a lado com os trabalhadores, que a esquerda acabará com os seus problemas internos, inserindo estes na dinâmica mais ampla que lhe abre o desenvolvimento do movimento popular (Marini, 2022, p. 289).

E continua:

A esquerda não tem nenhum direito de se iludir a respeito: a luta armada é a fase superior da revolução latino-americana. Mas essa fase não chegará em um distante amanhã, separada do presente por concepções etapistas ou mecanicistas. A luta armada já é uma dimensão da luta de classes na América Latina, aqui e agora, ainda que não adquira, já, salvo em alguns poucos países, o caráter dominante. Mas o próprio desenvolvimento da luta de classes a colocará cada vez mais em primeiro plano, convertendo crescentemente a resolução dos problemas que ela acarreta exigência sine qua non para que essa luta possa seguir avançando. A questão militar já é uma questão atual para a esquerda latino-americana e o será cada vez mais, pelas leis de ferro da luta de classes (Idem, p.291).

À vista disso, tomado o Estado pela classe trabalhadora, este último deveria ser erguido através de uma fundamentação leninista, voltando-se, assim, aos anseios do

proletariado e que se pautasse não na coerção, mas sim na disciplina, educação e persuasão das massas, conforme mencionado em seus textos “socialismo e democracia” e “sobre o Estado na América Latina”. Outro ponto importante, agora voltado para o combate das amálgamas imperialistas impostos pelos centros desenvolvidos, seria constituir um programa de integração econômica e política latino-americana, a qual não corresponda a uma mera negociação e destinada exclusivamente a garantir áreas de inversão econômica e de constituição de mercados que atendam os interesses populares, mas sim a um grande projeto político e cultural⁷³. Para o autor:

Na melhor tradição da esquerda latino-americana, o sonho de bolívar e che se encontra hoje reatualizado pela própria vida. Não nos cabe, senão, lutar por uma América Latina integrada política e economicamente, mediante estruturas supranacionais capazes de assegurar a seus povos e etnias o direito de se desenvolver sem restrições. Mas, tanto no plano regional quanto no mundial, a desigualdade dos sujeitos que se confrontam e as relações de exploração que permeiam todo o processo representam um desafio que demanda um esforço formidável de invenção, principalmente quando o próprio socialismo tem sido questionado. Entretanto, parece ser altamente improvável que nosso curso da história possa seguir adiante sem a superação do capitalismo, regime social que se funda na desigualdade e na exploração. Terá, assim, de haver uma revisão de nossa concepção sobre o socialismo e uma dissociação de sua identificação exclusiva com a revolução bolchevique e suas transformações, retomando a ideia-chave de Marx, que vê o socialismo como uma era histórica, fruto de um longo período de transformações e realização efetiva do protagonismo das massas (Marini, 2022, p. 277-278).

Logo, conferindo a ênfase da questão do sujeito revolucionário nas massas exploradas e oprimidas de operários, camponeses, populações negras e indígenas, Marini nos leva a pensar e organizar uma revolução socialista que leve em consideração as particularidades dos nossos povos, desprendendo-se, com isso, de qualquer mera imitação do que ocorreu em outubro de 1917. A sociedade socialista, portanto, seria a única a oferecer condições de emancipação humana, mas, para que a mesma ocorra, será necessária pensar e constituir uma revolução não somente brasileira, mas também e, sobretudo, latino-americana.

Todavia, conforme já pontuado no início deste capítulo, as obras e ideias de Marini sofreram uma ojeriza dentro do meio acadêmico brasileiro durante muito tempo. Suas causas

73 Este aspecto também reforça uma diferenciação significativa entre Marini e Cardoso, pois este último, conforme explicitado em sua entrevista com Roberto Pompeu de Toledo, até era favorável a um centra integração sul-americana através do Mercosul, mas enfatizando a dimensão econômica em detrimento dos aspectos políticos e culturais.

relacionam-se não somente devido à atuação de Fernando Henrique Cardoso em tornar a sua teoria hegemônica dentro do debate nacional, como também e sobretudo ao cenário político, econômico e social e permeou a eclosão do golpe empresarial militar em 1964 e início da abertura democrática. Para tanto, vejamos tais aspectos de forma mais significativa no próximo capítulo.

5 A controvérsia da dependência em análise: entre o descenso da esquerda radical à história de um não debate

"A Filosofia é um despertar para ver e mudar o nosso mundo.
Merleau-Ponty, Maurice.

Não há necessidade de grelhas, o inferno são os outros
Sartre, Jean Paul.

Nascido no dia 14 de março de 1908, não restam dúvidas de que o filósofo francês Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) correspondeu a um importante nome não somente para o pensamento fenomenológico⁷⁴, como também para a história da filosofia francesa. Fortemente influenciado por pensadores como Edmund Husserl⁷⁵ e Martin Heidegger⁷⁶, a sua produção teórica voltou-se, de forma mais precisa, para a investigação de temas como a percepção humana, psicanálise, arte, história e a política. Em relação a esse último aspecto, um episódio de sua vida tornou-se demasiadamente conhecido no mundo acadêmico, que foi, justamente, a sua desavença com o intelectual existencialista francês Jean Paul Sartre (1905-1980).

Inicialmente caracterizado enquanto um assíduo defensor do socialismo soviético, em especial ao longo da década de 1940⁷⁷, e crítico da chamada “hipocrisia ocidental⁷⁸”, a postura de Ponty em relação à experiência socialista, porém, começa a mudar com o desenrolar da Guerra da Coreia (1950-1953). Sua repulsa ao materialismo histórico-dialético atinge o seu auge quando, em 1955, publica o seu ensaio “As aventuras da dialética” (Les

74 Por fenomenologia, de forma demasiadamente resumida, compreendemos a um método de investigação que se pauta na análise da forma como objetos e eventos são interpretados pelos sujeitos, isto é, um método de análise que se concentra na forma os fenômenos sociais são vivenciados e experimentados isoladamente, e não de forma panorâmica e centrada num método científico, tal qual outras ciências e métodos de análise. Com isso, a fenomenologia influenciou áreas do conhecimento como a sociologia e a psicologia.

75 Edmundo Husserl foi, além de matemático, um importante filósofo alemão e considerado o pai da fenomenologia. Sendo um intelectual profundamente influente sobre o meio intelectual, a sua obra caracteriza-se por se contrapor ao positivismo presente no cenário científico, em especial na filosofia e na psicologia.

76 Martin Heidegger foi muito além de um mero discípulo de Husserl, pois ele correspondeu a um dos nomes mais influentes da filosofia do século passado. A sua obra mais conhecida, *Ser e tempo*, publicada em 1927, debruça-se sobre elementos que, segundo o autor, seriam propriamente ontológicas, ou seja, constitutivas e intrínsecas ao ser, utilizando, para tanto, a expressão “dasein”, que seria tudo aquilo que é peculiar ao ser humano. Todavia, como será visto mais pra frente, Heidegger, apesar de suas contribuições teóricas, também correspondeu a um dos autores a alicerçar aquilo que Luckács e a própria Escola de Frankfurt denominaram de “irracionalismo” e típico de uma decadência burguesa em nossa sociedade.

77 Em tal contexto, Ponty escreveu os ensaios marxistas “Humanisme et terreur”, que, em certa medida, são uma defesa do socialismo soviético.

78 Para Ponty, a chamada “hipocrisia ocidental” corresponderia às críticas e, até mesmo, as falsas acusações de violência e desrespeito aos direitos humanos e outras questões que eram cometidas pela antiga União Soviética, mas que não eram devidamente criticadas pelos países hegemônicos ocidentais.

Aventures de la dialectique), por meio do qual afirmava, sucintamente, que o marxismo não passava de uma mera metodologia de caráter heurístico e que, portanto, não teria a capacidade de apreender os fenômenos sociais na sua totalidade. Com isso, Ponty e Sartre, que outrora foram grandes amigos, chegando, inclusive, a fundar a revista “Les temps modernes⁷⁹”, iniciam um processo de afastamento, o qual terminou com a trágica morte prematura do teórico da fenomenologia.

Descontente com a aproximação cada vez mais significativa de Sartre com Partido Comunista Francês, Ponty reiterou que a ideia do seu ensaio era colocar “a coroa de espinhos” nas “cabeças daqueles que, por bem ou mal, buscavam adaptar a herança clássica às experiências de construção do socialismo e, no anseio de justificar o injustificável, distorciam as suas ideias” (Ponty in Marini, 1978, p.165). De toda forma, embora o desentendimento em questão nunca tenha tido uma resposta e continuação diretas⁸⁰, pois Sartre estava mais preocupado em se digladiar teoricamente com o filósofo anticomunista Arthur Koestler⁸¹, o mesmo reverberou no cenário acadêmico e chegou a influenciar, inclusive, outros debates e controvérsias, como é o caso da discussão em torno da dependência e do desenvolvimento brasileiro e latino-americano. No entanto, como tal debate aconteceu e quais foram as suas consequências para a academia brasileira⁸²?

Publicado em 1978, em um contexto histórico marcado pelo desmantelamento da luta revolucionária e início da chamada “abertura democrática”, Fernando Henrique Cardoso em coautoria com José Serra escreveu o artigo “As desaventuras da dialética da dependência”, o qual correspondeu ao zênite de toda uma trajetória de críticas e falsas acusações a Ruy Mauro Marini e a sua produção teórica em torno da natureza do capitalismo dependente latino-americano e em relação à questão do subdesenvolvimento regional. Construído a partir de quatro seções, o artigo em questão reitera que pensadores como André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e o próprio Marini haviam realizados equívocos em suas

79 A revista em questão foi fundada em 1945 por Ponty, Sartre e Beauvoir, cujo objetivo era discutir sobre as problemáticas políticas e sociais da época.

80 No entanto, por mais que Sartre, de fato, não tenha rebatido tais alegações, sua esposa, Simone de Beauvoir o fez.

81 Koestler foi um ex-integrante do partido comunista alemão, deixando-o em 1938 devido a uma “desilusão com o stalinismo”. Desde então, tornou-se um assíduo crítico da experiência socialista, sendo o seu livro *O zero e o infinito* a sua obra mais conhecida.

82 Conforme ficará explícito posteriormente, Fernando Henrique Cardoso, após ter passado pela sua experiência na Cepal, leciona durante um certo tempo na França. Durante o período em questão, ele se aproxima não somente de grandes intelectuais, como Foucault, como também se insere em determinados debates e discussões, como este entre Ponty e Sartre. Caso o leitor tenha interesse em se aprofundar neste tema, recomendamos a leitura da autobiografia de Cardoso.

respectivas análises em torno da essência do capitalismo regional e que, portanto, a defesa pela via revolucionária não seria a mais adequada para a devida resolução das nossas intempéries políticas, econômicas e sociais.

No entanto, quais foram as argumentações utilizadas por tais autores? De forma resumida, Cardoso e Serra afirmaram que os estudos de tais intelectuais, em especial os de Ruy Mauro, estavam fortemente influenciadas por uma concepção estagnacionista, que o conceito de subimperialismo carecia de comprovação empírica e de fundamentação teórica e que a noção de superexploração da força de trabalho, na realidade, não passava de uma radicalização imprecisa das teses cepalinas em torno da dicotomia centro-periferia e do conceito de deterioração dos termos de intercâmbio de Prebisch. Nesse sentido, para tais pensadores, Ruy Mauro Marini havia proposto:

Uma bizarra teoria do intercâmbio desigual, confundindo este fenômeno com a tendência à deterioração das relações de troca. De que modo? I) o que determina a taxa de mais-valia não é produzida do trabalho em si, mas do grau de exploração do trabalho (relação entre tempo de trabalho excedente e tempo de trabalho necessário); II) a redução do valor na produção das mercadorias que compõem os salários é o instrumento à disposição do capitalista para aumentar a taxa de mais-valia de que se apropria (posto que dessa maneira reduz-se o tempo de trabalho necessário para repor a força de trabalho consumida na produção e conseqüentemente aumenta-se o excedente); III) o aumento da produtividade concorre para este processo, mas não é o único meio para alcançar o resultado desejado, pois a exportação de bens-salários pela América Latina desempenhará um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais; IV) a diminuição do valor do capital variável (nos países centrais) proporcionada pelas exportações latino-americanas de alimentos teria um efeito contraditório, pois elevaria a taxa de mais-valia, mas, ao mesmo tempo, aumentaria a composição-valor (orgânica) do capital e, portanto, tenderia a diminuir a taxa de lucro (Cardoso; Serra, 1978, p.45-46).

Assim sendo, segundo o princípio da sociologia brasileira, um dos erros centrais nas análises de Marini seria o de supor que o aumento da produtividade na produção de bens manufaturados nos países hegemônicos implicaria em uma redução da taxa de lucro dos países dependentes. Para ele, o que de fato aconteceria não é o encarecimento absoluto dos produtos industriais, mas sim a manutenção do seu preço de venda, apesar da queda do seu valor unitário (Idem, p.49). Como resultado, a diferença oriunda dos ganhos da produtividade distribuir-se-ia mediante o avanço da luta de classes entre trabalhadores e burgueses dos países centrais, de tal modo que tais países, de fato, enriqueceriam, ao passo que a periferia do sistema empobreceria, mas de forma gradual e relativa. Logo, o processo em questão não afetaria a taxa de lucro dos países periféricos e, contrapondo-se ao

intelectual marxista, não causaria qualquer inevitabilidade econômica à tendência da superexploração da força de trabalho (Idem, p.50).

Passados 43 anos, Fernando Henrique Cardoso, em seu livro autobiográfico, realiza os seguintes comentários acerca do debate de 1978 e quais as suas visões em torno da obra de Ruy Mauro Marini e demais pensadores da Teoria Marxista da Dependência, a saber:

O debate era, na verdade, com os colegas brasileiros que, no exílio, se reuniram ao redor do Ceso, Centro de Estudios Socioeconómicos, de Santiago, especialmente Rui Mauro Marini. A crítica principal era a de que tais autores marxistas assumiram uma perspectiva a-histórica, que não teriam dado o peso necessário às variáveis conjunturais do fazer político e econômico. Por isso suas análises eram abstratas, apesar de os autores também serem críticos das teorias funcionalistas da modernização. Por trás deles estavam os trabalhos de Andreas Gunder Frank, sobretudo sua noção sobre o desenvolvimento do subdesenvolvimento. Sustentavam que a única saída para os países da América Latina passaria por uma revolução socialista. Eu via se formar um tipo de ‘dependência associada’ que, mantendo os liames com as economias centrais e mesmo a primazia tecnológica e de capital dos países do centro, permitiria a integração capitalista das economias subdesenvolvidas ao movimento global do capitalismo. Socialismo seria uma opção valorativa, mas não a consequência direta do movimento dos mercados e sociedades (Cardoso, 2021, p.160).

E continua:

Critiquei, às vezes duramente, os que acreditavam na inviabilidade do crescimento do capitalismo na região latino-americana e viam, por todo lado, o aumento das populações marginais. Não que estas inexistissem, mas eu julgava que não seriam empecilhos para que alguns países da região se industrializassem, mesmo que apenas seus mercados internos absorvessem a produção local. Poderia haver também a expansão econômica pela via complementar do mercado internacional. Outra questão seria a absorção pela sociedade das camadas existentes às suas margens. Criticava, o que era comumente aceito, as teorias estagnacionistas. Já havia feito o mesmo em livros anteriores ao falar sobre alguns autores que punham ênfase na inviabilidade do desenvolvimento do Brasil. Eles viam uma tendência à estagnação nas economias subdesenvolvidas; acreditavam que se a produção agropastoril prosperara no passado (o gado na Argentina ou o café no Brasil, por exemplo), teria sido mais por se basear na superexploração da força do trabalho intensivo (graças à extração de mais-valia absoluta) do que, como seria próprio das economias industriais avançadas, pelo aumento da mais-valia relativa. Ou seja, pelo ‘mais produto’ obtido nas mesmas horas de trabalho, graças às evoluções tecnológicas. Conhecendo principalmente o Brasil, a Argentina e o México, e tendo feito análises sobre empresários industriais, eu não poderia concordar com as teses estagnacionistas (Idem, p.160-161).

De todo modo, ainda em 1978, Ruy Mauro Marini, que então se encontrava exilado no México, escreveu como réplica o artigo ‘As razões do neodesenvolvimentismo (Resposta a

Fernando Henrique Cardoso e José Serra)”, no qual ele rebate todas as falsas acusações contra a sua produção acadêmica. Nesse sentido, o teórico marxista da dependência evidencia que as críticas realizadas contra si e sua obra, na verdade, partem não somente de um uso incorreto das categorias de análise marxianas, como também de uma confusão entre o conceito de estagnacionismo, presente na obra de Celso Furtado, com a noção de crise do modo de produção capitalista e como a mesma foi trabalhada largamente na literatura marxista⁸³. Desta forma, Marini, ao longo do seu texto vai destrinchando cada crítica reiterada por Cardoso e por Serra, evidenciando os seus erros e desvios⁸⁴. Logo, por mais que todo o artigo seja demasiadamente útil e necessário para compreendermos as limitações das críticas realizadas, optamos por expor neste capítulo apenas os comentários de Marini a respeito da essencialidade da sua categoria de superexploração da força de trabalho para se investigar o capitalismo dependente latino-americano. Nesse sentido, por mais que tais comentários sejam significativamente longos, faz-se necessário apresentá-los:

No, no sería en absoluto lógico suponer que, porque baja el capital variable, por la causa señalada, el capital constante debe aumentar. Sin embargo, mis desventurados “críticos”, el punto del que parto es rigurosamente el opuesto: el de que la exportación latinoamericana de alimentos se realiza en función de la revolución industrial europea y coadyuva (no determina de manera exclusiva) la baja del capital variable, necesaria para que la elevación de la productividad, sobre la base del aumento del capital constante, no presione hacia abajo la cuota de ganancia. Como indiqué en el texto, esto corresponde a la inserción dinámica de América Latina en la división mundial del trabajo impuesta por la gran industria, que permitió a los países avanzados concentrarse en la producción de materias primas industriales. El Quijote combatía contra molinos de viento, que creía ser gigantes; mis “críticos” tienen más el espíritu de Sancho: edifican sus propios molinos para enfrentarlos sin tener que apelar a la valentía. En la distorsión de mis planteamientos, “Las desventuras...” no utiliza sólo el método de la inversión, sino también el de la adición. Así, considera que yo supongo que la producción latinoamericana para la exportación aumentó “en condiciones necesarias de productividad decreciente (o estancada)”, suposición que no se encuentra en ninguno de mis textos. Lo único que sostengo es que, en condiciones de intercambio marcadas por una neta superioridad tecnológica de los países avanzados, las economías dependientes debieron echar mano de un mecanismo de compensación que, permitiendo el aumento de la masa de valor y plusvalía realizada, así como de su cuota, contrarrestara al menos parcialmente las pérdidas de plusvalía a que tenían que sujetarse; ese mecanismo fue la superexplotación del trabajo. Ésta explica el fuerte desarrollo de la economía exportadora latinoamericana, pese al intercambio desigual. Es de suponerse que mis “críticos”

83 Tais estudos acerca da instabilidade do modo de produção capitalista dentro de uma perspectiva crítica e revolucionária inicia-se com a obra magna de Marx, *O capital*, sobretudo no seu capítulo em torno da Lei geral de acumulação capitalista. Posteriormente, tal debate é retomado dentro das discussões que permearam o conceito de imperialismo.

84 Mais uma vez, recomendamos a leitura do livro do professor Mathias Luce para uma compreensão mais significativa acerca da categoria de superexploração da força de trabalho em Marini e como ela foi erroneamente interpretada não somente por Fernando Henrique Cardoso, mas também por outros intelectuais.

no pretendan que, ante la transferencia de valor que éste implicaba, las economías latinoamericanas pudieran reaccionar mediante la elevación de su nivel tecnológico a un ritmo igual al que lo hacían los países avanzados. Ello no implica ni mucho menos que su productividad se haya estancado o decrecido, sino que fue siempre a la zaga. Tampoco hay que derivar de lo dicho lo que no se ha dicho: la superexplotación del trabajo es acicateada por el intercambio desigual, pero no se deriva de él, sino de la fiebre de ganancia que crea el mercado mundial, y se basa fundamentalmente en la formación de una sobrepoblación relativa. Pero, una vez en marcha un proceso económico sobre la base de la superexplotación, se echa a andar un mecanismo monstruoso, cuya perversidad, lejos de mitigarse, es acentuada al recurrir la economía dependiente al aumento de la productividad mediante el desarrollo tecnológico (Marini, 1978, p.173-174).

E continua:

De todos modos, mis “críticos” se preocupan aquí menos de la cuestión de la superexplotación que de mis planteamientos respecto al intercambio desigual. Desde este punto de vista, lo primero que llama la atención es que, aunque vayan a “criticar” lo que he dicho sobre el tema, hacen la curiosa advertencia de que no contemplarán el problema de la transferencia de valor a través del comercio exterior. La razón básica que dan para ello es que “no habiendo movilidad de la fuerza de trabajo, es difícil establecerse, en escala internacional, el concepto de tiempo de trabajo socialmente necesario, el cual, a su vez, es crucial como requisito para la operación de la ley del valor”. Detengámonos un poco en este párrafo. La movilidad de la fuerza de trabajo no influye para nada en el concepto de tiempo de trabajo socialmente necesario, a escala nacional o internacional. Seguramente mis “críticos” quieren decir que afecta su determinación, su medición. Pero tampoco es así: a nivel nacional o internacional, el tiempo de trabajo socialmente necesario no se determina por la circulación de la fuerza de trabajo, sino que es exclusivamente función del desarrollo de las fuerzas productivas, del grado de destreza, productividad e intensidad media de la fuerza de trabajo en la producción. Lo único que cabe a la circulación es comparar los tiempos de trabajo socialmente necesarios para la producción de las mercancías, es decir, comparar los valores de éstas; sobre esta base se determina el precio comercial de cada una, es decir, se establece entre ellas una relación de precios que, por mucho que varíe por acción de la oferta y/o la demanda, gira en torno a la comparación de los valores. La circulación o no circulación de la fuerza de trabajo nada tiene que ver, pues, con la vigencia de la ley del valor. El único efecto que puede derivarse de la movilidad internacional de mano de obra se refiere a los precios de producción, al favorecer en ese plano la formación de la ganancia media. ¿Podría la circulación internacional de la fuerza de trabajo afectar el tiempo de trabajo socialmente necesario y, en consecuencia, la determinación del valor? Desde luego que sí, cuando permita el flujo de fuerza de trabajo con calificación; de nada le serviría a un país importar un operador de tractores si lo condena a trabajar con una hoz. Pero, aunque la fuerza de trabajo calificada se inserte positivamente en un proceso de producción, ello no modifica el papel de la circulación de mercancías, que seguirá imperturbablemente comparando valores que han variado por cambios en el plano de la producción, tal como lo haría si estos valores no hubieran variado. En cualquier hipótesis, la comparación de valores se expresa en una relación de precios, que, más o menos influidos por la circulación, siguen referidos al valor. Si mis desventurados “críticos” contaran con conocimientos elementales sobre la relación valor-precio no necesitarían descubrir triunfalmente que “los dos intercambios no son bien iguales”, o sea, lo obvio: que el valor no es lo mismo que el precio. Pero tampoco se escandalizarían de que los índices de precios puedan ser tomados como indicadores de valores, sobre todo para períodos largos (en que las

variaciones de la circulación tienden a neutralizarse), y de que, por ende, al analizar el intercambio desigual es lícito y necesario recurrir al examen de la evolución de los precios relativos o, lo que es lo mismo, a los términos de intercambio (Idem, p.175-176).

Contudo, apesar de Ruy Mauro Marini ter refutado tais alegações, o seu artigo não chegou a ser publicado em solo nacional, o que acabou gerando uma falsa percepção de que, na realidade, o debate em torno da dependência brasileira e latino-americana havia sido concluída com a vitória de Fernando Henrique Cardoso. Além disso, deve-se salientar que a própria trajetória política deste último influenciou demasiadamente sobre os rumos do debate acerca da dependência; porém, de que maneira? Após toda a sua trajetória na USP e, posteriormente na Cepal, Fernando Henrique Cardoso leciona durante os anos de 1967 e 1968 em Nanterre, na França. Terminada a sua experiência em terras francófonas, o nosso intelectual volta para o Brasil ainda em 1968, candidatando-se, com sucesso, à cátedra de sociologia da USP.

Contudo, com o advento da onda repressiva após a promulgação do AI-5, importantes intelectuais como Cardoso, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Paul Singer e Paula Beiguelman são aposentados compulsoriamente das suas atividades acadêmicas em 1969. Como resposta, ainda nesse ano, Cardoso, junto com Singer, Cândido Camargo, Elza Berquió e José Gianotti, funda o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), o qual terá um impacto decisivo sobre as pesquisas em torno do desenvolvimento econômico brasileiro e de temas correlatos. Outrossim, vai ser ao longo da década de 1970 que Fernando Henrique Cardoso iniciará uma nova fase dos seus estudos sociológicos, os quais, por seu turno, pautar-se-ão de forma mais significativa em torno da situação política do nosso país e da necessidade da redemocratização⁸⁵ (Filho, 2005, p.419).

Tais fatos permitem com que Cardoso se torne uma figura pública de destaque muito além do âmbito acadêmico, pois agora ele também era visto enquanto um dos principais defensores da democracia em nosso país. Não por acaso, o ano de 1978 seria caracterizado não somente pela escrita do seu artigo crítico a Marini, como também da sua entrada na cena política⁸⁶. Logo, ao passo que Ruy Mauro Marini encontrava-se exilado no exterior e a sua defesa pela via revolucionária eram categoricamente rejeitadas devido ao fracasso da luta

85 No capítulo segundo, nós apresentamos um pouco sobre a visão de Cardoso em torno dessas temáticas.

86 Em 1978, Cardoso ingressa de fato na vida política, sendo eleito suplente de senador pelo MDB. Posteriormente, em 1983, assume o mandato de senador, substituindo Franco Montoro e participando da fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

armada e também devido ao enfraquecimento do socialismo soviético, Fernando Henrique Cardoso tornava-se, cada vez mais, uma figura de prestígio e demasiadamente influente no cenário político e epistemológico da época. Como consequência, atrelado a todos esses fatores, constituiu-se, no Brasil, uma espécie de leitura unilateral em torno da temática da dependência e das formas de superá-la.

Assim sendo, auxiliados não somente pelo contexto da ditadura militar como também por importantes intelectuais que atuaram em instituições de excelência em nosso país, em especial do Estado de São Paulo, conformou-se aquilo que o professor Fernando Correa Prado denominou de um “não debate” em torno da dependência (Prado, 2010, p.69). Mas quais foram alguns dos nomes que auxiliaram nesse processo⁸⁷? Dentre eles, poderíamos começar pela ilustre economista Maria da Conceição Tavares, que publicou o artigo “O desenvolvimento industrial latino-americano e a atual crise do transnacionalismo – algumas questões”, mediante o qual a autora realiza uma averiguação de aspectos centrais do pensamento econômico latino-americano, em especial em relação às análises em torno do processo de industrialização verificada em nosso continente. Todavia, por mais que o artigo possua esta objetividade, ele confere uma atenção mínima em relação às obras de Gunder Frank e praticamente ignora todos os estudos de Theotônio dos Santos em torno das corporações multinacionais e dos seus impactos sobre as economias dos países latino-americanos. Sendo assim, Tavares afirma o seguinte em torno dos estudos sobre as empresas transnacionais:

Os primeiros estudos empíricos mais sérios sobre ET [empresas transnacionais] foram publicados pela Cepal em 1970, fundamentados na experiência brasileira. Entretanto, devido à frustração de algumas tentativas reformistas em vários países, a visão da nova esquerda latino-americana e terceiromundista redescobriu e readaptava a velha tese centro-periferia de Prebisch, rebatizada como relação metrópole-satélite. Passando totalmente por alto sobre as novas tendências da economia internacional, a partir de meados da década de 50, explicavam a acumulação nos centros pela exploração da periferia (invertendo a tese clássica) e centrando-se no desempenho tradicional dos grandes monopólios internacionais na extração de matérias-primas (Idem, p.75-76).

Posteriormente, ao final desta passagem, a autora realiza uma nota de rodapé, por meio da qual afirma que a mesma faz referência às obras de Gunder Frank. Tal fato, por sua vez, nos leva a crer que tal comentário também alude a outros pensadores, como Theotônio dos

87 Neste capítulo, apresentaremos apenas alguns dos autores que influenciaram no debate em torno da dependência. Assim sendo, o capítulo em questão não substitui a leitura do artigo citado.

Santos, Vânia Bambirra e o próprio Marini, tendo em vista não somente as suas respectivas influências em relação ao pensador teuto-estadunidense, como também por certas similaridades teóricas. Não obstante, o menosprezo à produção teórica da chamada teoria marxista da dependência não se esgota por aí, pois, em seguida, ela efetua o seguinte comentário:

Deve-se fazer justiça, entretanto, ao esforço de um grupo de intelectuais latino-americanos em Santiago de Chile (entre 1965 e 1967) para caracterizar, mediante um enfoque totalizador, o que foi chamado como a nova “situação de dependência” nos padrões de desenvolvimento industrial urbano dos maiores países da América Latina. Apesar das tremendas confusões ocasionadas por certas visões primárias da “Teoria da Dependência” e do fato decisivo de que seus esforços de interpretação terminaram sem status teórico aprofundado e sem aprofundar a análise dos subsistemas industriais dependentes que se propunham estudar, não resta dúvida de que alguns ensaios pioneiros da época tiveram uma importância fundamental de vários pontos de vista. Entre eles sobressai o trabalho de Cardoso e Faletto, “Desenvolvimento e Dependência na América Latina” [...] (Idem, p.76).

Outro intelectual que contribuiu na unidirecionalidade deste debate foi o professor Guido Mantega, o qual chegou a dedicar todo um capítulo do seu livro *Economia política brasileira* ao chamado “modelo de subdesenvolvimento capitalista”, o qual teria analisado as produções acadêmicas de intelectuais como Caio Prado Jr, Gunder Frank e o próprio Ruy Mauro Marini. No entanto, o que deveria corresponder a um estudo sério e meticuloso, sobretudo por se tratar de um intelectual de prestígio como Mantega, o capítulo em questão caracterizou-se por falsas acusações e erros teóricos, próprios de uma influência do viés interpretativo de Cardoso. Em relação a Gunder Frank, por exemplo, o autor em questão afirmou o seguinte:

O sistema analítico empregado por Frank, para conhecer as regiões mais atrasadas do sistema capitalista, revelou-se equívoco à medida que seu diagnóstico e previsões foram sendo contrariados pelo rumo dos acontecimentos. Segundo Frank, a estrutura subdesenvolvida deveria ter-se perpetuado nos vários países da América Latina sem qualquer desenvolvimento significativo das forças produtivas ou qualquer surto de desenvolvimento capitalista mais estável, e não haveria possibilidade de transformações de envergadura enquanto não ocorresse a revolução socialista. [...] Acontece, porém, que justamente após a Segunda Guerra verificou-se um surto de desenvolvimento capitalista inédito na história da América Latina [...] Não foi, como era de se esperar, um desenvolvimento capitalista independente e autônomo, mas sim uma expansão impulsionada pelo capital local e orientada pelo capital estrangeiro, que contou com a presença maciça de empresas monopolistas internacionais; portanto, um desenvolvimento capitalista nacional “dependente e associado” [...]. À medida que as teses de Frank e outros autores estagnacionistas colidiam com a expansão da acumulação e com as transformações políticas verificadas principalmente nos anos 50 e 60 em vários países da chamada

periferia, surgem, no cenário teórico latino-americano, novas interpretações [...] que acreditavam na viabilidade de um desenvolvimento capitalista dependente no Brasil. Trata-se dos artífices da Teoria da Dependência, dentre os quais destacam-se Fernando H. Cardoso, Enzo Faletto, Anibal Quijano, Oswaldo Sunkel, Anibal Pinto, Armando Cordova, Alongo Aguilar e outros, responsáveis por um novo filão teórico a ser explorado a partir da segunda metade da década de 60, que seria decisivo para a superação das teses estagnacionistas. (Idem, p.78).

Para além de Mantega, um outro intelectual de renome da Universidade de São Paulo que contribuiu para essa não debate foi Horácio González, o qual publicou o livro *O que é desenvolvimento*, próprio da importantíssima coleção ‘Primeiros Passos?’⁸⁸. Em tal obra, o acadêmico argentino realiza uma excelente discussão teórica em torno das discussões que permearam o fenômeno do subdesenvolvimento latino-americano, mas, quando o mesmo aborda a teoria da dependência, pautando-se mais precisamente à figura de Gunder Frank, ele realiza os mesmos erros do seu predecessor. Para tanto, ele reitera o seguinte:

Para Frank já está escrito o traço fatal do subdesenvolvimento, que exclui a possibilidade que tantos outros autores contemporâneos – como Fernando H. Cardoso – consideraram até a exaustão: a industrialização das periferias é possível nos quadros das relações de dependência. Esta possibilidade naufraga na condenação ao subdesenvolvimento de Frank.

E, posteriormente, realiza o seguinte comentário sobre Fernando Henrique Cardoso:

No momento, são cada vez mais marcantes as influências utopistas no pensamento de Cardoso, o que muito tem a ver com uma reflexão, mais do que sobre a dependência, sobre os grupos de estudiosos que reflexionaram sobre a dependência. Esse utopismo supõe um retorno às fontes do pensamento latino-americano não acadêmico, desenvolvido fora das sociologias “científicas” dos últimos 20 anos, e, se Cardoso não se propõe um novo intento de mediação e arbitragem entre diferentes fontes de pensamento – como infatigavelmente tem feito –, é provável que possa dar uma obra mais vigorosa e de maior peso social. Sua proposta de pensar um “outro” desenvolvimento acha-se no cerne de um revigoramento do veio mais criativo do pensamento político latino-americano: o veio humanístico e libertário (Idem, p.80-81).

Conforme verificado, as ideias de Fernando Henrique Cardoso influenciaram demasiadamente sobre o debate em torno da dependência e do desenvolvimento local e regional. De fato, a produção teórica de Cardoso como um todo apresenta muitos méritos, fazendo da mesma um arcabouço teórico central dentro das investigações sociológicas, políticas e econômicas produzidas nacionalmente, em especial pela Universidade de São

⁸⁸ A coleção em questão foi lançada pela editora Brasiliense em meados da década de 1970 e tinha como objetivo discutir temas acadêmicos e pertinentes à vida social e política de forma clara, objetiva e acessiva ao grande público.

Paulo. No entanto, isso em nada justifica a falta de ética que a academia brasileira conferiu aos pensadores da teoria marxista da dependência como um todo, em especial à figura de Ruy Mauro Marini. Além disso, é imprescindível expor que a leitura unilateral em torno da dependência feita nacionalmente também reflete um problema maior e que se vincula ao contexto histórico em que a mesma foi realizada, a saber: a sua relação com o desfecho da ditadura empresarial-militar e com posterior abertura democrática de essencialidade conservadora que marcou os anos seguintes da política brasileira.

Em conformidade a isso, faz-se indispensável relacionarmos tal debate não somente com o exílio e com as perseguições políticas que personalidades como Marini, Theotônio e Vânia Bambirra e similares passaram, como também a forma como se deu o término da luta armada no Brasil e a criação dos posteriores partidos que, na falta de uma esquerda radical, ocuparam os espaços perante a classe trabalhadora. Para tanto, iniciaremos a próxima seção deste capítulo falando um pouco sobre a trajetória do PCB e das suas rupturas ao longo da segunda metade do século passado. Posteriormente, averiguaremos um pouco sobre os limites e equívocos da luta armada dentro do contexto da ditadura empresarial-militar e, depois, sobre o surgimento de novas forças políticas no cenário nacional e como as mesmas se afastaram de um posicionamento revolucionário. Com isso, pretendemos esboçar que, para além de toda a controvérsia que abarcou o debate acadêmico em torno da dependência e do desenvolvimento no Brasil, o mesmo também influenciou e foi influenciado pelo cenário político, econômico e social da época.

5.1 Do desmonte da luta armada à ascensão de uma esquerda pacifista: algumas considerações em torno do enfraquecimento do socialismo revolucionário

Criado ainda em 1922, em um contexto histórico caracterizado pelo sucesso da revolução bolchevique de 1917 e da consolidação da antiga União Soviética, o Partido Comunista Brasileiro compreendia a principal força política de esquerda e de inspiração marxista entre os anos de 1946 a 1964⁸⁹. Dispondo de quadros altamente experientes e

89 De certo modo, o Partido Comunista Brasileiro compreendeu a um importante referencial para a classe trabalhadora desde a sua fundação, em 1922. Todavia, optamos por realizar tal recorte para enfatizar o período antes do golpe de 1964. Nesse sentido, tal período enfatiza não somente as dificuldades que o partido enfrentou após a queda do Estado Novo, a volta às perseguições políticas e o próprio suicídio do Vargas, como também expõem, de forma mais precisa, determinadas contradições internas frente às intempéries do contexto, o que culminou com rachas internos. Como consequência, houve uma diferenciação significativa, por parte de setores mais radicais da esquerda, em contrapor-se à ditadura, fato esse que, em partes, explica a sua derrota.

dedicados à causa operária, fatos esses que podem ser verificados pelas suas ramificações no meio camponês, estudantil e nas campanhas anti-imperialistas como um todo, a sua atuação logo após a efêmera conquista da legalidade política em 1945, porém, seria caracterizada por uma infeliz desilusão.

Influenciado, em certa medida⁹⁰, pela Internacional Comunista e pela interpretação etapista⁹¹ para se alcançar o socialismo, O PCB optou em enfrentar o imperialismo e seus agentes internos mediante o processo eleitoral⁹² e pelas demais vias fornecidas pelo Estado burguês (Gorender, 2013, p.23). Desta forma, importantes dirigentes do partido, como Luiz Carlos Prestes, Diógenes de Arruda, Pedro Pomar, João Amazonas e Maurício Grabois, realizaram, em um primeiro momento, uma política de articulação de tais anseios com as lutas sindicais⁹³, visando, com isso, elaborar um modelo nacional-desenvolvimentista, o qual, por seu turno, partia da premissa de que haveria uma parcela da nossa classe dominante que supostamente apresentaria um caráter progressista e favorável ao desenvolvimento nacional autônomo⁹⁴.

Marini, no seu excelente artigo “Elementos para um balanço histórico de 30 anos da esquerda revolucionária na América Latina”, realiza uma exímia análise em torno da influência da internacional sobre os partidos comunistas do nosso continente, a saber:

Na terceira Internacional, entretanto, pensava-se nos países onde não existia um processo de industrialização – e onde não havia proletariado ou este era muito fraco; referia-se a países que trazem a marca do passado, sociedades mais ou menos feudais, países fundamentalmente rurais, com uma fraca burguesia de caráter artesanal, uma burguesia comercial interna. Por isso, defendia a revolução democrático-burguesa como tarefa. Supunha-se que essas burguesias tinham um papel fundamentalmente anti-imperialista, nacional e eram capazes de encabeçar revoluções nacionais. Por essa época, Bukharin chegou a postular a tese do cerco da cidade pelo campo em escala mundial: assim seria possível fazer avançar a revolução em grande escala. O que se chamava de campo no plano mundial eram os países coloniais; se tratava de cercar as burguesias nos países avançados, criando condições, oportunidades para que o proletariado pudesse se erguer com

90 Inegavelmente, a Internacional comunista foi importante para a composição do PCB nesse período; todavia, tal qual descrito por Cueva, cujo texto encontra-se nas referências bibliográficas, não concordamos que ela tenha tido uma influência imprescindível.

91 Sucintamente, tal ideia pautava-se na concepção linear e equivocada de que, antes de passarmos por uma revolução socialista, deveríamos aprofundar as instituições e características burguesas da nossa sociedade, afastando-se, assim, dos elementos feudais que ainda se faziam presente.

92 Um fato importante a esse respeito corresponde ao suicídio de Getúlio Vargas e, conseqüentemente, à lacuna que sua imagem propiciou à classe trabalhadora brasileira. Desta forma, com tal intento, o PCB almejava, em partes, preenchê-la e aproximar-se do operariado local.

93 Um episódio importante a esse respeito foi a revolta de Porecatu nos anos 1950.

94 Opinião dos autores. Importante salientar que, em contraposição a determinadas leituras que se pautam em uma análise dogmática e pacifista do posicionamento do PCB, dentre elas o próprio trabalho de Gorender, nós acreditamos que tal postura merece ser revista com maiores cautelas.

um respaldo internacional forte. Essa ideia, que Mao aplicará depois na China – o cerco da cidade pelo campo -, na realidade, nasce com Bukharin dentro da Terceira Internacional. Com muito pouco rigor – porque a verdade é que a Terceira Internacional atuou com muito rigor nesse caso -, estendeu-se o mesmo conceito de campo e de situação colonial para a América Latina. Não obstante, a nossa região já tinha em meados do século XIX um desenvolvimento capitalista importante, um setor exportador forte e estava a ponto de ingressar na fase de industrialização (Marini, 2025, p.509).

Como resultado:

A América Latina exigia um outro tipo de ação política, o desenvolvimento urbano era muito grande, as classes médias e a classe operária eram maiores do que geralmente se supunha, e era necessário travar a luta ideológica, a luta política para ganhar a batalha contra o anarquismo, ganhar o movimento sindical. Mas os PCs chegaram aos anos 1950 com essa perspectiva de revolução por etapas, reforçada pelo acúmulo da experiência da frente antifascista, dos pactos nacionais, embora isso já tivesse sido contestado pela Guerra Fria. Assim, a sua perspectiva da revolução democrático-burguesa não lhes permitiu formular uma estratégia distinta à concepção que tinham sobre o que era a América Latina: isso os levou inevitavelmente a uma política de colaboração de classes que se expressava não somente no plano político, mas também no plano ideológico. Os PCs não somente foram incapazes de desenvolver uma política autônoma na luta de classes nacional, mas também perderam sua capacidade de elaboração, de compreensão do que era a América Latina, sua economia, seu desenvolvimento capitalista e, de fato, passaram a adotar uma tese elaborada pela burguesia da Cepal (Idem, p.510-511).

Em conformidade a isso, a aceitação de tal postura cobraria um preço caro aos dirigentes do partido. Derrubada a ditadura getulista pelo golpe de Estado que colocaria no poder o general Eurico Gaspar Dutra (1883-1974), o chamado “partidão”, conforme se autodenominaria posteriormente, voltou à ilegalidade. Como resultado, realiza-se o Quarto Congresso do partido, o qual, contudo, trouxe apenas uma única modificação em sua formulação teórica: a partir de então, os grandes capitalistas brasileiros em sua generalidade também seriam vistos como inimigos do proletariado brasileiro e da soberania nacional, assim como as forças imperialistas de outrora. No entanto, mantendo-se fortemente influenciado pela ideia das duas etapas revolucionárias, o Programa do partido ainda enfatizava a necessidade de conferir à burguesia nacional um certo protagonismo na revolução que abarcaria o país, oferecendo-lhe o privilégio de colaboração na industrialização intensiva a ser promovida pelo regime revolucionário (Gorender, 2013, p.25).

Nesse sentido, convêm evidenciar as principais ideias e passagens que permearam a realização de tal encontro e que influenciaram decisivamente sobre a política interna do partido, a saber:

Os supremos interesses do povo brasileiro reclamam a completa, ruptura com a política norte-americana agressiva, guerreira e colonizadora. O Brasil só pode progredir tomando outro caminho: o caminho da colaboração pacífica com os países amantes da paz; do entendimento em pé de igualdade com todos os povos; da defesa intransigente de sua soberania e da independência nacional. Para ingressar neste caminho o Brasil precisa liquidar a odiosa dominação dos Estados Unidos e estreitar as relações econômicas e culturais com todos os países que reconheçam e respeitem nossa independência, antes de tudo com a União Soviética e a China. A paz e a colaboração pacífica com todos os países podem assegurar ao Brasil vastos mercados para o excedente exportável de sua produção agropecuária e industrial, facilidades ilimitadas para a aquisição de equipamentos e matérias-primas necessários ao amplo desenvolvimento da indústria nacional. O caminho da paz e da colaboração pacífica com todos os povos é o caminho do progresso do Brasil, do rápido florescimento da economia nacional, é o caminho da liberdade e da independência, que conduzirá à elevação do nível cultural e a uma vida livre e feliz para o nosso povo. Este o caminho a seguir para que o Brasil ocupe relevante posição, como nação livre e independente, no selo da comunidade mundial das nações (Partido Comunista do Brasil, 1954, s.p).

E depois acrescenta o seguinte:

O Partido Comunista do Brasil está convencido de que as transformações democráticas que nosso povo necessita e almeja só podem ser alcançadas com um governo democrático de libertação nacional, governo de coalizão do qual participem, além da classe operária, os camponeses, a intelectualidade, a pequena burguesia e a burguesia nacional. O Partido Comunista luta pelo socialismo, mas está convencido de que nas atuais condições econômicas, sociais e políticas do Brasil não é possível realizar transformações socialistas. É perfeitamente realizável, no entanto, a tarefa de substituir o atual governo, antipopular e antinacional, por um governo do povo, que liberte o Brasil do domínio do imperialismo norte-americano e dos seus sustentáculos internos, os latifundiários e grandes capitalistas. O governo democrático de libertação nacional será um governo autenticamente democrático e popular. Será um governo patriótico e de paz, de defesa da soberania e da independência nacional. Será o governo da salvação do Brasil e da felicidade do povo brasileiro (Idem, s.p).

Todavia, no anseio de contornar o golpe da ilegalidade proporcionado pelo governo de Dutra, realiza-se, no dia 11 de agosto de 1961, o seminário Novos Rumos, mediante o qual publicaram-se o Programa e os Estatutos do PCB. Estes, por sua vez, foram encaminhados ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), objetivando conferir legalidade ao partido. Todavia, ambos os documentos em questão mostraram-se demasiadamente débeis e insuficientes para permitir a sua atuação política, pois os mesmos apenas trocavam a adjetivação “do Brasil”

por “brasileiro” em sua sigla, em uma tentativa de demonstrar que o partido, na realidade, não compreendia a uma manifestação da Internacional Comunista em nosso país, mas sim a um agrupamento político próprio e compromissado com os anseios populares (Gorender, 2013, p.35).

O fracasso de tal tentativa, somado a certas contestações internas em relação à postura demasiada pacífica do partido frente ao acirramento das lutas de classe em nosso país, permitiu com que fosse inaugurado o primeiro racha interno do partido. Assim sendo, setores mais insatisfeitos argumentaram que o Comitê Central havia se afastado dos seus princípios e valores originários, criando, com isso, um partido de caráter revisionista (Gorender, 2013, p. 38). Desta forma, personalidades como Amazonas, Grabois e Pomar, que outrora foram aliados e próximos a Prestes, convocaram um protesto em defesa do verdadeiro partido comunista do Brasil e realizaram, em fevereiro de 1962, a Conferência Nacional Extraordinária, a qual ficou conhecida com a sigla “PCdoB”. Este, em teoria, seria o mesmo partido fundado em 1922, mas agora reorganizado e revigorado em 1962 (Idem, p.40).

Em tal conferência, o então fundado PCdoB aprovou o seu Manifesto Programa, o qual, por seu turno, retomou certas teses do Quarto Programa do PCB. Em termos gerais, o seu objetivo capital era a constituição de um governo popular que se originaria a partir de um viés revolucionário, e não mediante reformas políticas através da disputa eleitoral. Nesse sentido, o partido se autoafirmava enquanto anti-imperialista, anti-monopolista e anti-latifundiário, muito embora ainda fosse adepto da ideia de duas etapas revolucionárias. Todavia, por ter se originado a partir de uma racha com o partido originalmente constituído a partir da influência da Internacional Comunista, o mesmo não foi bem aceito pelo Partido Comunista Soviético (PCS), fato esse que o obrigou a se alinhar com o Partido Comunista Chinês (PCCCh).

Com isso, observa-se um certo fortalecimento e institucionalização do maoísmo no Brasil, o qual atuou, inclusive, como um contraponto ao posicionamento reformista do PCB. De forma resumida, este último, conforme será visto adiante, correspondeu a um dos princípios norteadores não só do PCdoB entre 1962 e 1976, mas também de outros agrupamentos revolucionários, sendo uma de suas características a defesa pela resistência armada, em especial pela tática guerrilheira⁹⁵. Concomitantemente, também é presenciado, por parte de outras organizações de esquerda, um certo soerguimento das ideias do líder

95 Na ocasião, conforme analisaremos, tal defesa partia não somente de uma influência do alinhamento do Pccch, como também do livro *A revolução dentro da revolução* de Debray e de toda a teoria do foquismo.

revolucionário Leon Trostky (1876-1840), muito embora a sua inspiração tenha se dado sem muito dogmatismo e incorporando, inclusive, outros referenciais teóricos para a sua devida atuação prática. Como exemplos, poderíamos citar não somente o caso da Organização Revolucionária Marxista (ORM-POLOP⁹⁶), como também da Ação Popular (AP). Para tanto, vejamos cada uma das organizações com maior precisão.

Surgida um ano antes da fundação do PCdoB, ainda em 1961, a ORM-POLOP, na realidade, compreenderia ao primeiro agrupamento político marxista a desvincular-se do posicionamento reformista do PCB. Unificada não somente pelas críticas contundentes ao chamado partidão, ela nasceu em meio ao contexto acadêmico e cultural proporcionados pela Universidade de Brasília (UNB), de tal forma que os estudos dos intelectuais que compunham o grupo – dentre eles, os teóricos da dependência, como André Gunder Frank, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini – refletia em grande medida as suas atuações práticas enquanto intelectuais orgânicos e compromissados com a causa operária. Contrapondo-se às interpretações conforme as quais haveriam supostos resquícios feudais em nosso país, de que o nosso subdesenvolvimento econômico seria o produto de elementos pré-capitalistas e de que seria necessário, antes de alcançarmos o socialismo, passarmos por uma etapa democrática-burguesa, a organização em questão advogou pela necessidade imediata de um governo verdadeiramente revolucionário, fato esse que lhe conferiu significativa influência perante o meio estudantil e camponês. Tendo realizado três congressos internos⁹⁷ antes do golpe empresarial-militar, a ORM-POLOP, para além das suas importantíssimas contribuições acadêmicas, também foi decisiva para a posterior luta armada, conforme será visto em breve.

Por sua vez, a AP compreendeu a uma organização política de esquerda criada, de forma mais precisa, em junho de 1962, quando se realizou um Congresso em Belo Horizonte entre militantes estudantis da Juventude Universitária Católica (JUC) e outras agremiações da Ação Católica Brasileira. Apresentando como ponto de partida certas modificações internas da Igreja Apostólica Romana sob o pontificado de João XXIII⁹⁸, a mesma realiza o seu segundo Congresso, por meio do qual expressa a sua filiação a um certo “socialismo

96 Cabe, aqui, realizar uma interpretação significativa a respeito do agrupamento político sobre o qual estamos falando. Na realidade, o nome da Organização propriamente dita era “Organização Revolucionária Marxista”, a qual atuou decisivamente sobre a criação, redação e publicação do jornal de cunho militante “Política Operária” (POLOP).

97 Em 1961, 1963 e 1964, pra ser mais exato.

98 O pontificado de João XXIII foi de 1958 a 1963, sendo caracterizado, dentre outras coisas, pelo seu viés franciscano, sua preocupação com a paz mundial, diálogo com outras religiões e pela diminuição entre os atritos entre líderes soviéticos e cristãos.

humanista”, cuja fundamentação teórica pautar-se-ia em teólogos como Emmanuel Mounier, Tuhard de Chardin, Le Bret e Maritain. Todavia, com o desenrolar da ditadura militar, a organização em questão inicia um processo de afastamento de tal concepção e aproxima-se da luta armada, sendo o Atentado ao Porto dos Guararapes⁹⁹ o seu caso mais conhecido.

Outrossim, não podemos nos esquecer da presença das Ligas Camponesas, as quais eram compostas, em sua essência, por lavradores, estudantes e intelectuais localizados, sobretudo, no nordeste. Defensores de um projeto de reforma agrária, as Ligas Camponesas relacionam-se largamente ao nome do advogado e posterior deputado federal Francisco Julião (1915-1999), o qual, em 1962, funda o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) inspirado pela Revolução Cubana. Além das Ligas, também convém mencionar o Partido Socialista Brasileiro (PSB), defensor de um socialismo democrático, e o Partido Operário Revolucionário (PORT), que compreendeu a um partido trotskista com uma certa penetração entre os estudantes, militares de baixa patente e alguns trabalhadores (Ridenti, 2005, p.28-29).

Como visto, a realidade brasileira da virada da década de 1950 para 1960 exigia maior mobilização e radicalidade perante as lideranças e movimentos de esquerda no Brasil, fato esse que pôde ser presenciado não só na fundação de organizações como a ORM e a AP, como na própria constituição do PCdoB na política nacional. Com isso, deve-se ressaltar, dentre outras coisas, que entre os anos 1961 e 1964 foram reconhecidos por profundas turbulências sociais e por uma significativa radicalização política. Ora, após a vitória da Revolução Cubana em 1959 e da sua posterior aproximação com a antiga União Soviética, fato esse que influenciou decisivamente diversas tentativas revolucionárias a posteriori¹⁰⁰, as Forças Armadas do nosso continente passaram por uma importante mudança de sua concepção bélica, a qual, sendo profundamente influenciada pela hegemonia estadunidense, conferiu à temática da segurança nacional a sua atenção primordial. Marini, no seu artigo “Geopolítica latino-americana”, realiza uma análise interessante sobre este fenômeno, a saber:

99 O atentado em questão visava eliminar o ditador Arthur da Costa e Silva mediante uma explosão no aeroporto internacional de Recife, em 1966. No entanto, o ataque acabou tirando a vida de duas pessoas inocentes e ferindo outras 14, fato esse que auxiliou no descontentamento popular à luta armada e não reação violenta dos órgãos ditatoriais.

100 Como exemplos, poderíamos mencionar os casos que ocorreram na Bolívia, Peru, Colômbia e, posteriormente, a Nicarágua.

Surgida de elaborações doutrinárias dos militares ingleses e franceses em suas guerras coloniais, no pós-guerra, a doutrina da contrainsurgência é, basicamente, isto: um enfoque militar da política. Qualquer movimento de oposição à dominação hegemônica vigente é visto, nessa perspectiva, como ameaça a ser suprimida mediante o uso da força. O jogo político, a dialética governo-oposição, a alternância de forças no poder ficam, pois, excluídas e, em seu lugar, a partir do conceito de inimigo interno, a política é substituída pela guerra. No contexto da geopolítica norte-americana, esse inimigo interno é simples ponta de lança nacional do bloco de força antagônico e os processos políticos nos países do Terceiro Mundo se reduzem a guerras internas, que não são mais que aspectos da guerra total que, no plano mundial, os Estados Unidos travam contra a União Soviética. (Marini, 2025, p. 320-321).

E finaliza com o seguinte:

Se, nos Estados Unidos, a contrainsurgência é um produto da geopolítica, na América Latina ocorre o inverso: é a adoção da doutrina de contrainsurgência pelos militares e, logo pela classe dominante que leva a geopolítica a ocupar lugar de destaque na política internacional dos Estados da região e nos seus projetos de fortalecimento nacional. É verdade que, desde sua formação e pelas razões gerais que indiquei antes, as quais estendem a sua validade ao período colonial, as relações entre os países da América Latina sofriram a influência de determinações geopolíticas. [...] Sob a vigência da contrainsurgência, porém, o fenômeno se acusa e dá lugar à instituição da doutrina geopolítica como base da sua política exterior. Deve-se isso, sem dúvida, ao fato de que, na aplicação de sua nova estratégia internacional, os Estados Unidos propiciaram e apoiaram a substituição de regimes democráticos-liberais por ditaduras militares dos países da região. Mas deve-se também a que, situadas à cabeça do Estado, as Forças Armadas arrogaram-se o direito de fixar e preservar os interesses nacionais – entendidos como segurança nacional – e formularam projetos próprios que, sendo postos em termos militares, se constituíram por isso mesmo em projetos de potência. [...] Compreende-se assim que as ditaduras militares elevassem os interesses da burguesia à categoria de interesses nacionais e que sua política de potência promovesse no plano internacional esses mesmos interesses (Idem, p. 321).

Isto posto, visando defender os supostos interesses e princípios nacionais, os sindicatos operários, os agrupamentos camponeses e os movimentos estudantis começaram, desde já, a sofrer perseguições políticas e passaram a ser analisados com uma certa suspeita de serem, na realidade, inimigos internos e aliados de hipotéticos países ditatoriais e contrários à democracia e à liberdade. De forma demasiadamente sucinta, tal doutrina militar apresentava duas premissas centrais e que se articulavam mutuamente: a ameaça à segurança nacional seria ocasionado pelo subdesenvolvimento econômico, ao passo que este proporcionaria um clima adequado à subversão e indisciplina pelos movimentos de esquerda (Dos Santos, 1993, p.167).

Como consequência, constituiu-se a ideia segundo a qual somente as Forças Armadas poderiam conduzir o nosso país à estabilidade e ao crescimento econômico. Sendo assim, tal qual analisado por Theotônio dos Santos, o golpe militar pode ser averiguado enquanto um fenômeno histórico que, embora articulado pelos interesses da burguesia nacional, conseguiu unificar parcela significativa das esferas civil e militar a um mesmo objetivo quimérico: a prevenção de uma revolução social e a composição de um Estado que, embora centralizado e repressivo, assegurasse a defesa interna (Dos Santos, 1993, p.98). Consequentemente, observa-se, logo na instituição desse novo modelo autocrático, a modificação da Constituição Nacional mediante os chamados Atos Institucionais (Ais).

O primeiro Ato Institucional, por exemplo, foi outorgado no dia 9 de abril e manteve formalmente a antiga Constituição de 1946, mas com algumas modificações importantes: de forma geral, o primeiro AI tinha como direcionalidade reduzir substancialmente o campo de atuação do Congresso e aumentar a abrangência do Poder Executivo. Como resultado, verificam-se medidas como a suspensão das imunidades parlamentares, a eliminação das garantias vitalícias e da estabilidade do serviço público, a cassação de mandatos políticos, a possibilidade de instalação dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs) e a consolidação do Serviço Nacional de Informações (SNI). Por fim, o AI-1 também garantiu a eleição para um novo ‘presidente’ da República, por meio da qual, mediante votação indireta no Congresso Nacional, elegeu o primeiro ditador do regime que então se conformava: o general Humberto de Alencar Castelo Branco.

Mas como poderíamos caracterizar o primeiro governo da nossa ditadura¹⁰¹? Em termos políticos, o período ‘castelista’ tinha como objetivo alicerçar uma hipotética ‘democracia restrita’, ao passo que, na esfera econômica, o seu principal intuito era a modernização do capitalismo brasileiro, finalidade essa que, em teoria, impediria a proliferação da ‘nefasta ideologia comunista’ em nosso território. Como forma de atingir esse último objetivo, foi instituído o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG¹⁰²), o

101 No capítulo referente à vida e obra de Ruy Mauro Marini, nós já havíamos exposto uma análise do autor acerca dos motivos que levaram à eclosão do golpe em 1964, explicação essa que nós concordamos e que, por isso, não a repetimos neste capítulo.

102 Dentro das diretrizes que permearam o PAE, o então programa econômico do governo propôs uma política de incentivos às exportações, uma clara medida de internacionalização da economia e que a abria ao capital internacional, promovendo, com isso, não somente uma integração com os centros financeiros internacionais, como também um alinhamento com o sistema norte-americano. Outrossim, a inflação foi diagnosticada como a suposta anomia central da economia brasileira, já que tanto a estagnação econômica quanto o descompasso das contas externas eram vistas como decorrentes das distorções e incertezas oriundas das altas taxas de inflação, as quais também estariam associadas ao desequilíbrio das contas públicas e com a recente política salarial, exigindo, para tanto, alterações na área monetária e fiscal.

qual, estruturado pela equipe econômica sob o comando de Roberto Campos e Octávio Bulhões, almejava acelerar o crescimento econômico interrompido no biênio 1962/ 1963; conter, de forma progressiva, o processo inflacionário que permeou os anos de 1964 e 1965; atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais; assegurar uma política de investimentos e de emprego e, por fim, corrigir a tendência à déficits do balanço de pagamentos (Abreu, 1990, p.187).

E quais foram as consequências imediatas da implantação deste programa econômico? Bem, com a violenta repressão às atividades sindicais e com a suspensão das greves¹⁰³, o poder de barganha das articulações operárias tornou-se praticamente inexpressivo. Como resultado, as negociações diretas entre trabalhadores e patrões foram substituídas pela fórmula de reajuste oferecida pelo governo. Este, em invés de recompor o piso salarial, apenas corrigia os salários, visando, com isso, reorganizar o salário real médio dos últimos 24 meses. Assim sendo, o salário mínimo foi reduzido em 18% com relação ao seu valor em fevereiro de 1964 e o índice de salário anual real médio foi reduzido em aproximadamente sete pontos percentuais em 1965 (Abreu,1990, p.217). De toda maneira, dos três objetivos básicos que contemplaram o PAEG – a saber, a contenção dos déficits governamentais, política salarial e política de crédito às empresas – somente o primeiro foi, de fato, bem sucedido, pois houve uma clara relação entre as políticas fiscal, monetária e creditícia altamente restritivas com a desaceleração da atividade industrial, sendo os setores de vestuário, alimentos e construção civil o mais afetados. Ainda assim, a combinação do corte das despesas e o aumento da arrecadação reduziu o déficit público anual de 4,2 % do PIB em 1963 para 3,2 % em 1964 e 1.6 % em 1965, assim como a inflação caiu progressivamente e o PIB voltou a crescer (Fausto, 1995, p.472).

Não o bastante, no dia 17 de outubro de 1965, sob fortíssima pressão das alas mais extremistas do regime militar, o governo Castelo Branco baixou o AI-2. Este estabeleceu um caráter nominal e de maioria absoluta às eleições para os postos de presidente e vice-presidente, além de extinguir os demais partidos políticos existentes até então e permitir a funcionalidade de apenas dois agrupamentos político-partidários: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), a qual abarcou a maioria dos adeptos do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que correspondeu a uma oposição liberal e significativamente moderada e recusa à radicalidade. Posteriormente, no dia 5 de fevereiro

103 Cumpre enfatizar que, legalmente, as organizações sindicais não eram consideradas ilegais.

de 1966, outorga-se o AI-3, que estabelece a eleição indireta para o cargo de governador e permite, legalmente, a elaboração de uma nova constituição, a qual, por seu turno, foi elaborada em 1967 e ampliou ainda mais os poderes do Executivo. Ainda no mesmo ano, mais precisamente no dia 15 de março, toma posse o segundo déspota do regime militar: o general Artur da Costa e Silva, cujo vice foi a figura de Pedro Aleixo.

No entanto, qual foi o posicionamento do PCB durante a ascensão da autocracia militar em nosso país? Teria o partido, finalmente, adotado a resistência revolucionária? Estourado o golpe militar em abril de 1964, o posicionamento do PCB, contrário a tomada das armas pelos movimentos sociais e pelo proletariado como um todo continuou hegemônico dentro do partido. Em conformidade a isso, do seio do partidão, surgem diferentes organizações favoráveis à luta armada, sendo a mais conhecida a Ação Libertadora Nacional (ALN). Possuindo como principais nomes os revolucionários Câmara Ferreira e Carlos Marighella, o princípio norteador do agrupamento em questão foi o da ação direta e sem mediações de lutas de massas por objetivos parciais (Gorender, 2013, p.107). Deste modo, contrapondo-se, de certa forma, ao líder revolucionário argentino Che Guevara, o qual advertia contra o uso não moderado da violência revolucionária, o presente grupo, por sua vez, caracterizou-se pela defesa do chamado “terrorismo de esquerda” em seus procedimentos táticos. Além disso, em relação à organização interna, o agrupamento assemelhou-se, de certo modo, com certas práticas anarquistas, de tal maneira que não haveria nem direções organizadas, nem escalões intermediários. Outrossim, a organização também seria composta por pequenos grupos com demasiada liberdade de iniciativa, em que os comandos somente teriam espaço para articular ações de maior envergadura (Idem, p.108).

Em relação à organização interna da ALN, vale a pena expor como a mesma foi esboçada pelos próprios militantes, a saber:

Nossa Organização revolucionária cresce à medida que faz ações e não à medida que recebe ajuda dos assistentes políticos mandados de outra parte. A ação, por sua vez, só é possível criando uma infra-estrutura para tal. Não se trata de ter agora uma coordenação nacional para dirigir, pois neste caso estaríamos criando primeiro uma estrutura orgânica a partir de uma cúpula. Este caminho orgânico é próprio de quem está empenhado em construir um partido ou uma organização para fazer uma revolução. Nosso caminho é outro: para nós o fundamento é primeiro a ação e a estratégia. A organização é consequência disto e surge simultaneamente com a ação revolucionária. A organização surge pela base e não pela cúpula. Toda a infra-estrutura revolucionária é baseada na conceituação estratégica e decorre da ação correlata com a estratégia revolucionária. Não pode haver infra-estrutura revolucionária sem aperfeiçoamento técnico do guerrilheiro {...} O mais importante para nós são os quadros, que devem ser aperfeiçoados. Sem os quadros,

sem os homens revolucionários decididos, a potência de fogo da revolução não tem valor. Os homens decidem tudo. Se não fosse assim, as armas decidiriam e nós só precisaríamos também de armas e não, sobretudo, de homens que as manejassem. A estratégia em nossa organização está colocada em primeiro plano. O comando pertence ao centro estratégico, ao qual está afeto o lançamento da guerrilha e do qual participam todos aqueles que exercem tarefas estratégicas. O ponto global da revolução brasileira já existe e vem sendo posto em prática. O plano local decorre do plano global e deve ser efetivado através de ações táticas mesmo em caso de desligamento temporário ou prolongado do centro estratégico. Na primeira fase de nossa luta, os maiores recursos são encaminhados para a formação dos quadros e para a ação estratégica e não para estruturar a organização abandonando a ação revolucionária. Isto põe a questão da revolução não nas costas de uma organização perfeita e acabada, mas ao contrário, a ação é que tem preferência. Jamais a estrutura orgânica precede a ação ou a revolução. A ação é que faz a vanguarda. Alguns companheiros pensam que nossa Organização já está constituída, perfeita e acabada. Tal pensamento não é correto. Nossa Organização vai se edificando à medida que a ação aparece. Cada componente de nossa Organização tem que fazer a sua parte. A experiência tem que ser de todos. Os dirigentes de nossa Organização não podem provir de eleições. Os dirigentes surgem da ação e da confiança que despertam pela sua participação pessoal nas ações. Todos nós somos guerrilheiros, terroristas e assaltantes e não homens que dependem de votos de outros revolucionários ou de quem quer que seja para se desempenharem do dever de fazer a revolução. O centralismo democrático não se aplica a Organizações revolucionárias como a nossa. Em nossa Organização o que há é a democracia revolucionária. E democracia revolucionária é o resultado da confiança no papel desempenhado pela ação revolucionária e nos que participam da ação revolucionária (Ação Libertadora Nacional, 1969, s.p).

Contudo, a defesa pelo confronto direto à ditadura não se esgota neste exemplo. Além da ALN, cumpre ressaltar que o PCdoB, favorável à luta armada desde a sua fundação, obtêm um estímulo expansionista nos seus quadros de militância ainda na virada de 1964. Isto posto, em junho de 1966, o partido realiza a sua Sexta Conferência Nacional, cuja resolução política distinguir-se-ia “pela justaposição de táticas diametralmente opostas” (Gorender, 2013, p.119). Explicando com maiores detalhes, a direção do partido, amplamente inspirada pela experiência chinesa de resistência à ocupação do Império Japonês durante a Segunda Guerra, formulou aquilo que ficou conhecido como “tática da união dos patriotas”. Contrários aos rumos políticos e econômicos que o país estava enfrentando, o PCdoB formulou uma série de reformas que ainda deveriam ser efetuadas sob o governo de Castelo Branco (1964-1967). Tais reformas, por seu turno, que inicialmente advogavam pela irrupção de um governo democrático e representativo, ou seja, calcadas por uma perspectiva democrática-burguesa, passaria ao polo oposto, isto é, pela perspectiva revolucionária, mediante uma guerra popular prolongada e cujo palco seria o campo. Desta forma, inspirados fortemente não só pela experiência cubana, como também pela teoria do “foquismo” do intelectual francês Régis Debray, a luta guerrilheira seria um dos principais

motores, senão o principal, para a derrocada do governo autoritário que então havia se instaurado, sendo os movimentos urbanos apenas complementares a realização da revolução socialista em nosso país.

Além disso, em 1967, a ORM-POLOP realiza o seu Quarto Congresso e, em tal reunião, é aprovado o Programa Socialista para o Brasil. Advogando pela ditadura do proletariado, o programa em questão conferiu duas propostas revolucionárias, sendo que uma delas seria a construção da chamada Frente de Esquerda Revolucionária (FER), a qual deveria reunir organizações e correntes em torno dos objetivos programáticos da ORM, ao passo que a outra proposta foi a defesa pela guerrilha rural. No entanto, não houve total consenso pelas propostas defendidas, de tal modo que há um racha interno dentro da organização. Desta ruptura, a parte que continuou na ORM se aliou a uma dissidência do PCB do Estado do Rio Grande do Sul, originando, assim, o Partido Operário Comunista (POC). Em relação à parcela dos dissidentes da POLOP, um grupo protagonizado por importantes nomes como Angelo Pezzutti, Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito, Carlos Alberto de Freitas e Jorge Baptista Filho conformará, em 1968, a organização que ficou conhecida como Comando de Libertação Nacional (COLINA) (Gorender, 2013, p.143-144).

Todavia, estaria a oposição ao regime militar atrelada somente ao âmbito da luta armada? Não, conforme visto anteriormente, desde 1966, a oposição já vinha se articulando das mais variadas formas possíveis. Como exemplos, mencionamos um pouco o que se passava nos bastidores da Igreja Católica, dentre os quais também merece referência o nome do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, e as lutas estudantis, as quais foram largamente mobilizadas, dentre outros agrupamentos, pela UNE. Além disso, faz-se necessário mencionar a reaproximação de Carlos Lacerda com João Goulart e Juscelino Kubitschek, fato esse que compôs a chamada Frente Ampla em defesa pelos direitos dos trabalhadores e pela redemocratização do país. No que diz respeito a acontecimentos que marcaram os primeiros anos da ditadura militar nesse quesito, convém referenciar três grandes paralisações do período.

Em 1968, então sob o governo de Costa e Silva, observa-se a irrupção das greves operárias de Osasco e Contagem, além da passeata dos cem mil. No que diz respeito às experiências grevistas, cumpre ressaltar que a greve ocorrida em Osasco foi o produto de uma articulação conjunta entre operários e estudantes, a qual teve início com a ocupação da

Cobrasma, enquanto que a paralisação de Contagem iniciou-se com a suspensão das atividades da siderúrgica Belgo Minera, tendo em vista que cerca de 1700 trabalhadores exigiam um aumento de 25% do seu salário. Por seu turno, a passeata dos cem mil, ocorrida no dia 25 de junho, foi uma mobilização popular cujo estopim foi o assassinato do estudante Edson Luis pela polícia do Rio de Janeiro. Contudo, por mais que esta última tenha compreendido a uma manifestação contrária à arbitrariedade e violência das forças armadas do período, o seu desfecho marcou um dos piores eventos da ditadura empresarial-militar: no dia 13 de dezembro de 1968, outorga-se o AI-5. Por meio deste dispositivo, o “presidente” teria o direito de fechar provisoriamente o Congresso, intervir nos Estados e municípios, cassar mandatos e suspender o Habeas Corpus.

Não obstante, a escalada autoritária estava apenas começando. Após sofrer em derrame, em agosto de 1969, Costa e Silva foi afastado do cenário político nacional. Em seu lugar, após uma violação da própria Constituição arbitrariamente confeccionada, por meio da qual Pedro Aleixo deveria assumir o cargo da presidência, ascende ao poder o general Emílio Garastazi Médici no dia 30 de outubro de 1974. Seu governo, dentre outras coisas, destaca-se pela brutal repressão à oposição, sendo o massacre da Guerrilha do Araguaia, em 1974, o caso mais conhecido. Além de tal fatídico episódio, ainda sob seu governo, mas em 1969, também é presenciado o assassinato de Carlos Marighella e toda a desarticulação da ALN. Isto posto, como nós poderíamos explicar a queda da luta armada em seu governo? Quais foram os equívocos e limites de tais manifestações de resistência?

Como visto, os diferentes grupos que permearam a luta armada no Brasil contrapunham-se não somente em relação às análises teóricas do PCB, as quais giravam em torno da existência de elementos feudais no seio da nossa sociedade e da imprescindibilidade de conferir as nossas classes dominantes um certo papel de destaque dentro do processo revolucionário, como também em relação a sua contraposição a uma postura de retaliação ao governo militar. Desta forma, inspirados no exemplo cubano e na leitura do livro *A revolução dentro da revolução* (1967), do francês Régis Debray, vigorou, dentro de tais quadros revolucionários, a defesa pela chamada teoria do foquismo. De forma demasiadamente sucinta, pautando-se em uma certa romantização da experiência caribenha, a mesma advogava pela criação de focos armadas, os quais, guiados pela luta guerrilheira, espalhar-se-iam pelo território e, com isso, atrairiam as massas ao longo do processo revolucionário (Codarin, Higor, 2023, p.4).

No entanto, apesar da sua boa vontade em auxiliar no processo pela emancipação dos povos latino-americanos, o livro de Debray apresentava demasiadas fragilidades. Nesse sentido, conforme muito bem pontuado por Vânia Bambirra no seu excelente texto *A revolução cubana: uma reinterpretação*, o sucesso do fenômeno histórico de libertação da pequena ilha caribenha apresenta maiores nuances e complexidades, o que impossibilitaria de vinculá-lo exclusivamente com a guerrilha. Logo, muito além desta tática, houve dois fatores fundamentais para o processo revolucionário cubano, que são: primeiro, a presença de um clima político favorável aos guerrilheiros, seja no campo, mediante o apoio dos setores camponeses, seja na cidade, através de movimentos de resistência à ditadura de Batista; segundo, a existência de toda uma vasta organização partidária no país, o que já conferia condições básicas para a luta insurrecional (Bambirra, 2024, p.75). Em contraposição à Cuba, o Brasil, por seu turno, não apresentava tais características, pois o processo de organização e conscientização da classe trabalhadora ainda era muito incipiente, fato esse que gerava mais aversão do que simpatia pelos revolucionários.

Outrossim, Marta Harnecker, no seu livro *A revolução social: Lenin e a América Latina*, ao pautar a sua análise em torno dos ensinamentos desenvolvidos pelo líder bolchevique, realiza uma crítica significativa ao foquismo e seus idealizadores. Após realizar uma distinção entre os conceitos de “fatores objetivos” e “fatores subjetivos” para a devida concretização da revolução socialista, a autora realiza alguns comentários pertinentes sobre o papel das vanguardas revolucionárias na América Latina e quais os seus equívocos táticos e conceituais, a saber:

A vanguarda não só intervém na gestação da mudança subjetiva, mas também desempenha um papel na intensificação da atividade das massas e as ajuda a passar das reivindicações econômicas imediatas às reivindicações políticas gerais. Apesar disso, nem os desejos nem a atividade da vanguarda são suficientes para que ocorra uma ascensão do movimento de massas. Isso só ocorre se houver ‘material inflamável’ suficiente no país, ou seja, se suas ações estiverem inseridas em uma situação em que as condições objetivas façam com que esse impulso ‘exterior’ se materialize em resultados práticos (Harnecker, 2024, p. 106).

Posteriormente, ela conclui reiterando não somente os desvios em relação à concepção leninista, como realizando uma síntese do papel das vanguardas e como elas poderiam ter atuado em nosso território:

O desvio da esquerda defende que a ação da vanguarda é onipotente, que ela pode criar condições objetivas do nada; ou seja, que a revolução é resultado da vontade política daqueles que dirigem o processo revolucionário. A concepção leninista não cai nem em um extremo nem no outro. A vanguarda é assim porque impulsiona o movimento para a frente {...} As vanguardas revolucionárias não devem, portanto, ser meras espectadoras da história: podem e devem ser seus aceleradores. Embora a vanguarda não possa fazer uma revolução se nesse país não existirem certas condições revolucionárias, ela pode contribuir para desenvolvê-las, para completá-las. (Idem, p 106-107).

Em conformidade aos fatos expostos, o resultado prático imediato da repressão à luta armada foi o enfraquecimento brutal e significativo da esquerda radical em nosso país. Embora não seja o papel do presente capítulo debruçar-se os motivos que levaram à derrocada da esquerda revolucionária, podemos, contudo, conferir algumas possibilidades sobre o caso. Nesse sentido, um ponto crucial que deve ser ressaltado é a fragmentação política que permeou a oposição ao regime, pois, conforme visto, nem toda oposição era favorável à resistência armada e, quando o era, observava-se uma heterogeneidade na forma de luta contra o regime¹⁰⁴.

Além disso, houve também uma certa incompreensão e até mesmo uma certa romantização da classe trabalhadora brasileira, sem levar em conta que muitos operários e camponeses, por estarem reféns de todo um arcabouço ideológico, ou eram alheios à luta armada ou, inclusive, favoráveis ao regime militar. Por fim, por mais que a violência sempre corresponda a um elemento crucial para a devida perpetuação do capitalismo e que, portanto, não possa ser desvinculada da análise da realidade política em nosso país, a mesma nem sempre foi bem empregada perante os grupos opositores, gerando apenas uma repulsa aos mesmos¹⁰⁵. Como resultado, todo o posterior processo de abertura democrática será fundamentalmente articulado pelas forças conservadoras de nosso país, abrindo espaço apenas para uma esquerda reformista e descompromissada com um viés revolucionário e com a emancipação da classe operária. Desta forma, vejamos, agora, como esse processo ocorreu e quais os seus futuros resultados para a posterior política nacional.

104 Nesse sentido, recomendamos o excelente livro *O fantasma da Revolução Brasileira*, o qual apresenta análises imprescindíveis para a devida compreensão de tal fenômeno no Brasil.

105 Com tal afirmação, estamos realizando uma contestação de uma premissa presente na literatura hegemônica da Ciência Política, a qual, pautada por intelectuais de altíssimo renome, como Hannah Arendt, Habermas, Giddens, Bobbio e afins, parte da premissa de que a força e violência não seriam elementos constitutivos da política, mas sim o diálogo. Ora, em um contexto de capitalismo dependente, no qual a superexploração da força de trabalho e a desumanização reinam cotidianamente, tal premissa nos parece errônea.

5.2 A constituição de uma nova esquerda brasileira e os limites do processo de abertura democrática

Terminado o sombrio período que permeou o governo Médici, no dia 15 de março de 1974 chegaria ao poder o penúltimo ditador da nossa autocracia política: o general Ernesto Geisel. Inserido dentro de um contexto de definhamento da ditadura, o seu governo caracterizou-se não somente pelo afastamento da chamada “linha dura” dentro do cenário político nacional, como também pelo início da “lenta, gradual e segura” abertura democrática. No entanto, por que o governo iniciava tão somente agora tal processo? Primeiramente, porque a oposição revolucionária havia sido dizimada, abrindo espaço unicamente para uma oposição modesta, subserviente e contrária a um viés revolucionário. O professor Nildo Ouriques, na sua brilhante tese de doutorado, faz um comentário pertinente a esse aspecto, que é o seguinte:

É necessário fazer alguma menção à derrota sofrida pela esquerda latino-americana nas décadas de 1960 e, sobretudo, 1970. Esta derrota foi política e militar. Política no sentido que os seus métodos de ação com uma leitura muitas vezes mecânicas do leninismo e da tradição marxista impediu uma relação mais efetiva e orgânica com as massas. Militar no sentido de que a aparição das ditaduras e seus poderosos mecanismos de repressão eliminaram não somente seus melhores quadros, como também toda uma geração de dirigentes médios que já estavam involucrados na luta política e que tiveram sua formação limitada devido a estes fatores; ademais, esta situação desenvolveu nas novas gerações uma cultura de medo ou desprezo pela atividade política e, particularmente, pela teoria (Ouriques, 1995, p.176).

Além disso, em segundo lugar, faz-se necessário relacionar a decadência do regime militar e todo o processo de abertura democrática, também, ao fracasso do chamado “milagre econômico”. Em relação a este último ponto, cumpre dizer que economia brasileira da segunda metade da década de 1970 e início de 1980 caracterizar-se-ia por um significativo desequilíbrio macroeconômico, o qual, dentre outras coisas, contemplaria um elevado endividamento externo, desestruturação do setor público, inflação e perda do dinamismo econômico. Visando corrigir tais intempéries, o governo Geisel, em 1975, não somente cria um mecanismo próprio do Ministério da Fazenda denominado “refinamento compensatório”, por meio do qual, objetivando reverter uma possível contração monetária, permitia com que o Banco Central emprestasse fundos aos bancos comerciais a juros de 6%

ao ano sem correções monetárias e a prazos de 90 a 150 dias, como elabora o II PND (Fausto, 1995, p.498).

Este último, por seu turno, correspondeu a uma tentativa de completar o processo de substituição de importações em nosso país, mas agora, em invés de substituir a importação de bens de consumo, direcionava-se em conferir uma certa autonomia nacional não somente na produção de insumos básicos, dentre eles petróleo, aço, alumínio, fertilizantes e afins, como também na indústria de bens de capital, como maquinarias e ferramentas. Logo, situado no contexto da primeira crise de petróleo em 1973, houve uma nítida preocupação em torno da questão energética, algo que pode ser verificado nos avanços em torno do programa nuclear, na construção de hidrelétricas, como a usina de Itaipu na tríplice fronteira, e na substituição parcial da gasolina pelo álcool.

Ainda sobre aspectos econômicos do governo Geisel, seria oportuno mencionar que, em 1977, já nos últimos anos de seu governo, promoveu-se uma política monetária restritiva e que foi marcada não só pela desaceleração dos meios de pagamento e dos empréstimos ao setor privado, como também pela fixação de uma taxa de juros básica em termos reais para o sistema financeiro. Porém, e em relação aos aspectos sociais e políticos, o que nós poderíamos mencionar de relevante em tal período? Em agosto de 1977, ocorre uma das mais importantes mobilizações populares de todo o período ditatorial: originária de uma insatisfação à compressão salarial em 3,4%, o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema iniciou uma campanha para que ocorresse uma adequada correção salarial dos trabalhadores (Fausto, 1995, p.499). Como resultado, observa-se a eclosão das greves de 1978 e 1979, as quais não somente reuniram milhares de trabalhadores, como apresentou enquanto uma de suas lideranças a figura de Luís Inácio Lula da Silva. Em relação a este último, cumpre ressaltar que a sua atuação contrária ao despotismo militar não se esgotaria neste exemplo, pois ele será, conforme veremos, uma das principais lideranças pelo fim da ditadura e por uma maior participação democrática.

No entanto, apesar de todas as intempéries políticas, econômicas e sociais que permeavam os últimos anos de ditadura militar no Brasil, Geisel consegue fazer o seu sucessor e, como resultado, o general João Batista Figueiredo toma posse em março de 1979. Mantendo a figura de Simonsen no comando da equipe econômica, mais precisamente como ministro do Planejamento, e designando Delfim Neto, a priori, para a pasta da agricultura, efetua-se uma nova tentativa de ajuste fiscal pautada no corte de investimentos não

prioritários, cujo intuito era não somente melhorar a situação do balanço de pagamentos e do consequente processo de endividamento externo, como também reduzir drasticamente as despesas governamentais e os investimentos públicos, buscando, com isso, uma suposta coerência entre a política fiscal e monetária (Fausto, 1995, p.501).

Em certa medida, o governo Figueiredo compreendeu a uma continuação do governo Geisel, tendo em vista que a política econômica adotada pautou-se no controle dos juros, em uma maior indexação salarial e desvalorização cambial (Fausto, 1995, p.502). Contudo, decorrida a segunda crise do petróleo ainda em 1979, observa-se uma duplicação dos preços do produto, cenário esse que favoreceu um aumento das taxas de juros e num aprofundamento ainda maior do endividamento externo. Diante de tal contexto, Simonsen abandona o cargo de ministro do Planejamento, o qual passa a ser ocupado por Delfim Neto. Tal alternância, porém, não significou uma melhora nos nossos índices. Em largos traços, a política macroeconômica dos anos 1981 e 1982 foi caracterizada por uma contínua contenção salarial, no aumento da arrecadação, na elevação das taxas de juros internas e contração da liquidez real (Idem, p.504).

Em relação à política interna, a situação, por seu turno, não era menos complexa e desafiante. Seguindo os passos dos governos anteriores em domesticar a oposição e, agora, retirar dela o protagonismo da luta pela anistia política, foi aprovado, no dia 28 de agosto de 1979, a Lei de anistia. Esta, tendo sido feita e direcionada para os carrascos da ditadura, absolvía absolutamente todos os crimes de natureza política ou de motivação política cometidos ao longo dos últimos 15 anos e, conseqüentemente, também perdoava os torturadores do período. Uma outra consequência desta lei é que ela permitiu a volta de intelectuais e lideranças políticas que se encontravam exilados, sendo Leonel Brizola e Miguel Arrais os primeiros. Em relação aos teóricos da dependência, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra regressam em 1980, ao passo que Ruy Mauro Marini retornaria definitivamente em 1984¹⁰⁶ (Wasserman, 2017, p.89). Iniciava-se, assim, um período de conciliação nacional articulado pelas forças conservadoras, cujo objetivo era dificultar qualquer crítica e mudança brusca do regime (Idem, p.88).

Ademais, em dezembro de 1979, foi aprovada a Lei Orgânica dos Partidos, por meio da qual não somente foram extintos os antigos partidos criados pela ditadura – ARENA e MDB -, como também permitiu a criação de novos agrupamentos políticos. Como

106 Antes dessa data, Marini já havia regressado ao Brasil em dezembro de 1979.

consequência direta, o ARENA converte-se no Partido Democrático Social (PDS), enquanto que o MDB torna-se o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Além deles, também surgem o Partido Popular (PP), que, apesar da nomenclatura, abarcava camadas significativamente conservadoras da nossa sociedade e que eram favoráveis a uma política de aliança com as burguesias nacionais em pró de uma transição democrática, mas sem grandes mudanças sociais e que foi bem representado por nomes como Tancredo Neves e Magalhães Pinto; o Partido dos Trabalhadores (PT), o qual foi fruto da mobilização dos trabalhadores do campo e do sindicalismo urbano com setores mais progressistas da Igreja Católica e da classe média profissional; e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que foi melhor representando pela ilustre figura de Leonel Brizola em uma oposição ao reformismo do então ressuscitado Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Antes de darmos continuidade, seria oportuno discutirmos um pouco sobre esses últimos partidos em questão. No que diz respeito ao PDT, conforme já mencionado, ele surge enquanto uma reivindicação do passado getulista, em especial no que se diz respeito na Carta de Testamento de Getúlio Vargas. Opondo-se ao reformismo do PTB protagonizado por Ivete Vargas, o PDT, inserido em meio ao contexto catastrófico da autocracia militar, voltava-se não somente para os trabalhadores do partido, como também a todos aqueles que, de certa forma, eram vítimas de alguma repressão, como as mulheres e a comunidade negra (Gonçalves, 2024, p.120). Advogando por um plano de desenvolvimento nacional autônomo e soberano, um de seus objetivos era a adoção, conforme as palavras do saudoso Darcy Ribeiro, de um “socialismo moreno”, isto é, adaptado a nossa realidade e comprometido com a democracia brasileira (Idem, p.124).

Sobre o seu Manifesto, convém destacar alguns pontos pertinentes:

O Partido Democrático Trabalhista (PDT) tem seus fundamentos na consciência democrática nacional e nas grandes lutas históricas do Trabalhismo brasileiro. Inspira-se na Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas, no conteúdo da Carta Testamento do Presidente Getúlio Vargas e na Carta de Lisboa, elaborada quando se reuniram os trabalhistas no exílio com os trabalhadores do Brasil. Somos um partido que defende a Democracia, o Nacionalismo, o Socialismo, um partido nacional e popular. Somos o partido da Democracia Trabalhista porque somente a participação popular nas decisões da vida nacional pode levar a um nacionalismo e a um socialismo fraterno e em liberdade. O nosso Trabalhismo coloca a Democracia como o mais alto valor e a considera o ambiente natural em que podem frutificar os nossos ideais trabalhistas. Nosso nome e nossa sigla expressam o nosso compromisso básico e fundamental. {...} Hoje, quando à consciência nacional reclama, cada vez mais firmemente, a restauração da soberania popular e a reconstrução democrática do País, o PDT propõe um projeto alternativo de sociedade para o Brasil. Projeto que é o resultado de uma longa experiência

histórica da classe trabalhadora a da análise dos acertos e dos erros cometidos no passado. Para realizar nosso projeto criamos um partido que se rege por princípios democráticos, por militância ativa e permanente e que rejeita ser uma simples sigla eleitoral. Faremos do PDT um partido de massas, vivo, moderno, com intensa vida partidária - a nossa maior contribuição para o Brasil pluralista que almejamos. O PDT terá como um dos seus objetivos fundamentais trabalhar pela unidade de todas as correntes do movimento popular, respeitando sua independência e autonomia. Estamos convencidos que este movimento a partir das bases populares não somente proporcionará a unidade dos partidos de oposição, como é condição essencial na luta pela Democracia em nosso País. O Partido Democrático Trabalhista surge, pois, nesta nova fase da história brasileira que queremos ajudar a construir, afirmando os seguintes princípios e definições, os quais submetem a Nação e apresenta aos seus seguidores o objetivo de iniciar o mais amplo debate (Partido Democrático Trabalhista, 1979, s.p).

Em relação ao PT, por sua vez, o surgimento vai ao encontro de uma necessidade que os sindicatos, camponeses, setores da Igreja e similares encontraram para se opor ao despotismo que permeava o regime militar, partindo da ideia segundo a qual a abertura democrática seria uma espécie de recuo tático da classe burguesa que ainda tinha interesse em se manter no poder, mas agora através de uma democracia mascarada (Keck. 2010. p 98). Em conformidade a isso, poderíamos mencionar, pelo menos, três ideias gerais que nortearam a criação do partido, que são: a necessidade dos trabalhadores em intervirem de forma decisiva sobre a política nacional, ou seja, a defesa por uma democracia popular; a ojeriza à ideia de que as classes dominantes locais, de fato, ansiavam por uma democracia e que esta somente poderia ser obtida pela participação e luta populares; de que a participação dos trabalhadores nos órgãos de Estado, com o tempo, permitiria a ascensão a uma sociedade justa e democrática, em outras palavras, verdadeiramente socialista (Idem, p.101).

Sendo assim, gostaríamos de destacar algumas passagens do seu programa:

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira, vêm os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados. Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias. Queremos, por isso mesmo, um partido

amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases.

E continua:

Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis. Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora de sua regulamentação, onde os sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e a criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde os movimentos populares são alvo permanente da repressão policial e patronal, onde os burocratas e tecnocratas do Estado não são responsáveis perante a vontade popular. O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas. Lutará por sindicatos independentes do Estado, como também dos próprios partidos políticos. O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país. As riquezas naturais, que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem estar da coletividade. Para isso é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Mas esses interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular, fundada nas organizações de base, para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade (Partido dos Trabalhadores, 1980 s.p).

No entanto, apesar de tais partidos defenderem explicitamente uma maior participação popular e, inclusive, utilizarem o termo “socialista” nos seus respectivos programas, isto não significa que os mesmos eram defensores de uma perspectiva revolucionária e favorável à ditadura do proletariado. De fato, há uma certa influência do pensamento socialista em tais partidos, sobretudo no que diz respeito ao chamado “eurocomunismo”, mas o socialismo defendido assemelha-se muito mais a uma social-democracia europeia do que às experiências socialistas e revolucionária (Gonçalves, 2024, p.124). Alguns fatos que exemplificam isso é que tais partidos sempre se opuseram a uma organização mais centralizada, própria do PCB e de partidos correlatos, e que no Sétimo Encontro Nacional do PT, este comemorou a dissolução da União Soviética, afirmando que tal fato representaria uma vitória da democracia contra supostas tendências despóticas (Keck, 2010, p.140).

Em agosto de 1981, foi realizado na Praia Grande, São Paulo, a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), na qual participaram significativos nomes da política brasileira, como Luiz Carlos Prestes, Ulisses Guimarães, Luiz Inácio Lula da Silva, Mario Covas e similares. De forma geral, foram discutidos diversos temas pertinentes à classe trabalhadora, sendo os mais relevantes as questões sobre o direito ao trabalho, políticas salarial, saúde do operariado, a realidade econômica e agrário do nosso país, além, é claro, a reconquista da democracia (Accarini. 2023, s.p). Entretanto, dentre as discussões, uma gerou uma certa dissidência, que foi o debate em torno da formação de uma central sindical. Em largos traços, enquanto o PCB e o Pcdob defendiam que somente entidades regulamentadas deveriam ser filiadas à central sindical, sindicalistas vinculados, em grande medida, ao PT advogavam pelo princípio da pluralidade sindical, isto é, que para além dos sindicatos, confederações e federações trabalhistas, as oposições sindicais também poderiam fazer parte da central (Ruy, Maria Carolina. 2021, s.p). Das duas propostas, esta última saiu vitoriosa, demonstrando, desde já, uma prática recorrente do partido e que permanece até os dias de hoje: a utópica defesa pela conciliação entre as classes em defesa de um suposto desenvolvimento nacional.

De todo modo, como resultado, o PT assume um certo protagonismo dentro da esquerda brasileira e em defesa das lutas pela democracia, de tal modo que, em novembro de 1983, o mesmo lidera uma frente ampla, a qual também reunia políticos e lideranças do PMDB, PDT, CUT e CONCLAT. Todavia, apesar de tais esforços, a abertura democrática apresentaria um caráter bem menos popular e participativo. Recusando-se a escutar os anseios populares, realiza-se, dentro do governo, uma eleição interna para o cargo de presidente da república, o qual não contou com a participação da oposição ao regime. Isto posto, três nomes do PDS se destacaram para assumir a futura presidência do país: o vice-presidente Aureliano Chaves, o então ministro do interior Mario Andreazza e Paulo Maluf.

Este último inicia uma intensa campanha eleitoral em defesa das Forças Armadas, prometendo cargos políticos e outras benesses. Maluf, assim, vence a disputa presidencial do partido para disputar as eleições, mas isso gera uma ruptura interna. Deste modo, em julho do mesmo ano, Aureliano retira a sua candidatura e funda uma dissidência denominada Partido da Frente Liberal. Este, por fim, aproxima-se do PMDB e compõe a chamada Aliança Democrática, lançando o nome de Tancredo Neves à presidência da República e José Sarney para a vice-presidência. Com essa tática política, o resultado não poderia ser outro:

no dia 15 de janeiro de 1985, Tancredo e Sarney venceram Maluf com uma vitória explícita de 480 votos a 180 (Fausto, 1995, p.512).

Contudo, no dia 25 de abril de 1985, Tancredo Neves falece devido a uma complicação do seu quadro de saúde, fato esse que levou Sarney a ocupar a presidência. De forma demasiadamente resumida, o seu governo caracterizou-se, no plano econômico, pelos Planos Cruzados, ao passo que, na política, o mesmo avançou na elaboração da Constituição de 1988. Em relação ao primeiro aspecto, cumpre ressaltar que um dos legados da ditadura foi um cenário econômico desastroso, marcado por uma inflação significativa e por crises internacionais. Logo, visando amenizar tais intempéries, lança-se, no dia 28 de fevereiro de 1986, o primeiro Plano Cruzado, o qual, para além de trocar o cruzeiro pelo cruzado, pautou-se por uma política de congelamento de salários, pela extinção da correção monetária e pela criação do Seguro Desemprego. Apesar do seu efêmero sucesso, o que, contudo, permitiu ao partido do governo sair vitorioso nas eleições municipais e estaduais, a inflação não foi devidamente resolvida, o que forçou o governo a elaborar o Segundo Plano Cruzado, que também fracassou. Como consequência desse desastre econômico, o Brasil foi forçado a declarar moratória em 1987, além de ter suspenso unilateralmente e por tempo indeterminado o pagamento de juros referentes à dívida externa de médio e longo prazo (Fausto, 1995, p.523).

Ruy Mauro Marini, no seu texto “Brasil: da ditadura à democracia, 1966-1995”, realiza os seguintes comentários a respeito do governo Sarney:

Eleito tancredo, mas não empossado – devido à súbita enfermidade que, acometendo-o no dia de sua posse, levou-o meses depois à morte, assumiu a presidência o vice-presidente Jose Sarney, ex-líder do PDS, agora no PFL. Apesar de pomposamente batizado de Nova República, o seu período de governo (1985-90) reforçou o caráter ambíguo da transição. O peso da oposição antiditatorial, encarnado principalmente pelo PMDB, era ali inquestionável, mas o era também seu condicionamento pelas forças que haviam sustentado a ditadura militar. O primeiro ano de Sarney transcorreu em um contexto de empate entre as duas forças partidárias hegemônicas e os setores da burguesia que elas representavam, ao que se acrescentava o questionamento da legitimidade do governo, chefiado pelo vice-presidente de um presidente que não tomara posse. Gerou-se, assim, uma sensação de vazio de poder, que estimulava a ação das oposições, principalmente de Brizola, e a exacerbação das reivindicações fracionais e corporativas. Essa era, de fato, a forma que assumia a luta de classes, em circunstâncias nas quais os acordos de cúpula impediam a busca de alternativas econômicas e políticas capazes de exprimir os anseios das grandes maiorias (Marini, 2025, p. 681).

Em relação ao Plano Cruzado, Marini, ainda no mesmo texto, nos oferece a seguinte análise:

Por sua vez, o Plano Cruzado, conjunto de medidas heterodoxas, semelhantes às que adotara a Argentina no ano precedente, sacudiu o marasmo em que se debatia o governo. Concebido e conduzido pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, industrial paulista ligado ao PMDB, seu objetivo foi o de legitimar o governo de Sarney, restabelecendo o controle burgues, via PMDB, sobre o movimento de massas e devolver a iniciativa burguesa industrial. A grande sacrificada foi, inicialmente, a burguesia comercial vinculada ao mercado interno, elo fraco do bloco burguês, mas as reformas pretendidas, principalmente a bancária, deveriam impactar também a fração financeira. Na medida em que esta impediu sua concretização o Plano não foi muito além do congelamento de preços e salários e acabou por beneficiá-la, assim como o setor agrário exportador. Entretanto, as expectativas que criou e a liquidação de poupança a que procedeu a classe média estimularam a demanda e mantiveram em patamar elevado as taxas de crescimento econômico. A meados do ano, a euforia provocado pelo Plano começou a ceder. Por um lado, o aumento artificial da demanda provocou o desabastecimento de bens, que desaguou no mercado paralelo; por outro, a equivocada política cambial conduziu ao crescimento das importações e á queda em flecha das exportações. A consequência foi a liquidação das magras reservas em divisas do país e a incapacidade deste para fazer frente aos compromissos externos, que levariam á moratória de 1987. Mas o resultado político apreciável: o PMDB acabou sendo o grande vencedor das eleições parlamentares e para governos e assembleias estaduais de 1986 o governo e o partido comemoraram essa vitória pondo fim ao plano cruzado, mediante a suspensão do congelamento de preços (Idem, p.682-683).

Sobre o processo de elaboração da nova Constituição de 1988, deve-se ressaltar que a mesma refletiu, em sua essência, a pressão dos diferentes grupos que permeavam o cenário político da época: assim sendo, o grande empresariado, as Forças Armadas, os sindicatos e demais agentes procuraram garantir os seus interesses. No entanto, apesar da nova Constituição apresentar em seu âmago diferentes contradições oriundas de interesses de classe divergentes, ela ainda assim correspondeu ao avanço importantíssimo, pois, para além de marcar uma nova etapa política em nosso país que já não era totalmente refém das alas mais extremistas e reacionárias do quadro militar, ela se caracterizou pela extensão dos direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e também às chamadas minorias sociais (Fausto, 1995, p.524). Marini, mais uma vez, nos presenteia com uma importante averiguação em torno desta temática, a saber:

A Nova Constituição, promulgada a 5 de outubro de 1988, é, em linhas gerais, liberal, democrática e nacionalista. Mantém a república e a federação, assim como o regime presidencialista, concede ampla liberdade de organização partidária, proclama o direito de greve sem restrições, suprime a censura prévia, qualifica como crimes de extrema gravidade o racismo e a tortura. Paralelamente, cria

mecanismos de democracia direta, como o plebiscito e o *referendum*, além de admitir – restrita à legislação ordinária – a iniciativa popular em matéria de projetos de lei; finalmente, reserva às empresas nacionais a exploração dos recursos do solo e do subsolo e lhes outorga tratamento privilegiado por parte do Estado. Em relação à questão agrária, ela retrocede em certos pontos com referência à legislação anterior, particularmente no que diz respeito à desapropriação de terras. O texto constitucional foi produto de enfrentamentos e transações, em um processo no qual os partidos de esquerda, embora minoritários, assumiram no começo a iniciativa, o que deixou no resultado final. Partidos como PMDB e o PFL, assim como agrupamentos afins, mostraram-se vacilantes e incapazes de um comportamento disciplinado e coerente. Isso levou as organizações patronais e as Forças Armadas a exercerem de fora pressões sobre a Constituinte. Essas pressões motivaram a formação de uma aglomeração provisória de caráter conservador, o chamado ‘Centrão’, que respondeu pela regulamentação final das questões que interessavam mais diretamente essas forças (Marini, 2025, p.683-684).

Em um outro texto, intitulado ‘liberalismo e a democracia a revisão constitucional do Brasil, Marini aprofunda a sua análise em torno da Constituição:

A Constituição de 1988 é a expressão do duplo movimento que determinou a sua elaboração a capacidade da burguesia em exercer sua hegemonia e a imensa energia que animava o movimento popular. É preciso ter em mente que, após 20 anos de ditadura e uma árdua luta de resistência democrática, o regime militar recebeu o golpe definitivo através de uma importante mobilização de massas: a campanha em prol das eleições diretas para a presidência da República, que se desenrolou em 1984. mesmo frustrada no seu objetivo imediato, esta conseguiu impedir a permanência dos militares à frente do governo e deu lugar à formação de um governo civil, em 1985, em cujo contexto se elaborou a nova Constituição. O grande problema posto, de saída, à classe dominante brasileira foi como conter e subjugar um movimento de massas que demonstrava tanta força, no momento em que se fazia necessário proceder à institucionalização do novo regime. O modo pelo qual se conformou o poder constituinte foi o recurso principal do qual se lançou mão. De fato, a gestação da nova Carta não se produziu a partir de uma assembleia soberana, eleita *ex profeso*, mas pela concessão do poder constituinte ao Congresso Nacional, por decisão de um governo de legalidade duvidosa. Isso explica, por exemplo, que alguns constituintes não tenham sido eleitos para tal fim, como foi o caso dos senadores ditos ‘biônicos’, que, designados pelo último general-presidente da ditadura, foram absorvidos pela Constituinte congressista (Marini, 2025, p.690-691).

E continua:

Da mesma forma, o processo eleitoral do qual resultou a Assembleia Constituinte cerceou a possibilidade de construção de uma autêntica representação popular. Isso se deveu a que não se contemplou a eleição de candidatos independentes, indicados pelas organizações sociais e de classe e pela cidadania em geral, em favor do sistema partidário artificial imposto pelo regime militar. Finalmente, a conjuntura na qual se realizaram os comícios legislativos de 1986 contribuiu, por sua vez, para deformar a configuração da representação política na Constituinte. Sob a marca do Plano Cruzado, que inicialmente produziu grande entusiasmo e motivou a adesão da população ao governo, o resultado eleitoral conferiu maioria esmagadora ao

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), no poder desde o ano anterior mediante as eleições presidenciais indiretas que haviam consagrado a recomposição do bloco burguês-militar. Todavia, a Constituinte não pôde se isolar da pressão exercida pelas forças sociais. Isso implicou reprovar o projeto elaborado por uma comissão de notáveis, designada pela presidência da República, em favor das propostas originais das diversas comissões de trabalho nas quais se dividiu a Assembleia. A pressão social conseguiu ir mais longe: as propostas apresentadas pelas comissões foram fortemente influenciadas pelas audiências públicas às quais compareceram representantes do mundo empresarial, trabalhista, social e intelectual, para defender seus pontos de vista e suas reivindicações. Nesse sentido, não é exagero afirmar que toda sociedade civil organizada se fez presente nos trabalhos da Constituinte, sob o olhar atento da cidadania (Idem, p.691-692).

Feita essa discussão sobre a Constituinte, um último ponto interessante a ser debatido em relação à abertura democrática corresponde, justamente, à forma como os teóricos da teoria da dependência se relacionam com o contexto histórico em questão. Conforme visto, a década de 1970 no Brasil caracterizou-se, dentre outras coisas, pelo desmantelamento da luta revolucionária, sendo o seu efeito mais expressivo nos anos seguintes a adoção de um posicionamento reformista por parte das esquerdas – em especial no campo partidário – que então se formava. De certo modo, o debate em torno da necessidade pelo socialismo não desaparece do meio acadêmico e político do nosso país, mas sua força diminui significativamente, de tal modo que uma consequência direta disso, conforme descrito pela professora Cláudia Wasserman, é a redefinição do papel dos intelectuais em nosso país (Wasserman, 2017, p.157).

Deste modo, visando adequar-se à nova configuração política que abarcava o cenário nacional, verifica-se um enfraquecimento concomitante da atuação dos intelectuais orgânicos e verdadeiramente comprometidos com os anseios populares com a ascensão de um novo paradigma epistemológico alicerçado por um relativismo enérgico. Com isso, atrelado a toda conjuntura política que nosso país perpassava, as produções teóricas de intelectuais como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos encontraram-se por muito tempo secundarizados nas academias de ciências sociais nacionais, sendo retomados com maior ênfase nos últimos anos. Mas e em relação a Fernando Henrique Cardoso, o que nós poderíamos destacar sobre o mesmo?

Em 1978, conforme já pontuado na introdução deste capítulo, Fernando Henrique Cardoso começa a participar vivamente no cenário político nacional, lançando-se candidato ao Senado Federal por São Paulo, recebendo apoio por parcela considerável da classe média liberal, do meio artístico da época e até mesmo da esquerda sindical, como foram os casos,

respectivamente, do cantor Chico Buarque e de Luís Inácio Lula da Silva. Obtendo um total de 1,2 milhão de votos, tornando-se suplente do também político do MDB Franco Montoro. Este, porém, vence as eleições para governador do Estado em 1982, fato esse que permitiu com que Cardoso assumisse a posição de Senador de SP no ano seguinte. Durante a sua atuação, auxiliou decisivamente no processo de abertura democrática, impedindo com que houvesse qualquer suposto “desvio extremista” e que a transição, de fato, fosse pacífica.

Em 1985, tentou concorrer ao cargo de prefeito da cidade de São Paulo, mas acabou sendo derrotado nas eleições para Jânio Quadros, em um deplorável e infame episódio da política nacional, em que este último realizou toda uma campanha política de difamação pública de Cardoso, acusando-o de ser ateu e, portanto, inapto ao cargo. Como resultado, ao longo do governo Sarney, Cardoso torna-se líder do PMDB no Senado, sendo reeleito senador em 1986 e, em 1988, alegando falta de espaço no partido, auxilia na fundação do PSDB.

Fernando Henrique Cardoso, portanto, soube muito bem conduzir a sua trajetória política com excelência: aproveitando-se do péssimo governo Collor, o primeiro a adotar medidas neoliberais na nossa economia, Cardoso assume, primeiro, o cargo de Ministro do Exterior no governo de Itamar Franco e, posteriormente, ministro da fazenda, conduzindo, de forma satisfatória, o Plano Real que então se instalava e, finalmente, controlava em partes o problema da inflação. Em 1995, assume o cargo de Presidente da República, colocando em prática todas as suas ideias que já haviam sido defendidas em seu livro com Enzo Faletto. Abria-se, pois, uma nova época em nosso país, marcada, dentre outras coisas, pela defesa de um desenvolvimento dependente.

6 Conclusão:

Conforme visto, o debate que assola a dependência e o subdesenvolvimento, protagonizado, dentre outras figuras, por Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini, corresponde a um assunto complexo e que obriga, para a sua devida compreensão, que levemos em conta não somente os pressupostos teóricos dos intelectuais em questão, como também o relacionemos com o contexto histórico, político, econômico e social brasileiro. Em conformidade a isso, podemos concluir alguns tópicos importantes.

Primeiro, de forma alguma, houve uma refutação das teses de Cardoso sobre as de Marini, pois, como vimos ao longo do trabalho, aquele não compreendeu satisfatoriamente a primazia do conceito de superexploração da força de trabalho para se caracterizar a essência do capitalismo dependente latino-americano, confundindo-o com a categoria marxiana de mais-valia absoluta e, portanto, alegando um equivocado posicionamento estagnacionista de Marini. Além disso, a forma como houve o debate em solo nacional prejudicou substancialmente o intelectual marxista, pois impossibilitou com que a sua réplica fosse, de fato, lida e debatida.

Além disso - e mais importante -, as teses de Cardoso também apresentaram uma maior influência na academia brasileira devido, primeiro, a sua trajetória acadêmica e política, o que, inegavelmente, lhe conferiu uma notoriedade muito maior, e, segundo, a todo o contexto de enfraquecimento político e acadêmico da esquerda revolucionária. Para tanto, há não somente todo o massacre que líderes socialistas tiveram em nosso país durante os anos de chumbo, como também de ascensão de uma esquerda reformista e de um novo paradigma epistemológico nas ciências sociais.

Com isso, não queremos, de forma alguma, desmerecer a obra de Fernando Henrique Cardoso, pois a mesma apresenta os seus méritos e, sem sombra de dúvidas, auxilia a compreender a situação de dependência que assola o Brasil e o restante do continente latino-americano de hoje. No entanto, advogamos pela necessidade de ler e debater autores como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Florestan Fernandes e demais nomes do pensamento crítico nacional e regional.

Em um contexto marcado pelo capitalismo dependente, uma das primeiras etapas a ser feitas é, justamente, a valorização de tais intelectuais em contraposição à chamada

colonialidade do saber, como diria o Professor Aníbal Quijano. Porém, os esforços não param por aí. Como visto, citando apenas alguns exemplos, o conceito de superexploração da força de trabalho deve ser atualizado, incorporando outras discussões que, infelizmente, não puderam ser efetuadas por Marini, como o recorte de gênero e racial. Além disso, o conceito de subimperialismo, o qual, para nós, é um conceito válido, deve ser averiguado a partir das mudanças pelas quais o capitalismo dependente brasileiro passou após a década de 1990 em diante.

Sendo assim, gostaríamos de mencionar alguns exemplos que atestam a validade das categorias de análise de Ruy Mauro Marini para os dias atuais, muito embora tais exemplos que nós apenas vamos mencionar nesta conclusão exijam estudos próprios, visando, assim, explorá-los na sua complexidade. Neste sentido, começaremos com todo o debate que está sendo realizado em torno da escala 6x1 e como tal jornada de trabalho relaciona-se significativamente com o debate proposto por Marini em torno da superexploração da força de trabalho. Outro ponto, que agora se relaciona de forma mais frutífera com a manutenção de uma situação de dependência do nosso país, é em relação à aprovação do Tratado de Livre Comércio entre a União Europeia e o Mercosul e como o mesmo, sobretudo por estar inserido em um contexto nacional de desindustrialização e reprimarização das nossas exportações, auxiliará no aprofundamento de tais intempéries e na manutenção da nossa subserviência dentro do mercado internacional. Por fim, agora sobre a atualidade do conceito de subimperialismo, gostaríamos de mencionar apenas alguns fatos do governo Lula que, para nós, atestam a sua validade analítica: a expansão e a influência de empresas brasileiras para o continente latino-americano e africano, como a Odebrecht, Petrobras e Vale, em especial para países como Angola, Moçambique, Peru, Bolívia e Venezuela, no campo da exportação de capital e a sua devida influência e atuação em setores estratégicos locais; o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento de obras de infraestrutura em países como Cuba e Venezuela; a ‘missão de paz’ realizada pelo Brasil no Haiti; por fim, na defesa de um projeto de integração regional com certas assimetrias, como pode ser verificado no fato do Brasil manter uma posição dominante no Mercosul se comparado com os demais países e na sua atuação significativa na UNASUL¹⁰⁷.

107 Em relação a este último tópico, nós apenas mencionamos alguns exemplos que julgamos pertinentes para reiterar o fato do Brasil ainda poder ser categorizado enquanto subimperialista. De toda forma, em trabalhos futuros, almejamos aprofundá-los.

Desta forma, gostaríamos de concluir que a Teoria Marxista da Dependência continua sendo um arcabouço teórico imprescindível para as ciências sociais e para as relações internacionais, auxiliando-nos a compreender a nossa essencialidade latino-americana. Outrossim, também acreditamos que ela corresponda a uma ferramenta demasiadamente frutífera para analisarmos determinados fenômenos recentes, dialogando-os com a questão da dependência nacional e regional, como por exemplo, as transformações pelas quais a economia mundial perpassou nos últimos anos e o surgimento de novos atores globais. De todo modo, essas são questões que devem ser abordadas em trabalhos futuros.

Referências Bibliográficas:

Abreu, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso, dois séculos de política econômica no Brasil*. 2ed. Rio de Janeiro, editora Ltda, 2014.

Accarini, André. O conclat e A conclat: saiba o que significam esses momentos históricos para a CUT. *Central Única dos Trabalhadores – Notícias*. 24 de agosto, 2023. Disponível em <https://www.cut.org.br/noticias/o-conclat-e-a-conclat-saiba-o-que-significam-esses-momentos-historicos-para-a-cu-45b8>. Acesso em junho 2025.

Accarini, André. “Há 40 anos, Conclat dava os primeiros passos para a criação da CUT”. Rio de Janeiro. *Sindicato dos Trabalhadores em educação federal do Rio de Janeiro*. Central Única dos Trabalhadores – Notícias. 24 de agosto, 2021. Disponível em <https://www.cut.org.br/noticias/ha-40-anos-conclat-dava-os-primeiros-passos-para-a-criacao-da-cut-0ba7>. Acesso em junho 2025.

Ação Libertadora Nacional (ALN). *Sobre a organização dos revolucionários* [Documento Online], Agosto de 1969. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1969/08/organizacao-revolucionarios.htm>. Acesso em junho de 2025.

BAGÚ, Sérgio. “El carácter de la economía colonial: ¿feudalismo o capitalismo?” In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (Org.). *De las origines a la CEPAL*. Tomo I. 1. ed. México: Celsa, 1994.

BAMBIRRA, Vânia. *A teoria marxista: da transição e a prática socialista*. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 1. ed. Florianópolis: Insular-IELA, Coleção Pátria Grande, 2019.

BAMBIRRA, Vânia. Ruy Mauro Marini: meu melhor amigo! In: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência e outros escritos*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

BAMBIRRA, Vania. “Sociedad y desarrollo”. Chile. *Ceso*. 1972.

BANDEIRA, Felipe de Lima; TRINDADE, José Raimundo. “O debate entre Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso”. *A Terra é Redonda*, 2020.

Bíchir, Maíra Machado. “A problemática da dependência: um estudo sobre a vertente marxista da dependência”. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política Unicamp. 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. 1. ed. Rio de Janeiro: ADBR, 2000.

Bresser, Pereira. “A economia e a política do Plano Real. *Revista de economia Política*”, Vol 14, n 14, out-dez. 1994.

Bueno, Fábio Marvelle. “A superexploração do trabalho: polêmicas em torno do conceito na obra de Ruy Mauro Marini e a vigência na década”. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNB. 2016.

Cardoso, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. 3ed. São Paulo. Paz e terra. 1975.

CARDOSO, F. H. *As ideias e seu lugar*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1993.

CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1964.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

Cardoso, F.H. *Um intelectual na política, memórias*. 1ed. Rio de Janeiro. Companhia das letras, 2021.

CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. “As desventuras da dialética da dependência”. In: *Institute For Advanced Study*, Princeton, 1978.

Cardoso, Fernando Henrique; Faletto, Enzo. Repesando dependência e desenvolvimento na América Latina. In SORJ, B; Cardoso, FH; FONT, M, orgs. *Economia e movimentos sociais na América Latina*. Rio de Janeiro. Centro Eldestein de Pesquisa Social, 2008.

Carneiro, Dionisio Dias. Crise e esperança: 1974- 1980. in Abreu, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso, cem anos de política econômica republicana: 1889 – 1989*. 27 ed. Rio de Janeiro. Elsevier. 1990.

Candido, Antônio. “A sociologia no Brasil. Tempo social”, *revista de sociologia da USP*, V 19, n1. 2007.

Calcanhoto, Marcelo Dias. “O atual resgate crítico da Teoria Marxista da Dependência”. *Trab. Educ. Saúde*. RJ. V.11, pg 191-205, Jan/abr. 2013.

CECEÑA, Ana Esther. Ruy Mauro Marini: um construtor de caminhos. In: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência e outros escritos*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

Codarin, Higor. “Uma revolução de hombres jóvenes: as revolucionárias brasileiras no treinamento guerrilheiro em Cuba (1968-1971)”. *rev. hist.* (São Paulo), n.183, a08423, 2024.

Conceição Tavares, Maria. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento no Brasil. In Bielschowsky, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. 1ed. Rio de Janeiro. Record. 2000.

----- Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In Bielschowsky, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. 1ed. Rio de Janeiro Record. 2000.

Côrrea do lago, Luiz Aranha. A retomada do crescimento e as distorções do milagre 1967-1973, in Abreu, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso, cem anos de política econômica republicana: 1889 – 1989*. 27 ed. Rio de Janeiro. Elsevier. 1990.

CONSTANTINO, Agostina; LATERRA, Patricia. La teoría marxista de la dependencia desde una mirada feminista: un análisis sobre las leyes sobre aborto en el mundo. Universidad pública en Campinas; *Cadernos CEMARX*; 10; 12-2017; 151-174.

CUEVA, Agustin. El marxismo latinoamericano: historia y problemas actuales. In: *Entre la ira y otros ensayos de crítica latinoamericana*. Buenos Aires y Bogotá: Clasco, 2008.

CUEVA, Agustin. A fascistização do Estado na América Latina. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (Org.). *De las origines a la CEPAL. Tomo III*. 1. ed. México: Cela, 1994.

DAL ROSSO, Sadi; SEABRA, Raphael Lana. A teoria marxista da dependência: papel e lugar das ciências sociais da Universidade de Brasília. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, 2017.

DOS SANTOS, Inês Cristina. A influência da teoria da dependência nas ciências sociais: Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Unesp, Marília, 2014.

Dos Santos, Theotônio. *Evolução histórica do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Vozes. 1993.

Dos Santos, Theotônio. La teoría del desarrollo y su crisis. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (Org.). *De las origines a la CEPAL. Tomo II*. 1. ed. México: Celsa, 1994.

Dos Santos, Theotônio. El nuevo carácter de la dependencia. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (Org.). *De las origines a la CEPAL. Tomo II*. 1. ed. México: Celsa, 1994.

DOS SANTOS, Theotônio. O fascismo dependente e suas contradições. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (Org.). *De las origines a la CEPAL. Tomo III*. 1. ed. México: Celsa, 1994.

DOS SANTOS, Theotônio. *Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano*. 1. ed. Santa Catarina: Insular, 2018.

DUARTE, Pedro; GRACIOLLI, José Edilson. “A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina”. Artigo de graduação. Ciências Sociais. Universidade Federal de Uberlândia.

Fausto, Boris. *História do Brasil*. 2.ed. São Paulo. Editora USP, 1995.

Fávero, Vinícius. Régis Debray e Carlos Marighella: cruzamentos e afastamentos entre quadros revolucionários da década de 60 latino-americana. *Cadernos de Clio*. Vol. 11, n.2. 2020.

Franklin, Rodrigo Straissli Pinto. “Seria Fernando Henrique Cardoso um weberiano?” *História econômica e história de empresa*. Vol 19, n 1. 2016.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Curitiba: Kottter Editorial, 2020.

FERREIRA, Cecília Campos; FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. “Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça”. *Temporalis*, Brasília, 2021.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: *O populismo e sua história: debate e crítica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANK, Gunder. Funcionalismo y dialéctica. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (Org.). *De las origines a la CEPAL. Tomo II*. 1. ed. México: Celsa, 1994.

Filho, Enno D. Luidke. “A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios”. *Dossiê Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n 14, jul/dez. 2005.

Gonçalves, Matheus de Oliveira. “O Partido Democrático Trabalhista (PDT): sua fundação e projeto político (1977-1980)”. *Revista História em Curso* – V. 6, N°. 10. Belo Horizonte, Dez, 2024. ISSN: 2178-1044 / Departamento de História - PUC Minas.

Gonçalves, Rodrigo Santaella. “Teoria e prática em Fernando Henrique Cardoso: da nacionalização do marxismo ao pragmatismo político (1958-1994)”. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da USP. 2018.

GUTIÉRREZ, Nelson. Ruy Mauro Marini: perfil de um intelectual revolucionário. In: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência e outros escritos*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

Hadler, João Paulo de Toledo Camargo. *Dependência e superexploração: os limites do debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini*. 1ed. São Paulo. Lutas Anticapital. 2022.

Harnecker, Marta. *A revolução social: Lenin e a América Latina*. 1ed. São Paulo. Expressão Popular. 2024.

IANNI, Octávio. *A formação do Estado populista na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

Jackson, Luiz Carlos. “Gerações pioneiras na Sociologia paulista (1934-1969)”. *Tempo social, revista de sociologia da USP*, Vol 19, N.1. 2007.

KATZ, Claudio. *A teoria da dependência: 50 anos depois*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

Keck, Margaret E. *PT – a lógica da diferença*. 2 ed. Rio de Janeiro. Centro Edelstein de pesquisas sociais. 2010.

Konder, Leandro. *A questão da ideologia*. 1. ed. São Paulo. Expressão Popular. 2020.

LARGUÍA, Isabel. *Hacia una ciencia de la libertación de la mujer*. Barcelona: Anagrama, 1975.

LIMONGI, Fernando. *Fernando Henrique Cardoso: teoria da dependência e transição democrática*. São Paulo: CEBRAP, 2013.

LUCE, Mathias Seibel. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias, uma visão histórica*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MACÁRIO, Eptácio; DOS SANTOS JUNIOR, Natan. Particularidade brasileira: a perspectiva de Ruy Mauro Marini. [S.l.: s.n.], [s.d.].

Marini, Ruy Mauro. A acumulação capitalista dependente e a superexploração da força de trabalho. In *Ruy Mauro Marini, dependência e revolução na América Latina: textos selecionados*. 1.ed. São Paulo. Expressão Popular. 2025.

Marini, Ruy Mauro. Acumulação capitalista mundial e o subimperialismo. In *Ruy Mauro Marini, dependência e revolução na América Latina: textos selecionados*. 1.ed. São Paulo. Expressão Popular. 2025.

Marini, Ruy Mauro. América Latina frente a crise mundial. In *Ruy Mauro Marini, dependência e revolução na América Latina: textos selecionados*. 1.ed. São Paulo. Expressão Popular. 2025.

Marini, Ruy Mauro. América Latina: O Estado Contrarrevolucionário. In *Ruy Mauro Marini, dependência e revolução na América Latina: textos selecionados*. 1.ed. São Paulo. Expressão Popular. 2025.

Marini, Ruy Mauro. Após as Malvinas. In *Ruy Mauro Marini, dependência e revolução na América Latina: textos selecionados*. 1.ed. São Paulo. Expressão Popular. 2025.

Marini, Ruy Mauro. A social democracia. In *Ruy Mauro Marini, dependência e revolução na América Latina: textos selecionados*. 1.ed. São Paulo. Expressão Popular. 2025.

Marini, Ruy Mauro. As teorias da crise na América Latina. In *Ruy Mauro Marini, dependência e revolução na América Latina: textos selecionados*. 1ed. São Paulo. Expressão Popular. 2025.

Marini, Ruy Mauro. Brasil: da ditadura à democracia. In *Ruy Mauro Marini, dependência e revolução na América Latina: textos selecionados*. 1.ed. São Paulo. Expressão Popular. 2025.

Marini, Ruy Mauro. Dependência e subimperialismo na América Latina. In *Ruy Mauro Marini, dependência e revolução na América Latina: textos selecionados*. 1ed. São Paulo. Expressão Popular. 2025.

MARINI, Ruy Mauro. Desenvolvimento e dependência. In: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência e outros escritos*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência e outros ensaios*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

Marini, Ruy Mauro. Elementos para um balanço histórico de 30 anos da esquerda revolucionária na América Latina. In *Ruy Mauro Marini, dependência e revolução na América Latina: textos selecionados*. 1.ed. São Paulo. Expressão Popular. 2025.

Marini, Ruy Mauro. Estado e crise no Brasil. In *Ruy Mauro Marini, dependência e revolução na América Latina: textos selecionados*. 1.ed. São Paulo. Expressão Popular. 2025.

Marini, Ruy Mauro. Geopolítica Latino-Americana. In *Ruy Mauro Marini, dependência e revolução na América Latina: textos selecionados*. 1.ed. São Paulo. Expressão Popular. 2025.

Marini, Ruy Mauro. Liberalismo e democracia: a revisão constitucional do Brasil. In *Ruy Mauro Marini, dependência e revolução na América Latina: textos selecionados*. 1ed. São Paulo. Expressão Popular. 2025.

MARINI, Ruy Mauro. "La crisis teórica". Caracas: *Nueva Sociedad*, 1993.

MARINI, Ruy Mauro. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). *Revista Mexicana de Sociología*, v. 40, número extraordinario, p. 57–106, 1978. Reedición: 2013.

Marini, Ruy Mauro. Mais-Valor extraordinário e a acumulação de capital. In *Ruy Mauro Marini, dependência e revolução na América Latina: textos selecionados*. 1ed. São Paulo. Expressão Popular. 2025.

MARINI, Ruy Mauro. Memória. In: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência e outros ensaios*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, [s.d.].

Marini, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In *Ruy Mauro Marini, dependência e revolução na América Latina: textos selecionados*. 1.ed. São Paulo. Expressão Popular. 2025.

MARINI, Ruy Mauro. O reascenso das massas e as tarefas dos revolucionários. In: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência e outros escritos*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MARINI, Ruy Mauro. O Estado de contrainsurgência. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (org.). *Tomo III: de las origines a la CEPAL*. 1. ed. México: Celsa, 1994.

Marini, Ruy Mauro. O movimento operário no Brasil. In *Ruy Mauro Marini, dependência e revolução na América Latina: textos selecionados*. 1ed. São Paulo. Expressão Popular. 2025.

Marini, Ruy Mauro. Política trabalhista: os trabalhadores brasileiros enfrentam uma nova ameaça. In *Ruy Mauro Marini, dependência e revolução na América Latina: textos selecionados*. 1ed. São Paulo. Expressão Popular. 2025.

Marini, Ruy Mauro. Possibilidades e limites da Assembleia Constituinte. In *Ruy Mauro Marini, dependência e revolução na América Latina: textos selecionados*. 1ed. São Paulo. Expressão Popular. 2025.

Marini, Ruy Mauro. Revolução na América Latina nos anos 1980: estratégia e táticas. In *Ruy Mauro Marini, dependência e revolução na América Latina: textos selecionados*. 1.ed. São Paulo. Expressão Popular. 2025.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre a dialética da dependência. In: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência e outros escritos*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre o conceito de trabalho produtivo. In: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência e outros escritos*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre o Estado na América Latina. In: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência e outros escritos*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

Marini, Ruy Mauro. Sobre o socialismo. In *Ruy Mauro Marini, dependência e revolução na América Latina: textos selecionados*. 1.ed. São Paulo. Expressão Popular. 2025.

MARINI, Ruy Mauro. Socialismo e democracia. In: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência e outros escritos*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. 4. ed. Florianópolis: Insular-IELA, 2013. (Coleção Pátria Grande).

MARINI, Ruy Mauro. Tres tarefas da esquerda: socialismo, unidade e luta armada. In: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência e outros escritos*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

Marx, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo. 1 ed. Editora Boitempo. 2007.

Marx, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. 1 ed. São Paulo. Martin Claret. 2017.

Marx, Karl. MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *O capital*. Vol. 1. 3. ed. São Paulo. Editora Boitempo, 2013.

Marx, Karl. *Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

MOURA, Clóvis. “O racismo como arma ideológica de dominação”. *Revista 34*, ago./set./out., 1994.

Oliveira, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. 1 ed. São Paulo. Editora Boitempo. 2003.

OLIVEIRA RODRIGUES, Gabriela. “A teoria marxista da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina”. [S.l.: s.n.], [s.d.].

OSÓRIO, Jaime. “Elementos para una construcción teórica sobre América Latina”. *Nueva Época*, México, n. 58, 2008.

OSÓRIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização mundial: a sociedade civil e o tema do poder*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

OSÓRIO, Jaime. “Otras razones del neodesarrollismo (o porqué se desconoció a la teoría marxista de la dependencia)”. *México: Argumentos*, UAM, [s.d.].

Partido Comunista do Brasil (PCB). *Programa do Partido Comunista do Brasil* [Documento Online]. Problemas, Revista Mensal de Cultura Política, nº 64, dez. 1954-fev. 1955. Transcrição e HTML: Fernando A. S. Araújo, nov. 2006. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/programa.htm. Acesso em junho de 2025.

Partido Democrático Trabalhista (PDT). *Manifesto do Partido Democrático Trabalhista*. Rio de Janeiro, PDT. 1979. Disponível em: <https://www.pdt.org.br/wp-content/uploads/2016/10/manifesto.pdf>. Acesso em junho de 2025.

Partido dos Trabalhadores (PT). *Manifesto do Partido dos Trabalhadores*. Aprovado em 10 fev. 1980, publicado no Diário Oficial da União em 21 out. 1980. Disponível em: <https://pt.org.br/manifesto-de-fundacao-do-partido-dos-trabalhadores/>. Acesso em junho de 2025.

Prado, Fernando Corrêa. *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil*. 1ed. São Paulo. Lutas Anticapital. 2020.

PRADO, Fernando Corrêa. “História de um não debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil”. *Comunicação e Política*, v. 29, n. 2. Rio Grande do Sul: PUCRS, [s.d.].

Quijano, Aníbal. “Colonialidade, poder, globalização e democracia”. *Revista Novos Rumos*, Marília, SP, N. 37, 2022.

Ridenti, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2ed. São Paulo. Ed Unesp. 2025.

Ruy, Carolina Maria. “Mulheres e luta de classes: o exemplo das trabalhadoras em telecomunicações”. *Vermelho*, 17 março 2021. Disponível em <https://vermelho.org.br/2021/03/17/mulheres-e-luta-de-classes-o-exemplo-das-trabalhadoras-em-telecomunicacoes/>. Acesso em junho 2025.

Saffioti, Heleith. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3ed. São Paulo. Expressão Popular. 2013.

Saffioti, Heleith. *Gênero, patriarcado e violência*. 1 ed. São Paulo. Expressão Popular. 2004.

SANTOS, Theotônio dos. O fascismo dependente e suas contradições. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (org.). *Tomo III: de las origines a la CEPAL*. 1. ed. México: Celsa, 1994.

SANTOS, Theotônio dos. *Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano*. 1. ed. Santa Catarina: Insular, 2018.

Sayed, João. Observações sobre o Plano Real. *Est. Economia*. SP. V 25, n especial. 1995.

Sena, André Rota. “Partido dos Trabalhadores – reflexões sobre a origem e o futuro de um movimento”. Orientador: Dr. Roberto Romano da Silva. 2016. Dissertação. Unicamp. 2016.

Souza, Angelita Matos. “Novíssima dependência e desenvolvimentismo nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT)”. *História e Economia Revista Interdisciplinar*. 2018.

SOUZA, Cristiane Luiza. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 146,

Singer, André. “A segunda alma do Partido dos Trabalhadores”. *Novos Estudos*. 2010.

Spirandelli, Claudenei Carlos. “Professoras, Cátedras e o ensino de sociologia na USP: anos 1940-1960. *Revista Brasileira de Sociologia*”. Vol 02. N 3. Jan/jun. 2014.

----- “Trajetórias intelectuais: professoras do curso de ciências sociais da FFCL – USP (1934-1969)”. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP. 2008.

TRANSPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro. Introdução. In: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência e outros escritos*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

Transpadini, Roberta. *A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. 1.ed. Rio de Janeiro. TOPBOOKS. 1999.

TRANSPADINI, Roberta. *Ruy Mauro Marini e teoria marxista da dependência: da visibilidade forjada à visibilidade reconstruída*. São Paulo: Unifesp. *Pensata*, 2013.

Truman, Harry. *Inaugural Address*. 20 jan, 1949. Disponível em <https://www.trumanlibrary.gov/library/public-papers/19/inaugural-address>. Acesso outubro 2024.

Toledo, Roberto Pompeu de. *O presidente segundo o sociólogo*. 1.ed. São Paulo. Companhia das Letras. 1998.

Wagner, Adolfo. Dois caminhos para o capitalismo dependente brasileiro: o debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRJ. 2005.

Weber, Max. *Ciência e política, duas vocações*. 18.ed. São Paulo. Editora Cultrix. 2011.

Weber, Max. *Economia e sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva. Vol 1*. 3.ed, Brasília, ed unb. 2000.

----- *Economia e sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva. Vol 2*. 3.ed, Brasília, ed Unb. 2000.